

IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves

2013

CADERNO DE PESQUISA

Perfil da Juventude e Políticas Públicas no Espírito Santo

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

Perfil da Juventude e Políticas Públicas no Espírito Santo

Vitória, novembro 2013

Instituto Jones dos Santos Neves
Perfil da juventude e políticas públicas no Espírito Santo.
2.ed., Vitória, ES, 2013.

84p. il. tab. (Caderno de Pesquisa)

1.Juventude. 2.Política Pública. 3.Indicadores Sociais.
4.Espírito Santo (Estado). I.Título. II.Série.

GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Renato Casagrande

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Givaldo Vieira

SECRETÁRIO DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO

Robson Leite Nascimento

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

Diretor Presidente

José Edil Benedito

Diretor de Estudos e Pesquisas

Pablo Silva Lira

Equipe Técnica

Antônio Ricardo F. da Rocha
Cleverlânio Silva Gomes
Damiene Paula de Oliveira Alves
Deivison Souza Cruz
Latussa Laranja Monteiro
Sandra Mara Pereira
Thamirys Figueiredo Evangelista
Thiago de Carvalho Guadalupe

Coordenador do Trabalho

Cleverlânio Silva Gomes

Assessoria de Relacionamento Institucional

Projeto Gráfico

Lastênio João Scopel

Editoração

Arthur Ceruti Quintanilha

João Vitor André

Bibliotecária

Andreza Ferreira Tovar

Apresentação

O trabalho tem como objetivo dar continuidade ao processo de atualização e aperfeiçoamento da primeira edição do Caderno de pesquisa “Perfil da Juventude e Políticas Públicas no Espírito Santo”, levando em conta as diferentes dimensões e condições de vida associadas ao universo juvenil, tendo como referência os Eixos definidos pela Lei Estadual nº 8.594, de 13 de julho de 2007 que aprovou o Plano Estadual da Juventude (ESPÍRITO SANTO, 2007).

A publicação desta segunda edição permitiu um estudo mais pormenorizado das condições de vida dos jovens nos últimos dez anos (2001-2011), por meio da análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE). Além disso, este estudo apresenta um capítulo adicional “Os jovens no Espírito Santo”, o qual aborda aspectos demográficos da juventude no Espírito Santo.

A primeira parte deste trabalho apresenta o conceito de Juventude, levantando aspectos da heterogeneidade da categoria que o recorte etário (15 a 29 anos) não exime. Em seguida abordou-se a constituição de um marco legal para consolidar a política juvenil. Para ampliar a compreensão sobre o tema, discutiu-se em outro ponto quais são os parâmetros dessa política e como as concepções acerca da juventude prevalecentes em uma sociedade podem ter implicações diretas nos desenhos políticos adotados. Portanto, é importante que a formulação da Política Pública tenha relação direta com a diversidade da juventude. Para isso, discutiu-se, ao final da primeira parte o desafio de apreender tais diversidades sem cair na fragmentação que impossibilite o diálogo e as ações coletivas.

Em um segundo momento, utilizou-se os Eixos e Diretrizes¹ definidos pelo Plano Estadual para Juventude no Espírito Santo como referência, dessa forma a categoria Juventude é

¹ Eixo I: Desenvolvimento integral (Educação, Comunicação, Mercado de Trabalho, Cultura); Eixo II: Direito ao Território (Cidade, Campo, Transporte público, Meio ambiente e Comunidades tradicionais); Eixo III: Qualidade de vida (Saúde, Esporte, Lazer e tempo livre); Eixo IV: Direito a Diversidade; Eixo IV: Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos.

associada a vários aspectos: educação, mercado de trabalho, cultura, saúde, esporte, lazer e segurança, além de questões relacionadas ao território, tanto urbano, quanto rural. Houve um esforço conceitual para apresentar tais categorias, utilizando-se de indicadores, explanados por meio de tabelas e gráficos. Em alguns casos, a limitação das bases de dados impediu maiores detalhamentos.

O capítulo 2, “Os jovens no Espírito Santo”, mostra como a população jovem no Espírito Santo está distribuída segundo os critérios de sexo, cor ou raça, faixa etária e situação do domicílio, bem como analisa a concentração dos jovens nas microrregiões do Estado.

O capítulo 3 intitulado “Juventude, Educação e Mercado de Trabalho” discute como o crescimento da população jovem interfere diretamente no aumento das demandas sociais por capacidade de absorção da mão-de-obra e educação. Indicadores diversos relativos a inserção dos jovens na educação, em seus diferentes níveis e modalidades, e no mercado de trabalho no Espírito Santo são apresentados, com o objetivo de descrever o cenário vivenciado atualmente. Salienta-se que fatores significativos da formação juvenil entrelaçam-se à construção de perspectivas e trajetórias para o desenvolvimento tanto dos jovens quanto da sociedade.

O capítulo 4, “Juventude (s) e Território” mostra aspectos da relação entre a juventude e o território, seja ele entendido como o ambiente urbano, rural ou, especificamente, de comunidades tradicionais. Nessa relação sobressaem-se principalmente as questões relativas à moradia e ao transporte. Um pressuposto importante na discussão apresentada é que o direito constitucional à moradia pressupõe não apenas a existência de uma moradia, mas também a dignidade desta moradia. Destaca-se que o atendimento do direito ao território é alvo de políticas públicas diferentes e que a abordagem ao tema não tem nenhuma pretensão de esgotá-lo no âmbito desta publicação, face a sua complexidade.

O capítulo 5, “Qualidade de vida: saúde, esporte e lazer”, inicia-se afirmando que saúde não deve ser conceituada simplesmente a partir da ausência de doença ou enfermidade, mas como um estado completo de bem-estar físico, mental e social. Nesse sentido, pontua-se que é importante que o foco da promoção da saúde seja garantir oportunidades igualitárias aos diversos grupos populacionais, assegurando o acesso à informação, por exemplo. Um conjunto de fatores que se referem às condições sociais nas quais se desenvolve a vida do jovem podem influenciar positiva ou negativamente em sua rotina. Neste capítulo são abordados subtemas relativos a saúde sexual e reprodutiva, morbidade e mortalidade, esporte e tempo livre – temas diretamente relacionados, mas cujo estudo remete a acúmulos de conhecimento diferenciados e a indicadores específicos.

O capítulo 6, “Vitimização e Delinquência juvenil”, aborda a problemática tanto do jovem principal vítima da criminalidade, quanto aquela do jovem como um dos principais autores de delinquência. Busca entender quais fatores podem explicar sua vitimização e seu envolvimento com o crime, destacando que, a inserção nas atividades de delinquência juvenil encaminha esses jovens para uma situação ainda maior de vulnerabilidades sociais.

O capítulo 7, intitulado “Governança da Política Pública para Juventude no Brasil e no Espírito Santo”, apresenta a governança da política federal e estadual para a Juventude. A tentativa foi, especialmente, para o Governo Estadual do Espírito Santo, apresentar quais os principais atores políticos responsáveis pela política estadual, embora não tenha uma configuração precisa da integração das diversas instâncias. Por último, é apresentado um quadro, organizado por eixos da política, com a identificação dos programas e projetos que atendem ao público juvenil.

Por último, nas considerações finais são destacados alguns aspectos que possam contribuir com a formulação das Políticas Públicas.

Sumário

	APRESENTAÇÃO
15	1. JUVENTUDE(S)
16	1.1. Marco legal
19	1.2. Políticas Públicas para a Juventude
22	1.3. Políticas Públicas de Juventude e Diversidade
23	2. OS JOVENS NO ESPÍRITO SANTO
25	3. JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO
35	4. JUVENTUDE(S) E TERRITÓRIO
36	4.1. Habitação
40	4.2. Conectividade
42	4.3. Trânsito e transportes
43	4.4. Comunidades tradicionais
47	5. QUALIDADE DE VIDA: SAÚDE, ESPORTE E LAZER
47	5.1. Saúde sexual e reprodutiva
50	5.2. Morbidade e mortalidade
52	5.3. Juventude, esporte e tempo livre
57	6. VITIMIZAÇÃO E DELINQUÊNCIA JUVENIL
59	6.1. O Jovem vítima da violência
62	6.2. Jovens, violência e gênero
63	6.3. Municípios e violência juvenil
64	6.4. Delinquência juvenil
66	6.5. Perfil dos envolvidos
67	6.6. Adolescentes em conflito com a lei no Espírito Santo: análise dos dados da DEACL
69	7. GOVERNANÇA DA POLÍTICA PÚBLICA PARA JUVENTUDE NO BRASIL E NO ESPÍRITO SANTO
73	8. CONSIDERAÇÕES FINAIS
76	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
80	ANEXO

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Distribuição da população jovem de 15 a 29 anos por anos completos de estudo: ES, 2001-2011	28
Tabela 02 - Taxa de analfabetismo e analfabetismo funcional da população jovem de 15 a 29 anos, segundo a situação do domicílio: ES, 2011	29
Tabela 03 - População jovem de 15 a 29 que frequenta escola por modalidade e rede de ensino: ES, 2011	30
Tabela 04 - Taxa de distorção idade série: ES, 2010	30
Tabela 05 - Taxa de escolarização líquida: Brasil, Sudeste e ES, 2011, (%)	31
Tabela 06 - Alocação do tempo dos jovens por faixa etária: ES, 2001-2011, (%)	31
Tabela 07 - Alocação do tempo dos jovens segundo classes sociais: ES, 2001-2011, (%)....	32
Tabela 08 - Matrículas na Educação Profissional por localização e dependência administrativa: ES, 2007 e 2012	33
Tabela 09 - População, população jovem, domicílios e domicílios com população jovem: ES, 2001 e 2011	38
Tabela 10 - Percentual de domicílios com população jovem de 15 a 29 anos, atendidos por redes de infraestrutura básica: ES, 2001, 2005, 2009 e 2011	39
Tabela 11 - Déficit Habitacional, total e domicílios com renda <i>per capita</i> de até 3 salários mínimos segundo situação do domicílio: ES, 2011	39
Tabela 12 – Percentual de Domicílios com telefone, computador e internet: ES, 2001, 2005, 2009 e 2011	40
Tabela 13 - Percentual de usuários de cada modal por faixa etária, Região Metropolitana: ES, 2007	43
Tabela 14 - Taxa de mortalidade por AIDS por 100 mil habitantes: Brasil, Região Sudeste e ES, 2009-2010	48

Tabela 15 - Número de casos de AIDS por sexo e ano de diagnóstico: ES, 2009-2011*	49
Tabela 16 - Percentual de mães, na faixa etária de 15 a 19 anos no total de mães: Brasil, Região Sudeste e ES, 2001, 2009 e 2010	49
Tabela 17 - Taxa de mortalidade materna por 100 mil nascidos vivos: Brasil, Região Sudeste e ES, 2009-2010	50
Tabela 18 - Principais causas de morbidade hospitalar do SUS (CID 10), população jovem de 15 a 29 anos, por sexo: ES, 2012	51
Tabela 19 - Número absoluto, percentual e taxa por 100 mil de mortes por causas externas específicas, por sexo masculino, população jovem de 15 a 29 anos: ES, 2010	51
Tabela 20 - Número absoluto, percentual e taxa por 100 mil de mortes por causas externas específicas, por sexo feminino, população jovem de 15 a 29 anos: ES, 2010	52
Tabela 21 - Índice de Mortalidade por Homicídios/adolescentes e jovens de 12 a 29 anos, 2010	61
Tabela 22 - Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ-V), 2010	61

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Percentual da população jovem no conjunto da população: ES, 2011	23
Figura 02 - População jovem de 15 a 29 anos, por raça/cor: ES, 2011 (%)	24
Figura 03 - População total e população jovem de 15 a 29 anos, por raça/cor: ES, 2011 (%)	24
Figura 04 - População jovem, por faixas etárias: ES, 2011 (%)	24
Figura 05 - População jovem por idade: Brasil e ES, 2011 (%)	24
Figura 06 - População jovem de 15 a 29 anos, por situação de domicílio: ES, 2011 (%)	25

Figura 07 - População jovem de 15 a 29 anos, por microrregião: ES, 2010 (%)	25
Figura 08 - Variação percentual da População, da População Economicamente Ativa (PEA), da Ocupação e do Desemprego: ES, 2001/2011	25
Figura 09 - Distribuição da população jovem de 15 a 29 anos economicamente ativa por grupo de idade: ES, 2011	26
Figura 10 – Distribuição percentual da população jovem de 15 a 29 anos e 15 anos ou mais ocupada: ES, 2011	26
Figura 11 - Distribuição percentual da população jovem de 15 a 29 anos ocupada, segundo ramo de atividade: ES, 2011	26
Figura 12 - Distribuição percentual da população jovem de 15 a 29 anos desocupada segundo grupo de idade: ES, 2011	27
Figura 13 - Distribuição percentual da população jovem de 15 a 29 anos, desocupada na semana de referência, segundo anos de estudo: ES, 2011	27
Figura 14 - Escolaridade média da população jovem de 15 a 29 anos, por grupos de faixa etária, segundo anos de estudo: ES, 2011	28
Figura 15 - Escolaridade média da população jovem de 15 a 29 anos, segundo a situação do domicílio: ES, 2011	29
Figura 16 - Distribuição percentual da população jovem de 15 a 29 anos que frequenta escola segundo faixa etária: ES, 2011	29
Figura 17 - Distribuição da população jovem de 15 a 29 anos que frequenta escola segundo a modalidade de ensino: ES, 2011	30
Figura 18 - Alocação do tempo da população jovem de 15 a 29 anos: ES, 2011, (%)	31
Figura 19 - Percentual de domicílios com população jovem de 15 a 29 anos, atendidos por infraestrutura básica: ES, 2001-2011	39
Figura 20 - Déficit Habitacional Urbano ES, 2011, (%)	40

Figura 21 - Percentual de domicílios com população jovem com acesso a telefonia, computador e internet: ES – 2001, 2005, 2009 e 2011	41
Figura 22 - Percentual de domicílios com população jovem de 15 a 29 anos, com acesso a computador: ES, 2001, 2005, 2009 e 2011	41
Figura 23 - Percentual de domicílios com população jovem de 15 a 29 anos, com acesso a computadores com internet: ES, 2001, 2005, 2009 e 2011	41
Figura 24 - Percentual de domicílios com população jovem de 15 a 29 anos que residem com telefone móvel celular para uso pessoal por situação de domicílio: ES, 2001, 2005, 2009 e 2011	41
Figura 25 - Taxas por 100 mil de homicídios de população jovem e não jovem: Brasil, 1980-2011, (%)	60
Figura 26 - Taxa de homicídios por 100 mil, população jovem de 15 a 24 anos : Brasil Sudeste e ES, 2000 a 2011, (%)	60
Figura 27 - Taxa de Crimes Letais Intencionais por 100 mil habitantes, população jovem e não jovem: 2011 e 2012	62
Figura 28 - Homicídios por sexo: ES, 2002, 2006, 2010 e 2012, (%)	62
Figura 29 - Taxa de homicídios por 100 mil, por faixa etária, sexo masculino: ES, 2002, 2006, 2010 e 2011	62
Figura 30 - Taxas de homicídio doloso por 100 mil, por subgrupo populacional e grupo de municípios, 2011-2012	63
Figura 31 - Fator de risco e sexo, por grupo de municípios, 2010 e 2011	64
Figura 32 - Modelo integrado para causalidade da violência	64
Figura 33 - Percentual de presos por faixa de idade em relação ao total de presos: ES, 2005, 2010 e 2012	66
Figura 34 - Número de presos do sexo masculino, entre 18 a 29 anos: ES , 2005-2012.....	66

Figura 35 - Número de presos do sexo feminino, entre 18 a 29 anos : ES, 2005-2012.....	66
Figura 36 - Idade dos adolescentes em conflito com a lei <i>versus</i> nº de ocorrências: ES, 2010	67
Figura 37 - Organização Institucional da Política Pública para Juventude	71
Figura 38 - Órgãos estaduais responsáveis por Programas e Projetos para Juventude ...	72

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Territórios quilombolas no ES	44
Mapa 2 - Terras indígenas no ES	46

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Escolaridade média da população jovem de 15 a 29 anos por anos de estudo: ES, 2001 a 2011	27
Gráfico 02 - Taxa de analfabetismo e analfabetismo funcional da população jovem de 15 a 29 anos de idade: ES, 2001-2011, (%)	29

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Conselhos Municipais da Juventude (CMJ) – Espírito Santo	18
Quadro 02 - Jovens na escola	34
Quadro 03 - Glossário de termos sobre necessidades habitacionais	37
Quadro 04 - Rede Cultura Jovem (RCJ)	56
Quadro 05 - Modelo analítico conceitual: juventude e violência	65
Quadro 06 - Invisibilidade das meninas	68

ANEXO – LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Número de matrículas no Ensino Fundamental por dependência administrativa e localização: ES, 2012	83
Tabela 02 - Número de matrículas no Ensino Fundamental por Gênero e Cor/Raça: ES, 2012	83
Tabela 03 - Número de matrículas no Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado por dependência administrativa e localização: ES, 2012	83
Tabela 04 - Número de matrículas no Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado por Gênero e Cor/Raça: ES, 2012	84
Tabela 05 - Número de Matrículas, Concluintes e Ingressos por modalidade de ensino: ES, 2011	84
Tabela 06 - Número de jovens matriculados por Gênero e Cor/Raça, segundo a modalidade de ensino: ES, 2012	84
Tabela 07 - Número de jovens matriculados por Gênero e Cor/Raça, segundo a categoria administrativa e modalidade de ensino das Instituições de Ensino Superior: ES, 2011	84



Juventude(s)

O termo juventude, foco privilegiado desta publicação pode ser definido, numa primeira aproximação, a partir do recorte etário adotado pela Secretaria Nacional de Juventude, pelo Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) e pelo Estatuto da Juventude², que compreende os indivíduos com idade entre 15 e 29 anos.

A adoção no Brasil desse recorte etário é recente e segue uma tendência geral observada internacionalmente. Durante muito tempo considerou-se jovem o indivíduo entre 15 e 24 anos. A justificativa da ampliação para os 29 anos relaciona-se à maior expectativa de vida para a população em geral e à maior dificuldade desta geração em ganhar autonomia em função das mudanças no mundo do trabalho.

Certamente qualquer recorte etário adotado cumprirá uma função mais operacional do que conceitual, visto que não dará conta de toda a complexidade inerente ao tema. Este, embora não seja recente no cenário social e político, ainda carece de ser *ampliado* e *pluralizado*, com vistas a conceber as *heterogeneidades das adolescências e juventudes* (LEON DÁVILA, 2005, citado por TAQUETTI, 2010, p. 89).

Por isso não podemos perder de vista, neste espaço, que Juventude é uma categoria multidimensional e uma construção social e histórica. Ou seja, varia no tempo, de uma cultura para a outra, assim como no interior de uma mesma sociedade; não é um dado absoluto, mas parte da vida social, fruto dos processos de *estruturação social*.

Um sentido muito corrente do termo juventude remete à noção de uma fase entre a infância e a maturidade, uma etapa de transição para a vida adulta, cujos atributos principais são a independência econômica e familiar. Entretanto, é importante associar a esta noção de juventude a compreensão de como cada sociedade constitui esta etapa da vida e que significado lhe atribui, como esta fase é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais como classe, gênero, etnia etc.

O uso da expressão *juventudes* – no plural –, cumpre a função de *ênfatizar que, a despeito de constituírem um grupo etário que partilha várias experiências comuns, subsiste uma pluralidade de situações que confere diversidade às demandas e necessidades dos jovens* (AQUINO, 2009, p. 31).

²Projeto de Lei nº 4529/04 referente ao Estatuto da Juventude propõe em seu texto uma subdivisão na nomenclatura jovem, a saber: *jovem-adolescente*, entre 15 e 17 anos; *jovem-jovem*, entre 18 e 24 anos; *jovem-adulto*, entre 25 e 29 anos. Aprovado pelo Legislativo Federal em 2011 e em tramitação no Senado.

Importa salientar também o peso que determinadas visões assumiram, de forma estereotipada, nas discussões sobre juventude. Ao mesmo tempo em que encontramos a representação social do *ser jovem* como algo positivo, associado à beleza e à virilidade, responsável pelas mudanças sociais, encontramos também uma imagem negativa e massificada de juventude diretamente ligada a desvios de conduta, à rebeldia e à criminalidade, como problemas (NOVAES, citado por TAQUETTI, 2010, p.84).

Por outro lado, é corrente também a tendência a olhar a juventude a partir do *vir a ser*, focando esta fase do ciclo da vida como uma preparação para o futuro, onde os sujeitos são apenas vistos a partir de seu valor estratégico para o desenvolvimento social, desconsiderando-os como sujeitos de direito que querem viver efetivamente o presente, que têm demandas específicas.

Como afirma o CONJUVE (2011, p.16) é preciso pensar a juventude para além de um padrão único na transição para a vida adulta, *como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos que tem especificidades que marcam a trajetória de cada um.*

Compreender a Juventude enquanto um fenômeno multidimensional é entender que diversos são os fatores que constituem a identidade juvenil; trata-se de um momento onde o indivíduo começa a enfrentar e ter que dar respostas individuais às diversas instituições sociais que o cercam; é um momento onde passa-se por diversas transformações biológicas e psicológicas e que o contexto econômico e social ao qual ele está inserido é parte integrante da construção de sua personalidade. Tudo isso é fundamental para compreendermos que não estamos falando de uma população homogênea e sim de diversos grupos de pertencimento com identidades próprias, ou

seja, não estamos falando de juventude, mas sim de juventudes. É um momento na vida em que se está mais aberto a apreensão de novos conhecimentos, posturas e construções de novas relações sociais. (COELHO, 2003, citado por ARAUJO et al, p.2).

1.1 Marco legal

Não existe no Brasil uma tradição de políticas especificamente destinadas aos jovens. Durante muito tempo a principal referência legal para a juventude foi o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, 1990), que abrange a faixa etária até os 18 anos³. As autoras Enid Rocha da Silva e Carla Coelho de Andrade, em uma publicação do IPEA sobre o tema, sintetizam bem o cenário:

O estabelecimento do Ano Internacional da Juventude, em 1985, pela ONU, somado ao empenho de agências intergovernamentais como a OIJ, representou um grande impulso para que as questões de juventude entrassem na pauta de políticas públicas dos países da América Latina, ao longo da década de 1990. No entanto, o Brasil viveu uma situação singular em relação aos outros países da América Latina no que diz respeito ao desenvolvimento das políticas de juventude. Distintamente destes países, no caso brasileiro, as ações desencadeadas pelas agências da ONU tiveram pouca repercussão na formulação de programas ou organismos específicos de políticas para este grupo populacional. Naquele momento, pouca relevância se dava ao tema juventude, estando o foco das preocupações e mobilizações centrado na proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes. No Brasil, a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, resultado de intensa mobilização da sociedade e de movimentos sociais vinculados à questão emblemática de meninos e meninas de rua na década de 1980, foi um marco importante para a questão juvenil, mesmo reconhecendo que seus avanços se aplicaram apenas aos jovens até a faixa etária de 18 anos incompletos (SILVA; ANDRADE, 2009, p. 47-48).

³O ECA (Lei 8069/90) é um marco fundamental no ordenamento jurídico da proteção dos direitos para a população de 0 a 18 anos (doutrina de proteção integral).

Somente a partir da década de 1990 percebeu-se uma maior projeção do tema juventude que passou a contar com maior visibilidade e com a percepção de que ela vai além da adolescência, exigindo ações e projetos a partir de outras lógicas, além da proteção garantida pelo ECRIAD às crianças e aos adolescentes.

Nesse sentido, a constituição de um marco legal, que viabilize uma política juvenil como uma política de Estado é um processo recente e ainda em construção no Brasil.

A Emenda Constitucional 65 (BRASIL, 2010), promulgada em 13 de julho de 2010, alterou a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal para incluir o termo “jovem”,⁴ assim como modificou o art. 227 para incluir os interesses da juventude.

Art. 227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988; BRASIL, 2010, grifos nossos).

Além da modificação da redação inicial do Art. 227, parágrafos e incisos deste artigo também sofreram alterações para que expressassem os interesses dos jovens. Importa salientar aqui, no entanto, o parágrafo oitavo incluído pela Emenda 65 que afirma que a lei estabelecerá (I) o Estatuto da Juventude, destinado a regular os direitos dos jovens e (II) o Plano Nacional de Juventude, de duração decenal, visando à

articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas.

A aprovação da Emenda 65 certamente incluiu a juventude como uma questão de Estado e representou o reconhecimento da luta dos jovens.

O Estatuto da Juventude (Projeto de Lei 4529/2004) regulamenta os direitos das pessoas com idade entre 15 e 29 anos⁵, definindo obrigações da família, comunidade, da sociedade e do Poder Público. Aprovado em 2011 na Câmara dos Deputados e em 2013 no Senado⁶, o Estatuto estabelece a responsabilidade das esferas governamentais na execução das políticas juvenis.

O Plano Nacional de Juventude (Projeto de Lei Nº 4530/04), por sua vez, que ainda aguarda entrar na pauta de votação da Câmara dos Deputados, propõe um conjunto de metas que os governos – federal, estaduais e municipais – deverão cumprir em relação à política juvenil em um período de dez anos. Vale destacar que o Plano estabelece que os estados e municípios que criarem órgãos de gestão das políticas de juventude e aprovarem planos locais no prazo de dois anos após a sanção da futura lei terão prioridade na distribuição de recursos destinados ao tema.

A Emenda 65, o Estatuto da Juventude e o Plano Nacional de Juventude integram o marco legal da juventude no país, base fundamental para a consolidação de uma política de Estado voltada às especificidades deste segmento. Entretanto, tal política demanda também o fortalecimento dos

⁴A denominação do Capítulo VII do Título VII da CF passou a ser “Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso”.

⁵Sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.069, de 12 de julho de 1990, e dos demais diplomas legais pertinentes.

⁶Após a aprovação no Senado o Estatuto da Juventude ainda aguarda retorno à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados para tramitação final antes de ser sancionado.

órgãos de juventude⁷ e a ampliação dos canais de participação da juventude.

No Espírito Santo, a Lei Estadual 8.594/07⁸ instituiu em 2007 a Política Estadual de Juventude e criou o Conselho Estadual de Juventude (CEJUVE), como uma importante iniciativa no sentido de garantir a institucionalização das políticas direcionadas ao público jovem com idade entre 15 e 29 anos. Entretanto somente com o Decreto nº 3101 - R, de 30 de agosto de 2012, houve a regulamentação do CEJUVE e no dia 07 de fevereiro de 2013 foi publicado no Diário Oficial do estado o primeiro

edital de convocação da assembleia de eleição da representação civil do CEJUVE para atuar no biênio 2013/2015. Este edital prevê que a referida assembleia, assim como a nomeação e a posse dos conselheiros eleitos, ocorra somente no mês de abril do corrente ano, conforme calendário divulgado.

Vale destacar que a implementação do CEJUVE é um passo importante para a consecução do objetivo de promover ações que assegurem os direitos da juventude, numa perspectiva emancipatória e protagonista.

Quadro 01
Conselhos Municipais da Juventude (CMJ) – Espírito Santo

No Espírito Santo existem oito Conselhos Municipais da Juventude (CMJ): Vila Velha, Vitória, Serra, Cariacica, Pedro Canário, João Neiva, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica.

O CMJ é o espaço no qual poder público, movimentos e organizações juvenis e sociedade civil debatem as políticas públicas e procuram soluções para os desafios enfrentados pelos jovens. É também no Conselho que todas as bandeiras da juventude dialogam e conseguem aglutinar as ideias e debatê-las de maneira democrática, entre representantes do governo e da sociedade civil.

Os Conselhos Municipais têm como atribuições propor, elaborar, discutir e aprovar programas e projetos relativos à juventude; desenvolver estudos e pesquisas que subsidiem o planejamento de ações públicas em favor do segmento nos municípios; colaborar com a administração municipal na implementação de políticas públicas para juventude; promover, organizar e participar de seminários, discussões, cursos relativos aos temas que envolvem o universo da juventude, tal como suas expressões culturais, especificidades socioeconômicas, regionais, étnico-raciais e de gênero.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

⁷Como a Secretaria Nacional de Juventude, as coordenadorias e secretarias estaduais e municipais.

⁸Publicada no Diário Oficial no dia 13 de Julho de 2007.

1.2 Políticas Públicas para a Juventude

Torna-se importante buscar aqui uma aproximação aos conceitos *política* e política pública⁹, para que o sentido do termo “políticas públicas para a juventude” possa ser alcançado.

Se o Estado pode ser entendido como expressão das tensões, contradições e conflitos que derivam das desigualdades sociais – sejam elas regionais, de classe social, gênero, etnia e/ou geração –, a política, por sua vez, refere-se à luta pelo poder e à busca de acordos de governabilidade (ABAD, 2003, p. 14).

Sposito e Carrano (2003) traçam uma síntese interessante da caracterização de políticas públicas, conforme pode ser observado a seguir:

Em sua acepção mais genérica, a idéia de políticas públicas está associada a um conjunto de ações articuladas com recursos próprios (financeiros e humanos), envolve uma dimensão temporal (duração) e alguma capacidade de impacto. Ela não se reduz à implantação de serviços, pois engloba projetos de natureza ético-política e compreende níveis diversos de relações entre o Estado e a sociedade civil na sua constituição. Situa-se também no campo de conflitos entre atores que disputam orientações na esfera pública e os recursos destinados à sua implantação. É preciso não confundir políticas públicas com políticas governamentais. Órgãos legislativos e judiciários também são responsáveis por desenhar políticas públicas. De toda a forma, um traço definidor característico é a presença do aparelho público-estatal na definição de políticas, no acompanhamento e na avaliação, assegurando seu caráter público, mesmo que em sua realização ocorram algumas parcerias. [...] (SPOSITO; CARRANO: 2003, p. 17 – nota 1).

Trata-se de um espaço de conflitos, onde os atores disputam as orientações na esfera pública,

assim como os recursos necessários para implementar estas orientações sob a forma de ações articuladas voltadas a determinados objetivos.

Destaque-se que a política pública se constitui na *relação* entre Estado e sociedade civil. Para que exista uma política pública é necessário que uma determinada situação requeira uma decisão coletiva, capaz de se converter em vinculadora de toda a sociedade. Ou seja, a situação deve ser entendida como um *problema político*, um conflito ou demanda que afeta a convivência social. Os atores sociais envolvidos, por sua vez, devem ter relevância, devem ser capazes de exercer pressão de alguma forma sobre a agenda governamental (ABAD, Miguel, 2003, p. 15). A política pública pressupõe o reconhecimento da sociedade e do Estado de que *a questão* a que se refere tem uma dimensão pública. Por outro lado, este reconhecimento do caráter público não é gratuito, mas fruto da dinâmica social, com suas desigualdades, tensões e contradições características.

A presença do aparelho público-estatal, seja na formulação, seja no acompanhamento ou avaliação é outro ponto importante assinalado por Sposito e Carrano (2003) na definição de política pública, citada anteriormente.

Nesse sentido, as políticas públicas para a juventude, então, são políticas destinadas a um grupo populacional específico, que surgem quando a juventude e/ou a situação vivida pelos jovens passam a serem vistas como uma *questão política* (um conflito ou demanda que afeta a convivência social). Essa percepção – embora não seja (em termos históricos) necessariamente concomitante à constituição dos jovens como

⁹Não pretendemos obviamente esgotar aqui todo o debate existente em torno dos termos política e políticas públicas. Trata-se apenas de uma aproximação de alguns elementos importantes que configuram os conceitos e que nos auxiliarão neste contexto.

atores sociais relevantes – potencializa-se quando os jovens tornam-se capazes de exercer pressão sobre a agenda governamental.

Vale destacar que as disputas não são só políticas, no sentido restrito do termo, mas simbólicas, operando com significados heterogêneos e por vezes opostos. Como afirmam Sposito e Carrano:

[...] Em sua diversidade, a sociedade civil conforma, por meio de suas organizações, representações muitas vezes opostas sobre a juventude, enquanto momento do ciclo de vida, e sobre as relações dos jovens com o mundo adulto. E, finalmente, os próprios jovens são protagonistas ativos dessas disputas em torno dos sentidos que emprestam ao tema da juventude, pois mesmo como atores impõem significados que traduzem modos diversos de pensar a si mesmos e a seus pares, perfilam diferentemente suas demandas e estabelecem projetos pessoais ou coletivos muitas vezes reproduzindo discursos adultos dominantes no âmbito social. Por essas razões, é preciso evitar o ardil que nega o caráter natural do ciclo de vida, incorporando recortes históricos, sociais e culturais que constituem a condição juvenil na contemporaneidade, mas reintroduz esse mesmo diapasão naturalista ao considerar que a condição juvenil produz intrinsecamente concepções semelhantes sobre sua fase de vida, em nítida oposição às representações dominantes advindas do mundo adulto (SPOSITO; CARRANO: 2003; p. 24-25).

As concepções acerca da juventude prevalecentes em uma sociedade têm implicações diretas nos desenhos políticos adotados¹⁰. Krauskopf (apud TAQUETTI, 2010) formulou o entendimento desta interação em quatro paradigmas principais:

1. *A juventude como período preparatório nas políticas* - [...] enfoque na preparação e formação

do jovem para maturidade, sob uso do tempo livre, adotando claramente a noção de moratória social e vital, já que as ações são voltadas à educação, voluntariado, forças armadas e desporto [...];

2. *A juventude como etapa problema nas políticas* - o jovem aparece como problema para a sociedade [...]. Há uma estigmatização e criminalização dos jovens e grupos juvenis. [...] receio em relação à descontinuidade dos valores intergeracionais preconizados pelas instituições tradicionais como família, escola e o trabalho;

3. *A juventude cidadã como sujeito de políticas* - o jovem é visto como sujeito pleno de direitos, sob influência da criação de legislações que visam à proteção social e [...] de uma renovação da participação juvenil em prol da construção desses direitos;

4. *O reconhecimento da juventude nas políticas como ator estratégico do desenvolvimento* - focado na juventude pobre, [...] enfrentamento da exclusão social, preconizando a formação de capital humano juvenil e fortalecimento do capital social (TAQUETTI, 2010, p. 95-96).

Vale destacar que a síntese apresentada acima pode ser assumida neste contexto como um recurso metodológico ou como um parâmetro de análise da realidade, semelhante aos *tipos ideais* da sociologia compreensiva¹¹, uma vez que os quatro paradigmas não são excludentes nem necessariamente seqüenciados em termos cronológicos. Embora certas percepções possam prevalecer em alguns momentos históricos, é possível afirmar a *coexistência*, no cenário atual brasileiro, de campos de significados distintos e muitas vezes até opostos.

Silva e Andrade (2009) assinalam que no final da década de 1990¹², período em que o tema juventude começa a ganhar maior expressão, predominavam as percepções que associavam a juventude

¹⁰Sposito (2003) chama atenção para a possibilidade de uma relação inversa também onde as orientações no campo da política pública conformem novas percepções e criem um impacto sobre a sociedade, o que reitera o caráter complexo da interrelação entre o conjunto de percepções dominantes sobre o que é ser jovem e as políticas de juventude.

¹¹Referência ao marco teórico construído por Max Weber, um dos autores clássicos na Sociologia.

¹²Até então os jovens, em geral, eram atendidos pelas políticas sociais existentes destinadas ao conjunto da população, no âmbito da educação, saúde e trabalho.

de à violência, aos comportamentos de risco e à transgressão, o que influenciou a maioria das ações destinadas aos jovens¹³.

Prevaleceram, portanto, políticas focalizadas em setores que apresentam as características de vulnerabilidade, risco ou transgressão – normalmente, os grupos visados encontravam-se na juventude urbana, pobre e negra. De forma geral, eram iniciativas pontuais de curta duração e voltadas para a inclusão social de jovens via oficinas de capacitação, visando melhorar a inserção no mundo do trabalho (SILVA; ANDRADE, 2009, p. 49).

Sem dúvida, a associação imediata dos jovens à condição de “risco social” ainda se faz presente em nossa sociedade, mas o surgimento de organizações e grupos juvenis com representação em variados campos – cultural, esportivo, estudantil, político-partidário, movimentos étnicos e em prol da igualdade de gênero, associações de bairro, entre outros – é um dos fatores que favorecem a emergência da compreensão dos jovens como *sujeitos de direitos*, “definidos não *por suas incompletudes ou desvios*, mas por suas especificidades e necessidades, que devem ser reconhecidas no espaço público como demandas cidadãs legítimas” (ABRAMO, 2005 citado por SILVA; ANDRADE, 2009, p. 49).

É esta compreensão dos jovens como *sujeitos de direitos* que está sendo assumida neste espaço. Este deve ser um pressuposto fundamental da construção das políticas de juventude, o que

remete a um novo modelo de relacionamento do mundo adulto com as novas gerações, a um modo de praticar a ação política pautado na abertura de canais de participação dos atores juvenis. O que não exclui ou se opõe necessariamente ao reconhecimento dos *jovens como atores estratégicos do desenvolvimento ou da juventude como um período de formação e preparação para a maturidade*.¹⁴

Se foi assumido aqui a compreensão do termo juventude a partir do reconhecimento de sua diversidade, sem pretensões universalizantes, é preciso reconhecer também a importância dos canais de participação dos segmentos juvenis. Sem uma escuta qualificada dos sujeitos reais e concretos – os jovens –, a formulação de políticas públicas de juventude corre o grande risco de não alcançar de fato os objetivos propostos.

Para além do marco legal, a construção de uma política pública de juventude, como política de Estado, demanda o fortalecimento dos órgãos de juventude, ou seja, da Secretaria Nacional de Juventude, das coordenadorias e secretarias estaduais e municipais, bem como a consolidação e ampliação de canais de participação da juventude, fortalecendo os conselhos e demais espaços de participação¹⁵.

Nesse sentido, em âmbito federal, em 2005¹⁶, o Governo criou a Secretaria Nacional de

¹³ Para uma contextualização histórica das políticas de juventude a partir da redemocratização do país ver síntese presente na publicação “Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude 2003-2010” (CONJUVE, 2011, p. 18-23).

¹⁴ “Vive-se a simultaneidade de tempos no debate sobre a juventude, o que faz a convivência, muitas vezes dentro de um mesmo aparelho de Estado, de orientações tais como as dirigidas ao controle social do tempo juvenil, à formação de mão-de-obra e também as que aspiram à realização dos jovens como sujeitos de direitos. No que pese o maior ou o menor predomínio de determinada tendência ao longo da história, algumas formulações em torno dos segmentos juvenis e da juventude têm sido mais fortemente reiteradas nos últimos anos. Os jovens ora são vistos como problemas ou como setores que precisam ser objeto de atenção. Manter a paz social ou preservar a juventude? Controlar a ameaça que os segmentos juvenis oferecem ou considerá-los como seres em formação ameaçados pela sociedade e seus problemas? (Lagree, 1999)” (SPOSITO; CARRANO, 2003, p. 18-19).

¹⁵ Importa assinalar que participação é mais do que representação em órgãos colegiados ou conselhos. É preciso que os jovens ampliem seus conhecimentos sobre procedimentos orçamentários, trâmites legislativos, lidar com contas públicas, etc.

¹⁶ Os estados de São Paulo, em 1986, e Minas Gerais, em 1987, instituíram os primeiros conselhos estaduais de juventude (CONJUVE, 2011, p. 18).

Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República e o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE)¹⁷, espaços importantes para a formulação das políticas de juventude.

A criação de secretarias, coordenadorias e conselhos de juventude em vários municípios e estados brasileiros, assim como a criação dos Fóruns Nacionais de Gestores Municipais e Estaduais de Juventude representam o fortalecimento institucional da temática.¹⁸

Percebe-se pelo exposto que as políticas públicas de juventude no Brasil têm trilhado um caminho importante rumo à sua consolidação. Entretanto, inúmeros desafios ainda se fazem presentes nesta trajetória, em especial o desafio de transpor as *visões estereotipadas* acerca dos jovens, que tendem a desqualificar qualquer interlocução pretendida pelos mesmos na esfera pública. Para além das definições que partem das incompletudes ou dos desvios, é preciso ampliar a percepção e a escuta dos sujeitos concretos, a partir da compreensão dos jovens como sujeitos de direito.

1.3 Políticas Públicas de Juventude e Diversidade

A construção histórica e social das políticas da juventude, assim como as demais políticas sociais, dialoga diretamente com a noção de cidadania, com a dimensão dos direitos que devem ser assegurados aos indivíduos dentro da sociedade.

Até muito recentemente as lutas sociais por direitos tinham como bandeira principal a *afirmação da igualdade*. O cenário atual, no entanto, tem revelado um deslocamento significativo, onde o *direito à diferença* ganha especial importância. A afirmação *somos todos iguais* parece perder cada vez mais espaço para a bandeira da diversidade: *temos direito de ser diferentes*.

Vale destacar, entretanto, que a relação entre os termos igualdade e diversidade não é necessariamente de polarização. Como afirma Candau (2008, p. 47): *Não se trata de afirmar um pólo e negar o outro, mas de articulá-los de tal modo que um nos remeta ao outro*.

Nesse contexto, é possível afirmar as diferenças/singularidades sem fragmentar o sujeito coletivo destinatário das políticas públicas de juventude? Ou, dito de modo inverso, é possível falar de um modo genérico em juventude, sem ofuscar as diversas identidades contidas neste grande recorte?

Tudo indica que a resposta à primeira pergunta é positiva. O desafio é apreender as diversidades sem cair na fragmentação que impossibilita o diálogo e as ações coletivas.

A afirmação de identidades específicas (como: negros, mulheres, indígenas, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais ou pessoas com deficiência entre outros) dentro do recorte *juventude* não significa fragmentação ou apenas reivindicar *direitos para alguns*, mas a possibilidade de explorar o que cada movimento identitário

¹⁷ Atualmente o CONJUVE é composto por 60 conselheiros, dentre os quais 20 são indicados pelo poder público - Ministérios, Fórum de Secretários e Gestores Estaduais de Juventude, Frente Parlamentar de Juventude da Câmara dos Deputados e o Fórum de Gestores Municipais de Juventude - e 40 são eleitos em assembleia pela sociedade civil – membros de organizações juvenis de representação nacional, ONGs, redes e movimentos.

¹⁸ Some-se a isso o fato de que em 2008 o Brasil solicitou sua adesão oficial à Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ), o único órgão multilateral de juventude no mundo, vinculado à Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEA).

pode contribuir para a formulação das políticas de juventude de forma mais ampla.

É um ganho da modernidade, em fases mais recentes, reconhecer a dialética entre direitos humanos no geral, tendo como referência a humanidade, e os direitos humanos de muitos considerando suas singularidades, tanto em termos de vulnerabilidades negativas, quanto em termos de possibilidades, vivências, linguagens próprias e irreverências (CASTRO: 2004, p. 9).

Se foi afirmado aqui a compreensão do termo juventude a partir do reconhecimento de sua diversidade, sem a naturalização do mesmo ou pretensões *universalizantes*, admite-se também que a unidade do sujeito das políticas públicas de juventude não é dada previamente. O que não implica um caráter negativo do processo político, mas exige uma práxis mais sensível à diferença e ao reconhecimento de ambigüidades e contradições dentro do recorte juventude. Vale lembrar, que estas ambigüidades e contradições podem ser extremamente produtivas.

Entende-se então que qualquer política pública de juventude que venha a ser construída sem considerar como os diferentes jovens vivem sua juventude e as desigualdades vivenciadas no acesso a oportunidades e direitos de acordo com as diferentes demarcações sociais (negros,

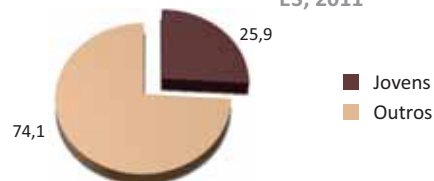
indígenas, mulheres, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, pessoas com deficiência, local de moradia, ser ou não de comunidades tradicionais, entre outras) tende a gerar uma invisibilidade acerca deste sujeito coletivo, comprometendo o alcance dos objetivos anunciados. *As políticas públicas para os jovens, só se caracterizam como tal, se refletir as condições específicas das “juventudes”, e advir de pautas que realcem a capacidade e a participação política dos mesmos* (ARAUJO et al, s/d, p. 4).

Nesse contexto é pertinente lembrar a afirmação do sociólogo Boaventura de Souza Santos: *temos o direito a ser iguais, sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza* (SANTOS, 2006, p. 462). É possível e necessário propor diálogos entre diferentes grupos identitários sobre preocupações convergentes, a partir de universos sociais e culturais diversos. Compete ao Estado e à sociedade civil garantir espaços efetivos de interlocução e escuta dos diferentes grupos juvenis, com vistas a assegurar que o *direito à igualdade* assim como o direito à diferença sejam princípios norteadores na formulação e implementação das políticas públicas de juventude.

2. OS JOVENS NO ESPÍRITO SANTO

Em 2011, segundo o IBGE / Pnad, a população do Espírito Santo foi estimada em 3.604.367 pessoas. Deste total, 935.080 eram jovens (15 a 29 anos), ou seja, 25,9% da população do estado. No Sudeste, em 2011, a proporção de jovens era 24,2% e no Brasil era 25,3%.

Figura 01
Percentual da população jovem no conjunto da população: ES, 2011

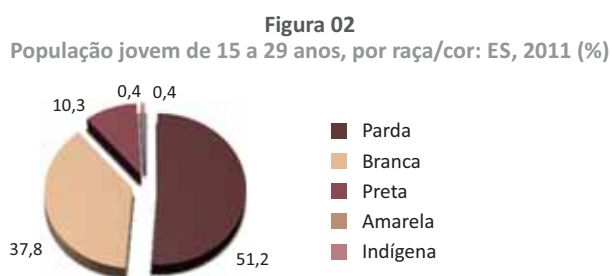


Fonte: IBGE, PNAD 2011.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

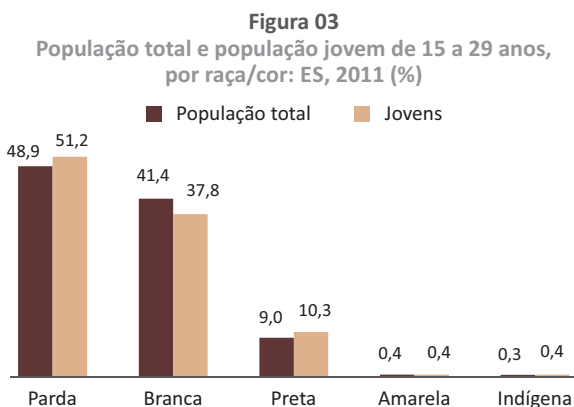
Entre os jovens do Espírito Santo, 49,9% (466.782) eram do sexo feminino e 50,1% (468.298) eram do sexo masculino.

Quanto à distribuição por raça ou cor, 51,2% se autodeclararam pardos, 37,8% brancos, 10,3% pretos, 0,4% indígenas e 0,4% amarelos, conforme mostra a figura 2.



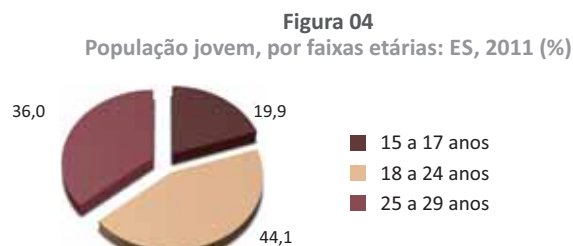
Fonte: IBGE, PNAD 2011.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

Vale destacar que na comparação entre as distribuições da população total e de jovens por raça/cor no Espírito Santo, os jovens apresentaram uma sobrerrepresentação de pardos e negros e uma sub-representação de brancos, conforme pode ser observado na figura 3. Amarelos e indígenas também apresentam pequenas variações (negativa, no primeiro caso, e positiva, no segundo) entre os jovens em relação aos percentuais observados na população total.



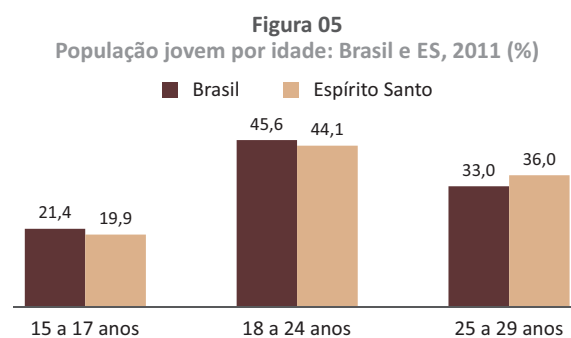
Fonte: IBGE, PNAD 2011.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

A figura 4 traz a distribuição dos jovens, por faixas etárias, no Espírito Santo, em 2011: 44,1% dos jovens do estado estavam na faixa etária de 18 a 24 anos (jovem-jovem), 36,0% estavam na faixa de 25 a 29 anos (jovem-adulto) e 19,9% estavam entre os 15 e 17 anos (jovem-adolescente).



Fonte: IBGE, PNAD 2011.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

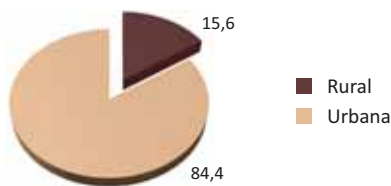
A distribuição dos jovens do Brasil, por faixas etárias, em 2011, é semelhante à do estado, com algumas variações em pontos percentuais como mostra a figura 5. O Espírito Santo em relação ao Brasil apresenta proporções menores de jovens nas duas primeiras faixas etárias consideradas e, em contraposição, um percentual mais elevado na faixa etária de 25 a 29 anos.



Fonte: IBGE, PNAD 2011.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

No Espírito Santo, em 2011 segundo a Pnad, estima-se que 84,4% da população de jovens estavam no meio urbano e 15,6% no meio rural, conforme ilustra a figura 6.

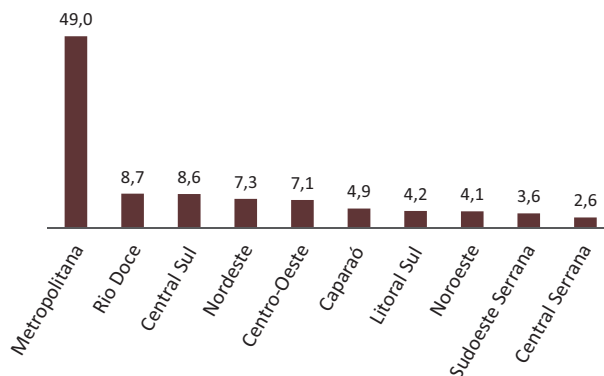
Figura 06
População jovem de 15 a 29 anos, por situação de domicílio: ES, 2011 (%)



Fonte: IBGE, PNAD 2011.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

A figura 7 indica que a microrregião Metropolitana concentrava 49,0% dos jovens do estado em 2010, conforme dados do Censo.

Figura 07
População jovem de 15 a 29 anos, por microrregião: ES, 2010 (%)



Fonte: IBGE, Microdados do Censo 2010.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

3. JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO

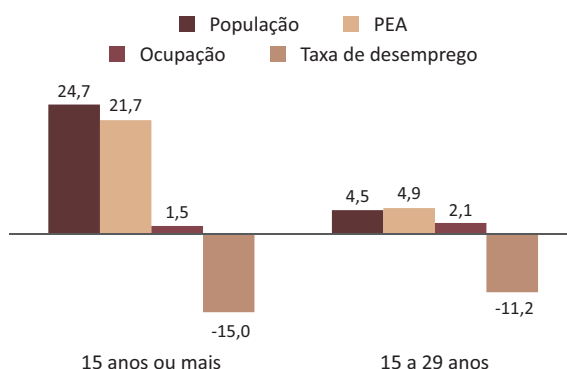
No eixo sobre Desenvolvimento Integral da juventude, compreender quais são os fatores significativos na sua formação e na construção de suas identidades, perspectivas e trajetórias é indispensável para o entendimento do jovem contemporâneo (CONJUVES, 2011).

Os jovens formam o conjunto de pessoas que, efetivamente, pressiona a economia para a criação de novos postos de trabalho e oportunidades no ensino superior. Assim, com o crescimento da população jovem a uma média de 0,6% ao ano¹⁹, crescem as demandas sociais por capacidade de absorção da mão-de-obra, educação e o reconhecimento da importância dos jovens na implantação de políticas públicas.

Mas o aumento na quantidade de jovens se deu de forma diferenciada da evolução da população de 15 anos ou mais. Enquanto esta cresceu 24,7% entre 2001 e 2011, a população jovem de 15 a 29

anos cresceu apenas 4,5%. A população economicamente ativa²⁰ cresceu 4,9% entre os jovens e 21,7% entre a população de 15 anos ou mais. Em relação ao desemprego, em ambos grupos etários houve diminuição, contudo a diminuição entre os jovens de 15 a 29 anos foi inferior à apresentada pela população de 15 anos ou mais (FIGURA 8).

Figura 08
Variação percentual da População, da População Economicamente Ativa (PEA), da Ocupação e do Desemprego: ES, 2001/2011



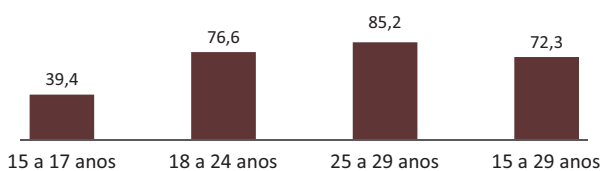
Fonte: IBGE, PNAD 2011.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

¹⁹Taxa de crescimento geométrica entre 2000 e 2010.

²⁰Pessoas ocupadas ou que procuram emprego.

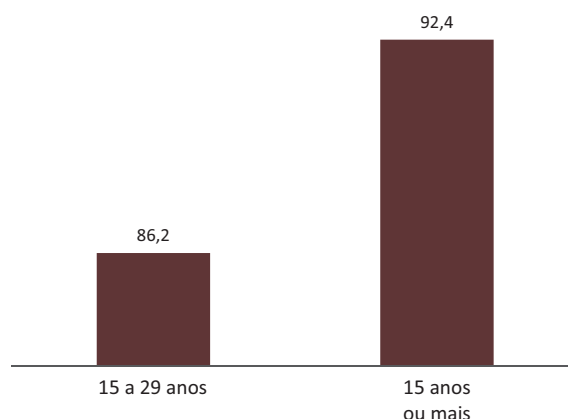
Em 2011, no Espírito Santo, do total de jovens de 15 a 29 anos 72,3% se declararam como economicamente ativos. Como esperado, a participação da população economicamente ativa de 15 a 29 anos é crescente quando analisada segundo os grupos de idade. Entre a população de 15 a 17 anos (idade escolar), 39,4% se declararam como economicamente ativos (FIGURA 9). Na medida em que os grupos de idade se distanciam da idade escolar a participação da população economicamente ativa se eleva: 39,4% para o grupo de 15 a 17 anos; 76,6% para o grupo de 18 a 24 anos; 85,2% para o grupo de 25 a 29 anos; e 85,2% para o grupo de 25 a 29 anos.

Figura 09
Distribuição da população jovem de 15 a 29 anos economicamente ativa por grupo de idade: ES, 2011



Fonte: IBGE, PNAD 2011.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

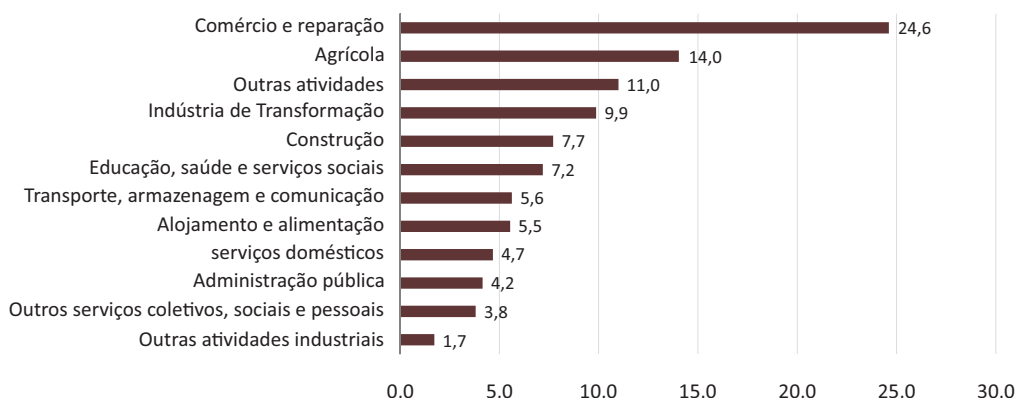
Figura 10
Distribuição percentual da população jovem de 15 a 29 anos e 15 anos ou mais ocupada: ES, 2011



Fonte: IBGE, PNAD 2011.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

A ocupação total (15 anos ou mais) no Estado foi de 92,4%, enquanto para os jovens esse valor foi de 86,2% (FIGURA 10). Os postos de trabalho abertos para jovens que mais se destacaram foram nos ramos de atividade de Comércio e reparação (24,6%), Agrícola (14,0%) e Outras atividades (11,0%) (FIGURA 11).

Figura 11
Distribuição percentual da população jovem de 15 a 29 anos ocupada, segundo ramo de atividade: ES, 2011



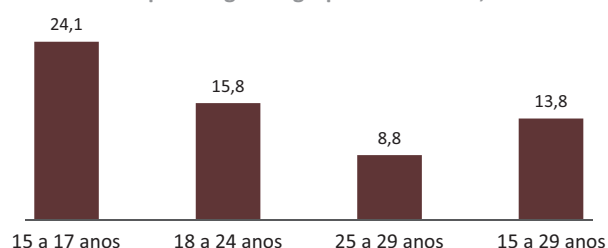
Fonte: IBGE, PNAD 2011.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

Contudo, segundo Pochmann (2007), para muitos jovens brasileiros, a condição de atividade vem sendo marcada por situações de desemprego recorrente, sem possibilidade de construir

uma trajetória ocupacional segura de ascensão social, conforme se observava há menos de cinquenta anos atrás.

Em 2011, o Espírito Santo apresentou 1 desempregado a cada 7 jovens. Na média, a população de 15 a 29 apresentou 13,8% de indivíduos desocupados. Para o grupo etário de 15 a 17 anos a taxa de desemprego foi de 24,1%; 15,8% para o grupo de 18 a 24 anos; e 8,8% para o grupo de 25 a 29 anos (FIGURA 12).

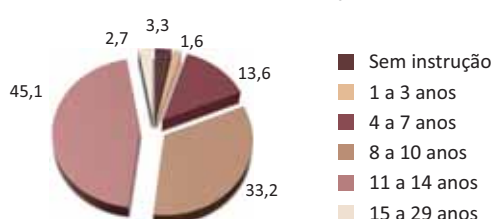
Figura 12
Distribuição percentual da população jovem de 15 a 29 anos desocupada segundo grupo de idade: ES, 2011



Fonte: IBGE, PNAD 2011.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

Quando analisada a distribuição da população jovem desempregada, segundo anos de estudo, verifica-se que a categoria de 15 a 29 anos de estudo representa 2,7% da população jovem desocupada; 11 a 14 anos de estudo representa 45,1%; 8 a 10 anos de estudo representa 33,2%; 4 a 7 anos de estudo representa 13,6%; 1 a 3 anos de estudo representa 1,6%; e por último, a categoria sem instrução representa 3,3% no total de jovens desocupados (FIGURA 13).

Figura 13
Distribuição percentual da população jovem de 15 a 29 anos, desocupada na semana de referência, segundo anos de estudo: ES, 2011

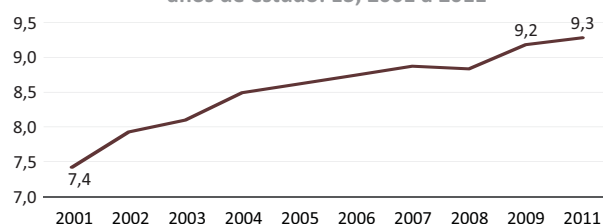


Fonte: IBGE, PNAD 2011.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

A educação é um mecanismo para superar tanto a pobreza como as causas estruturais que a reproduzem – a exemplo da baixa produtividade no trabalho, a marginalidade cultural e a maior vulnerabilidade dos jovens frente à carência de informações para a prevenção de certas doenças e comportamentos de risco –, sendo que a igualdade de oportunidades nesse campo é fundamental para incentivar a mobilidade social. Por essa razão, os investimentos destinados a incrementar a frequência e o aproveitamento educacional dos jovens possuem diversos efeitos positivos na redução da pobreza e das profundas desigualdades que caracterizam vários países do mundo (BARBER-MADDE & ABE SABER, 2010).

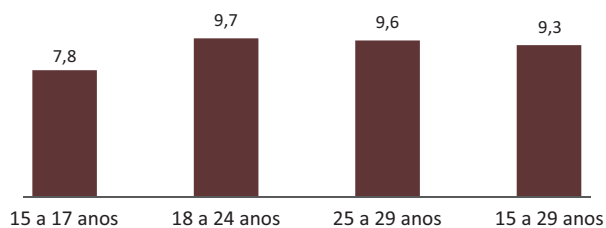
De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) o Espírito Santo, na última década (2001-2011), apresentou melhoras nos indicadores educacionais. O gráfico 1 mostra que a escolaridade média da população de 15 a 29 anos residente no estado passou de 7,4 anos de estudo, em 2001, para 9,3 anos de estudo, em 2011. Ao analisarmos a escolaridade média por grupos de faixa etária, verificamos que, em 2011, a população de 15 a 17 anos apresentou média de 7,8 anos de estudo, enquanto que os jovens de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos apresentaram médias de 9,7 e 9,6 anos de estudo (FIGURA 14).

Gráfico 01
Escolaridade média da população jovem de 15 a 29 anos por anos de estudo: ES, 2001 a 2011



Fonte: IBGE, PNAD 2001 a 2011.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

Figura 14
Escolaridade média da população jovem de 15 a 29 anos, por grupos de faixa etária, segundo anos de estudo: ES, 2011



Fonte: IBGE, PNAD 2011.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

Vimos que o Espírito Santo tem apresentado aumentos crescentes na escolaridade média dos jovens capixabas, contudo, o número de anos de estudo alcançados em 2011 foram inferiores aos níveis necessários para a conclusão do Ensino Fundamental (pelo menos 9 anos de estudo) na faixa etária de 15 a 17 anos e do Ensino Médio (pelo menos 11 anos de estudo) nas faixas etárias de 18 a 24 anos e 25 a 29 anos. Portanto, no campo

da educação o estado ainda precisa avançar na implantação de medidas que garantam o aumento da escolaridade média dos jovens.

De acordo com os dados da tabela 1, em 2001, do total de jovens de 15 a 29 anos, 39,2% possuem pelo menos 9 anos de estudo, enquanto que em 2011 esse percentual passou a representar 62,8% dos jovens nesse grupo etário, ou seja, uma variação de 60,1% para o período analisado. Do total de jovens de 18 a 24 anos 72,2% possuem pelo menos 9 anos de estudo em 2011. Para o nível de escolaridade de pelo menos 11 anos de estudo, o grupo etário de 18 a 24 anos tem participação de 56,6%. Já do total de jovens de 25 a 29 anos 57,2% possuem pelo menos 11 anos de estudo, enquanto 12,3% desse total possuem pelo menos 15 anos de estudo, um aumento em relação a 2001 de aproximadamente 248%.

Tabela 01
Distribuição da população jovem de 15 a 29 anos por anos completos de estudo: ES, 2001-2011

Anos completos de estudo	Grupos de idade	Participação (%)		Var. (%)
		2001	2011	
Pelo menos 9 anos de estudo	15 a 29 anos	39,2	62,8	60,1
	18 a 24 anos	47,8	72,2	51,1
Pelo menos 11 anos de estudo	18 a 24 anos	34,0	56,6	66,5
	25 a 29 anos	29,7	57,2	92,8
Pelo menos 15 anos de estudo	25 a 29 anos	3,5	12,3	247,7

Fonte: IBGE, PNAD 2001/2011.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

Em geral, aumentos na escolaridade média ocorrem em função de reduções do analfabetismo, aumento da frequência escolar e redução na proporção de pessoas em ano irregular de estudo.

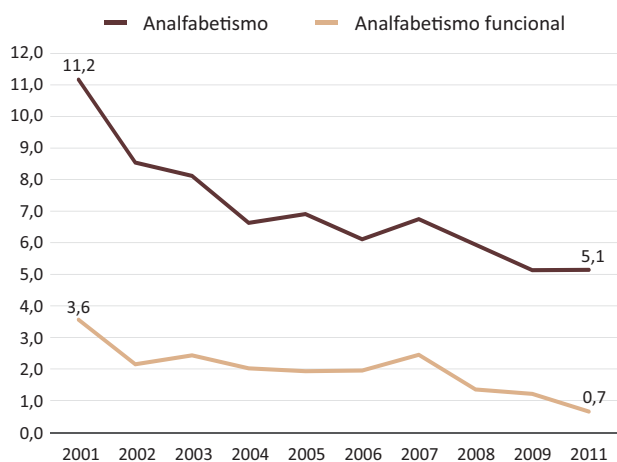
O gráfico 2 revela que o analfabetismo entre os jovens capixabas, apesar de residual, existe. No período de 2001 a 2011, a taxa de analfabetismo

da população de 15 a 29 anos apresentou tendência decrescente no Espírito Santo. Em 2001, a taxa de analfabetismo passou de 3,6% para 0,7% em 2011, o menor índice para o período. No que se refere ao analfabetismo funcional²¹, sua participação na população jovem é maior durante todo o período, passando de 11,2%, em 2001, para 5,1% em 2011, o que representa uma redução de 6,1 pontos percentuais.

²¹População com menos de 4 anos de estudo.

Gráfico 02

Taxa de analfabetismo e analfabetismo funcional da população jovem de 15 a 29 anos de idade: ES, 2001-2011, (%)



Fonte: IBGE, PNAD 2001 a 2011.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

Ao observar a ocorrência de analfabetismo pela situação do domicílio dos jovens capixabas verifica-se que do total de analfabetos de 15 a 29 anos 75,0% foram encontrados em áreas urbanas do Espírito Santo em 2011, enquanto 25,0% em áreas rurais. No que se refere ao analfabetismo funcional, a concentração em áreas urbanas foi de 61,1%, e nas áreas rurais de 38,9% (Tabela 2). Contudo, de acordo com a figura 15, quando se considera a escolaridade média da população jovem de acordo com sua situação do domicílio constata-se maior nível de escolaridade entre os jovens das áreas urbanas (9,6 anos de estudo) em relação aos jovens das áreas rurais (7,8 anos de estudo).

Tabela 02

Taxa de analfabetismo e analfabetismo funcional da população jovem de 15 a 29 anos, segundo a situação do domicílio: ES, 2011

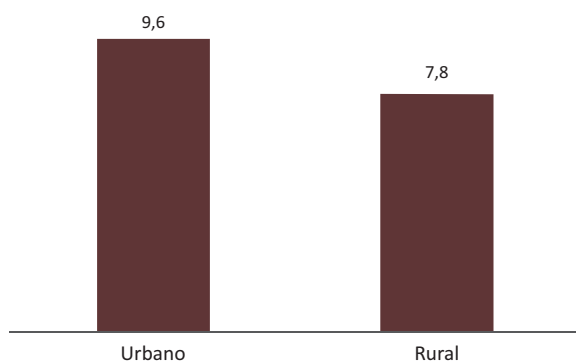
Situação do domicílio	Analfabetismo		Analfabetismo Funcional	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Total	6.062	-	47.995	-
Urbano	4.546	75,0	29.301	61,1
Rural	1.516	25,0	18.694	38,9

Fonte: IBGE, PNAD 2011.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

Figura 15

Escolaridade média da população jovem de 15 a 29 anos, segundo a situação do domicílio: ES, 2011



Fonte: IBGE, PNAD 2011.

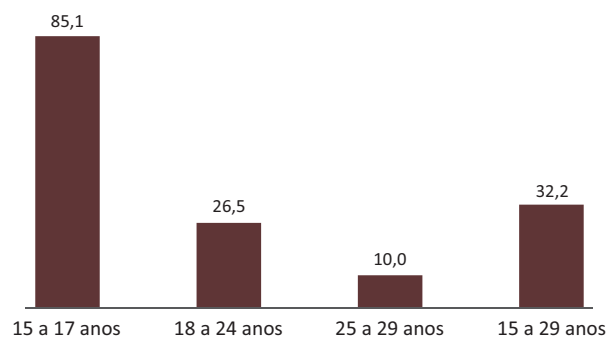
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

Quanto à frequência escolar dos jovens no estado (FIGURA 16), verifica-se que 85,1% dos jovens de 15 a 17 anos frequentam a escola. Contudo, nas

faixas etárias seguintes, de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos, esse valor cai para 26,5% e 10,0%, respectivamente.

Figura 16

Distribuição percentual da população jovem de 15 a 29 anos que frequenta escola segundo faixa etária: ES, 2011



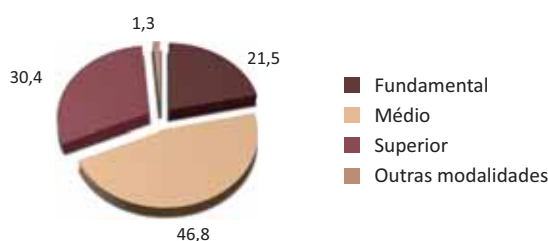
Fonte: IBGE, PNAD 2011.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

Desse total de jovens, 21,5% frequentam o Ensino Fundamental²², 46,8% o Ensino Médio e 30,4% o Ensino Superior²³; o restante, equivalente a 1,3%, frequenta outras modalidades de ensino (FIGURA 17). Conforme os dados da tabela 3, dos jovens de 15 a 29 anos que frequentam o Ensino Fundamental, 97,2% o fazem na rede pública; os que frequentam o Ensino Médio, 89,6% também estudam na rede pública; já os jovens de 15 a 29 anos que frequentam o Ensino Superior, apenas 15,5% o fazem em rede pública.

Figura 17

Distribuição da população jovem de 15 a 29 anos que frequenta escola segundo a modalidade de ensino: ES, 2011



Fonte: IBGE, PNAD 2011.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

Tabela 03

População jovem de 15 a 29 que frequenta escola por modalidade e rede de ensino: ES, 2011

Rede de Ensino	Participação (%)		
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior
Público	97,2	89,6	15,5
Privado	2,8	10,4	84,5

Fonte: IBGE, PNAD 2011.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

Outro indicador importante, principalmente, por expressar o nível de defasagem em uma dada série, é a taxa de distorção idade série²⁴. De acordo com a tabela 4, um número significativo

dos jovens capixabas em idade escolar frequenta modalidade de ensino não compatível com sua idade. A proporção de pessoas em ano irregular de estudo no Espírito Santo em 2010 foi de 21,0% na 8ª série (9º ano) do Ensino Fundamental; 29,5% no 1º ano do Ensino Médio; 23,1% no 2º ano do Ensino Médio; e 20,6% no 3º ano do Ensino Médio. Destaca-se que quanto maior a distância entre a série frequentada e a série regular da idade, maior é a probabilidade de evasão escolar (JANNUZZI, 2006).

Tabela 04

Taxa de distorção idade série: ES, 2010

Série	Taxa de distorção idade série (%)
Ensino Fundamental – 8ª série/9º ano	21,0
Ensino Médio – 1º ano	29,5
Ensino Médio – 2º ano	23,1
Ensino Médio – 3º ano	20,6

Fonte: Estimativas geradas com base nos resultados das Taxas de distorção idade-série 2010 (INEP).

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

No que diz respeito à taxa de escolarização líquida²⁵, verifica-se de acordo com a tabela 5, que em 2011 o percentual da população de 15 a 17 anos matriculada no nível de ensino adequado (ensino médio) no Espírito Santo (54,1%) foi superior ao do Brasil (51,6%), porém inferior ao da região Sudeste (59,6%). A taxa de escolarização líquida do ensino superior apresenta níveis abaixo do ensino médio, muito embora, o percentual de jovens de 18 a 24 anos que frequenta o ensino superior no Espírito Santo (15,7%) é superior ao do Brasil (14,8%) e inferior ao da região Sudeste (16,4%).

²²O ensino fundamental e médio inclui os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

²³Inclusive mestrado e doutorado.

²⁴A taxa de distorção idade série corresponde ao total de matrículas de pessoas que estão cursando determinada série em idade superior à considerada ideal sobre o total de matrículas na série em questão.

²⁵Este indicador corresponde à razão entre as matrículas das pessoas em idade adequada para estar cursando um determinado nível e a população total na mesma idade.

Tabela 05
Taxa de escolarização líquida:
Brasil, Sudeste e ES, 2011, (%)

Brasil, Sudeste e Espírito Santo	Taxa de escolarização líquida Ensino Médio	Taxa de escolarização líquida Ensino Superior
Brasil	51,6	14,8
Sudeste	59,6	16,4
Espírito Santo	54,1	15,7

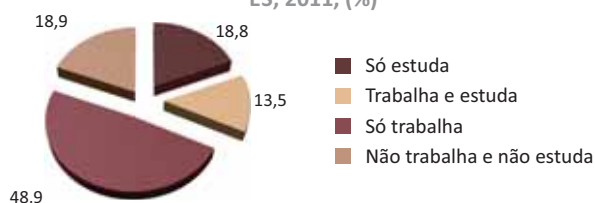
Fonte: IBGE, PNAD 2011.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

A frequência escolar também permite inferir questões sobre alocação do tempo dos jovens entre estudo e trabalho. No Brasil, observa-se que grande parte dos jovens abandona os estudos para ingressar no mercado de trabalho (IJSN, 2011). No Espírito Santo, ao observar a divisão do tempo do jovem entre trabalho e estudo, verificou-se que, em 2011: a maior parte deles (48,9%) só trabalhava; 18,9% não trabalhava nem estudava; 18,8% só estudava e 13,5% trabalhava e estudava (FIGURA 18).

Figura 18

Alocação do tempo da população jovem de 15 a 29 anos:
ES, 2011, (%)



Fonte: IBGE, PNAD 2011.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

Ao observarmos a alocação do tempo do jovem por níveis de faixa etária, verifica-se que de 2001 a 2011 (TABELA 6), aumentou o percentual de jovens de 15 a 17 anos que só estudava, passando de 49,3%, em 2001, para 63,3% em 2011, sinalizando um melhor aproveitamento do tempo do jovem em termos de aquisição de conhecimento. Contudo, uma parcela expressiva (21,7%) dos jovens dessa faixa etária, em 2011, tem que

conciliar a frequência à escola ao trabalho. Entre os jovens de 18 a 24 anos e 25 a 29 anos, tanto em 2001 (48,2% e 69,0%) quanto em 2011 (49,8% e 70,3%), predomina a condição de trabalhador, seguido do contingente de jovens que não trabalham e nem estudam.

Tabela 06
Alocação do tempo dos jovens por faixa etária:
ES, 2001-2011, (%)

2001	Só estuda	Trabalha e estuda	Só trabalha	Não trabalha e não estuda
15 a 17 anos	49,3	22,8	13,0	14,9
18 a 24 anos	15,4	14,4	48,2	22,1
25 a 29 anos	1,4	6,8	69,0	22,9
2011	Só estuda	Trabalha e estuda	Só trabalha	Não trabalha e não estuda
15 a 17 anos	63,3	21,7	8,2	6,8
18 a 24 anos	11,8	14,7	49,8	23,8
25 a 29 anos	2,7	7,4	70,3	19,6

Fonte: IBGE, PNAD 2001/2011.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

Ademais, para melhor compreender a alocação do tempo dos jovens, é preciso estabelecer uma relação entre o uso do tempo do jovem e sua respectiva classe social. Segundo os dados da tabela 7, do total de jovens que trabalham e estudam 5,1% são pobres, 8,9% são remediados, 66,7% pertencem à classe média e 19,4% à elite. Entre os jovens que só trabalham, a maioria pertence à classe média (68,5%), seguida por remediados (17,5%), elite (9,3%) e pobres (4,7%). Entre os jovens que só estudam a maior parte também pertence à classe média (53,1%), e é também seguida pelos remediados (19,5%), pela elite (14,0%) e pelos pobres (13,4%). Para o total de jovens que não trabalham e nem estudam, 43,2% pertencem à classe média, 31,6% são remediados, entretanto, ao contrário das alocações anteriores, a terceira maior participação pertence aos pobres (20,8%), seguida pela elite (4,5%).

Tabela 07
Alocação do tempo dos jovens segundo classes sociais: ES, 2001-2011, (%)

Alocação do tempo	Total	Classe Social ²⁶			
		Pobre	Remediada	Média	Elite
Só estuda	165.700	13,4	19,5	53,1	14,0
Trabalha e estuda	119.719	5,1	8,9	66,7	19,4
Só trabalha	427.892	4,7	17,5	68,5	9,3
Não trabalha e não estuda	169.737	20,8	31,6	43,2	4,5

Fonte: IBGE, PNAD 2011.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

Para que a educação possa exercer esse papel é necessário vencer alguns desafios referentes à sua qualidade uma vez que existe uma enorme discrepância entre o número ascendente de jovens que estão frequentando a rede de ensino e o daqueles que conseguem dominar um conjunto mínimo de habilidades cognitivas. São eles: a falta de pertinência dos conteúdos pedagógicos ministrados à realidade cotidiana e às demandas do mercado de trabalho contemporâneo; a inadequação dos métodos didáticos empregados nas escolas, dissonantes com as novas formas de adquirir e difundir conhecimentos, a exemplo da internet; a falta de uma infraestrutura adequada (como textos atualizados, computadores e equipamentos áudios-visuais); carga horária reduzida, conjugada a salas de aula super lotadas; a falta de alternativas eficazes de capacitação técnica aos jovens que não frequentam o sistema de ensino regular; e a deterioração da qualidade do corpo docente por más condições de vida e de trabalho (BARBER-MADDE & ABESABER, 2010).

No cenário atual do sistema educacional brasileiro e, portanto, capixaba, é fundamental tornar a escola um ambiente atrativo por meio de medidas como a eliminação de taxas de matrícula, garantia do fornecimento da merenda escolar e desenvolvimento de atividades esportivas e culturais que estimulem a participação dos jovens e de suas famílias. Ao mesmo tempo, para contemplar os jovens que não puderam concluir os ciclos de educação formal é importante fortalecer os cursos profissionalizantes para assim propiciar aos mesmos maiores oportunidades de emprego (BARBER-MADDE & ABESABER, 2010).

De acordo com as informações do Censo Escolar, entre 2007 e 2012, o total de matrículas em cursos de educação profissional de nível médio ampliou-se de cerca de 20.661 estudantes para 29.484, o que corresponde a um aumento de aproximadamente 43,0%, como mostra a tabela 8.

²⁶ Critérios para definição das Classes sociais:

Pobres – Porcentagem de pessoas que recebem renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$ 177,05 na zona urbana e R\$ 151,10 na zona rural (linha de pobreza).

Remediados – Porcentagem de pessoas que recebem renda domiciliar *per capita* entre R\$ 177,05 a R\$ 333,67 na zona urbana e R\$ 151,10 a R\$ 303,62 na zona rural.

Classe média – Porcentagem de pessoas que recebem renda domiciliar *per capita* entre R\$ 333,67 a R\$ 1.438,47 na zona urbana e R\$ 303,62 a R\$ 1.308,91 na zona rural.

Elite – Porcentagem de pessoas que recebem renda domiciliar *per capita* acima de R\$ 1.438,47 na zona urbana e R\$ 1.308,91 na zona rural.

Tabela 08

Matrículas na Educação Profissional por localização e dependência administrativa: ES, 2007 e 2012

Localização	Dependência Administrativa					
	2007	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Total		20.661	4.997	5.157	-	10.507
Urbana		19.048	3.519	5.157	-	10.372
Rural		1.613	1.478	0	-	135
2012	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	
Total		29.484	3.873	9.085	-	16.526
Urbana		28.472	3.164	8.810	-	16.498
Rural		1.012	709	275	-	28

Fonte: MEC/Inep/Deed (2007/2012).

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

Notas: 1) O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

2) Não inclui matrículas na educação profissional integrada ao ensino médio.

Os dados também evidenciam que, em 2007, 51,0% das matrículas concentram-se na rede privada, seguida da rede estadual (25,0%) e da federal (24,0%). Em 2012, a configuração permaneceu a mesma, quanto a distribuição das matrículas entre as redes, com a rede privada respondendo por 56,0% das matrículas, e a rede estadual e federal responsáveis por 31,0% e 13,0% do total das matrículas. A área urbana concentrou, em 2007, 92,0% dos estudantes da educação profissional, enquanto, em 2012, esse percentual passou a representar 97,0% das matrículas.

Visto que a inserção no mercado de trabalho constitui fator fundamental para a inclusão social dos jovens. Assim, qualquer política voltada ao fomento da inserção profissional juvenil precisa definir seu público-alvo, de modo a focalizar os investimentos para a superação dos condicionantes estruturais do desemprego entre os jovens para que as políticas empregatícias façam parte

de um enfoque multidimensional e possam garantir melhores condições de vida para as famílias e evitar que os jovens sejam forçados a abandonar o sistema de ensino para complementarem a renda doméstica (BARBER-MADDE & ABESABER, 2010).

Por fim, a participação social, política e cultural são desafios que devem ser somados ao da incorporação das pessoas jovens na sociedade de forma produtiva e criativa.

Este é o principal desafio da Política Nacional de Juventude: assegurar a inclusão dos jovens, entre 15 e 29 anos, que ainda estão fora da escola, do mercado de trabalho, e sem acesso aos bens culturais e ao esporte. São milhares de brasileiros que vivem na fronteira entre a possibilidade de uma vida plenamente cidadã e os riscos de serem cooptados pela criminalidade. Para enfrentar esse grave problema, o governo federal vem investindo em programas específicos e políticas públicas estruturantes que poderão no longo prazo, mudar essa realidade, possibilitando uma vida digna a todos os jovens brasileiros (SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 2010, p.174).

Quadro 02
Jovens na escola

De acordo com o Censo Escolar de 2012, o Espírito Santo conta com 528.155 alunos matriculados no ensino fundamental. Deste total verifica-se que 65,0% das matrículas encontram-se na rede municipal de ensino. Além disso, nota-se a concentração de matrículas na área urbana, respondendo essa por cerca de 89,0% do total de matrículas no ensino fundamental. No que diz respeito à cor/raça, 43,0% dos alunos se declararam pardos, enquanto 27,0% se consideraram brancos, e apenas 4,0% se declararam pretos. (Tabelas 1 e 2 do Anexo I).

Em relação ao ensino médio, o Espírito Santo apresentou, segundo a Tabela 3, em 2012 137.357 matrículas, sendo a rede estadual de ensino a que concentra o maior número de matrículas, 113.029, seguida das redes privada e federal de ensino, com respectivamente 18.424 e 5.778 alunos matriculados. A rede municipal de ensino conta com apenas 126 alunos matriculados.

Do total de alunos matriculados no ensino médio da rede estadual, aproximadamente 97,0% destes situam-se na área urbana. Já com relação à cor/raça, verifica-se novamente o predomínio de alunos que se declararam pardos e brancos, com respectivamente 44,0% e 30,0% do total de matrículas. Chama a atenção também o baixo percentual de alunos que se declararam pretos ou indígenas, respondendo estes por 4,0% e 0,2% das matrículas no ensino médio (Tabela 4 do Anexo I).

No que diz respeito ao Ensino Superior, o Espírito Santo conta atualmente com 98.542 jovens, de 15 a 29 anos, matriculados em cursos de graduação, presencial e à distância, de acordo com dados do censo do ensino superior de 2011. Esse número corresponde a 76,0% de todas as matrículas registradas em cursos de graduação do Estado. Do total de jovens matriculados, 14.195 são concluintes dos cursos de graduação. Os jovens ingressantes nos cursos de graduação presencial no Espírito Santo somaram 23.303, o que corresponde a 80,2% do total de ingressos na graduação presencial, conforme tabela 5 do Anexo I.

Nos cursos de graduação presencial do Estado foram registrados 96.327 jovens, o que corresponde a 97,8% dos jovens matriculados na graduação. Dentre esses, as mulheres são maioria, com 57,1% das matrículas. Em relação à raça, a maior parte dos jovens que declararam é branca, com 57,6%, seguida por parda (33,7%). Os jovens negros somam 5,9% e os indígenas correspondem a apenas 0,30% dos jovens matriculados na graduação presencial. Não declararam a raça ou não dispõem de informação 80,3% (Tabela 6 do Anexo I).

As instituições de ensino superior privadas contêm a maior parte das matrículas dos jovens (76,9%), de acordo com a tabela 7. Mais da metade dos jovens matriculados nas IES privadas são do gênero feminino (58,8%) e a maior parte dos que declararam são brancos (56,9%). Vê-se que, dentre os que declaram, o percentual de pardos é maior nas IES privadas (34,5%) que nas públicas (28,2%).

Em relação às IES públicas, 51,0% dos jovens são do gênero feminino e a maior parte dos que declararam cor ou raça são brancos (62,3%). Cabe ressaltar, que o percentual de jovens da raça preta matriculados nos cursos de instituições de ensino públicas (7,9%) é maior que nas instituições de ensino privadas (5,6%).

No que diz respeito a graduação à distância, em 2011, foram registrados no Espírito Santo 2.215 jovens matriculados em cursos à distância (Tabela 5 do Anexo I). Os jovens também pertencem em sua maioria ao sexo feminino (52,9%), conforme tabela 6. Dentre os jovens que declararam a cor 59,8% são brancos, 29,0%

continua

continuação

pardos, 8,6% pretos e 2,1% amarelos. A raça indígena compreende apenas 0,6% do total de jovens matriculados em cursos de graduação à distância do Estado. É importante lembrar que somente 15,3% dos jovens matriculados possuem informação ou declararam informação sobre raça/cor. As instituições de ensino superior privadas concentram 52,1% das matrículas dos jovens da graduação à distância, enquanto as IES públicas respondem por 47,9% das matrículas.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

4. JUVENTUDE(S) E TERRITÓRIO

Neste tópico serão mostrados aspectos entre a juventude e o território, principalmente as questões relativas à moradia e ao transporte, seja ele entendido como o ambiente urbano, rural ou, especificamente, de comunidades tradicionais²⁷.

O direito à cidade, ampliado para o direito ao território, pode ser entendido como o direito à justiça urbana, em que coadunam os sentidos de uso e fruição da cidade e de suas facilidades intrínsecas (LEFEBVRE, 2001).

No concernente à habitação e ao transporte foram utilizados dados existentes que permitissem o recorte metodológico de pessoas na faixa entre 15 e 29 anos, definido por esta nota técnica, e que possibilitassem sugestões de políticas públicas. Em alguns casos, restrições desses bancos de dados não permitiram abordagens mais amplas.

Foram inseridas informações sobre a conectividade, entendida como a possibilidade de acesso a tecnologias de comunicação e de informação, enquanto fator preponderante na atual sociedade, sobretudo para os jovens.

Com relação às comunidades tradicionais presentes no território do estado do Espírito Santo, esta parte do trabalho mostra principalmente o mapeamento das Terras Indígenas e os municípios em que se encontram comunidades quilombolas certificadas²⁸, e que podem receber atenção de políticas públicas específicas.

A dificuldade de acesso ao direito ao território está presente no documento resultante da 2ª Conferência Nacional da Juventude (CONJUVES, 2011), expresso no combate à exclusão ao longo de todo Eixo Direito ao Território.

De forma geral, há uma grande dificuldade, por parte da juventude, no acesso aos serviços urbanos. A centralização de equipamentos de cultura e lazer em determinadas regiões e o alto custo para sua fruição, por exemplo, acabam limitando as atividades dos jovens em seu tempo livre, sejam eles moradores de grandes ou pequenos centros urbanos (CONJUVES, 2011, p.8).

Como é no território que se executa a maior parte da política pública de atenção à juventude, ou às juventudes, as divisões explicitadas dentro do

²⁷O Decreto Presidencial nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, conceitua as comunidades e povos tradicionais como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais. (BRASIL, 2007)

²⁸A certificação é parte do processo que culmina com a regularização fundiária dos territórios das comunidades. (Lei nº 7.668, de 22.08.88).

eixo servem mais ao "endereçoamento" de programas às populações jovens urbanas, rurais e, especificamente, de comunidades tradicionais.

Afinal, é em uma escola, localizada fisicamente em algum lugar, que se dão as ações de complementação de ensino ou capacitações profissionalizantes; é em uma quadra de esportes, em cidade, bairro e praça específicos que se dão atividades de lazer e ocupação do tempo livre; mas por outro lado, é também em ruas, calçadas e esquinas que se observam as ocorrências de criminalidade violenta, que vitimam principalmente jovens.

De forma paralela, o território também é o starter das manifestações culturais ligadas aos jovens. Estudos sobre cultura urbana mostram que as demandas ao redor de uma realidade comum unem e aproximam grupos (GALVÃO, 2009).

O espaço urbano periférico ou de urbanização incompleta, muitas vezes, está no âmago de protestos e reivindicações transformadas em letras de *rap* e *hip hop* e que descortinam situações tais como violência, discriminação, ausência de serviços e equipamentos de diversas naturezas, desemprego, segregação, etc.

Desse modo, o entendimento do "Direito ao Território" passa pela Constituição Federal de 1988 e as diretrizes para a política urbana, expressas pelos artigos 182 e 183 e por seu marco regulatório, a Lei 10.257/2001, conhecido como Estatuto da Cidade.

O Estatuto incorporou conceitos, instrumentos e mecanismos à legislação urbanística e estabeleceu o direito à cidade sustentável (FERNANDES, 2010) entendido como a garantia de direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à

infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer.

Em um estado em que, a exemplo do país, a população é majoritariamente urbana, o que engloba mesmo os perímetros urbanos de pequenos municípios (IBGE, 2010), políticas que assegurem aos jovens, habitação, transporte e segurança passam obrigatoriamente por um viés territorial.

É importante ressaltar, no entanto, que "território", aqui entendido como espaço geográfico, pressupõe limites, fronteiras, bordas, franjas. Na atualidade, os limites cidade-campo estão muitas vezes dividindo uma zona de sombreamento: as novas relações de comunicação e fluxo de informação fazem com que as distâncias não sejam mais contadas em metros, mas em tempo e em fluxo de megabites por segundo.

Finalmente, entendendo que como nos demais eixos descritos nesta nota, o atendimento do direito ao território é alvo de políticas públicas setoriais diferentes, o tema não se esgota aqui, sendo necessária e desejável uma abordagem multidisciplinar das demandas da(s) juventude(s).

4.1 Habitação

O direito constitucional à moradia pressupõe não apenas a existência de uma moradia, mas também a dignidade desta. É esse o sentido atribuído às condições qualitativas da moradia, em que se incluem as condições urbanas de onde esta se insere.

Segundo a metodologia mais aceita no Brasil, criada pela Fundação João Pinheiro, utilizada

desde 1995 pelo Governo Federal e que vem sendo discutida e aprimorada desde então, as

necessidades habitacionais são o somatório do déficit habitacional à inadequação de domicílios²⁹.

Quadro 03
Glossário de termos sobre necessidades habitacionais

Déficit Habitacional: noção mais imediata e intuitiva de necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação detectados em certo momento.

- ✓ **Habitações Precárias:** domicílios improvisados (construídos sem fins residenciais – pontes barracas, carros) e domicílios rústicos (sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada).
- ✓ **Coabitação Familiar:** compreende à soma das famílias conviventes secundárias que têm intenção de constituir domicílio exclusivo e das que vivem em domicílios localizados em cômodos – exceto os cedidos por empregador.
- ✓ **Ônus Excessivo com Aluguel:** corresponde ao número de famílias urbanas, com renda familiar de até três salários mínimos, que moram em casa ou apartamento e que despendem mais de 30% de sua renda com aluguel.
- ✓ **Adensamento Excessivo:** quando o domicílio apresenta um número médio de moradores superior a três por cômodo utilizado como dormitório, em domicílios alugados.

Inadequação de Domicílios: reflete problemas na qualidade de vida dos moradores. Não estão relacionados ao dimensionamento do estoque de habitações e sim a especificidades internas do mesmo.

- ✓ **Adensamento Excessivo:** quando o domicílio apresenta um número médio de moradores superior a três por cômodo utilizado como dormitório, em domicílios próprios.
- ✓ **Inexistência de Unidade Sanitária Domiciliar Exclusiva:** domicílio que não dispõe de banheiro ou sanitário de uso exclusivo.
- ✓ **Carência de Serviços de Infraestrutura:** domicílios que não dispõem de ao menos um dos seguintes serviços básicos: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água com canalização interna, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo.
- ✓ **Inadequação Fundiária Urbana:** situação onde pelo menos um dos moradores do domicílio declara ter a propriedade da moradia, mas informa não possuir a propriedade, total ou parcial, do terreno ou a fração ideal de terreno (no caso de apartamento) em que ela se localiza.
- ✓ **Cobertura Inadequada:** domicílios com paredes de alvenaria ou madeira aparelhada e cobertura de zinco, palha, sapê, madeira aproveitada ou outro material que não seja telha, laje de concreto ou madeira aparelhada.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

²⁹O déficit habitacional corresponde a "necessidade de construção de novas moradias", enquanto a inadequação trata de "características intrínsecas" e qualitativas (FJP, 2011).

A metodologia utiliza dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE) e dados censitários na periodicidade disponível. Em função das especificidades da aplicação da PNAD no ES³⁰, que levam a restrições de ampliação da amostra em recortes

muito específicos, este item aborda principalmente o rebatimento do déficit habitacional urbano e da carência de infraestrutura adequada, considerando o grande percentual de jovens nos domicílios do estado (ver tabela 9, abaixo).

Tabela 09
População, população jovem, domicílios e domicílios com população jovem: ES, 2001 e 2011

Categoria	2001			2011		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
População total	3.191.857	81,0	19,0	3.604.367	85,0	15,0
População jovens	894.932	81,0	19,0	935.080	84,0	16,0
Domicílios total	887.621	82,0	18,0	1.139.653	86,0	14,0
Domicílios com jovens	550.899	81,0	19,0	617.820	85,0	15,0

Fonte: IBGE, PNAD 2001/2011.

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN.

Assim, toda melhoria em habitação, seja o incremento da oferta, ou a melhoria da infraestrutura, impacta de modo inequívoco a população jovem, sobretudo a urbana.

No Espírito Santo, segundo dados da PNAD/IBGE 2011, do número total de 1.139.653 domicílios, 54,0% (617.820) domicílios abrigavam jovens de 15 a 29 anos, 85,0% destes em área urbana.

Retomando o raciocínio, são considerados, para cálculo das inadequações, os domicílios que não se enquadram em situações de déficit e apenas aqueles localizados em área urbana, por serem urbanas as variáveis consideradas. Deste modo, essa análise específica não se aplica ao meio rural.

Embora a inadequação seja composta por adensamento excessivo de moradores (em domicílios próprios); problemas de natureza

fundiária; cobertura inadequada e ausência de unidade sanitária domiciliar exclusiva ou em alto nível de depreciação; a principal componente é a carência de infraestrutura básica. A carência de infraestrutura urbana adequada é entendida como a falta de ao menos um dos serviços básicos (energia elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo). Dessa forma, enfrentar a questão pressupõe a necessidade de pensar políticas multissetoriais complementares à política habitacional.

A tabela 10 mostra a estimativa dos níveis de atendimento das redes entendidas como infraestrutura básica no Espírito Santo, em 2001, 2005, 2009 e 2011, segundo a PNAD/IBGE. Ressalte-se que o estado tem melhorado o atendimento desses serviços, inclusive atendendo 100,0% dos domicílios onde residem jovens com rede de energia elétrica em 2009 e 2011.

³⁰Relativa ao tamanho da amostra e representatividade estatística de indicadores.

Tabela 10
 Percentual de domicílios com população jovem de 15 a 29 anos, atendidos por redes de infraestrutura básica: ES, 2001, 2005, 2009 e 2011

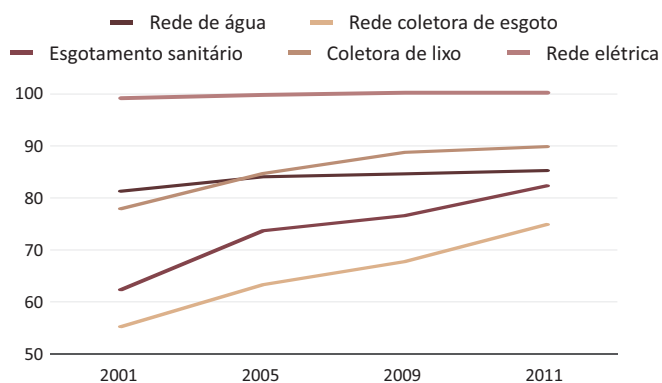
	2001	2005	2009	2011
Rede de água	81,3	84,1	84,6	85,3
Rede coletora de esgoto	55,3	63,3	67,8	74,9
Esgotamento sanitário	62,4	73,7	76,6	82,3
Coletora de lixo	77,9	84,7	88,8	89,9
Rede elétrica	99,0	99,6	100,0	100,0

Fonte: IBGE, PNAD 2011.

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN.

A figura 19 explicita o grau de atendimento por tipo de infraestrutura para os domicílios em que residem jovens no estado do Espírito Santo.

Figura 19
 Percentual de domicílios com população jovem de 15 a 29 anos, atendidos por infraestrutura básica: ES, 2001-2011



Fonte: IBGE, PNAD 2001 a 2011.

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN.

Embora tanto a inadequação quanto o déficit sejam de responsabilidade do poder público, em virtude das já citadas especificidades de aplicação no Espírito Santo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, referente ao tamanho da amostra, o déficit habitacional calculado não nos permite mostrar seu impacto específico na juventude capixaba, que é o objetivo desta nota, mas apenas para o recorte territorial do estado, uma vez que a pesquisa não abrange todos os municípios.

Ainda assim, para traçar um panorama geral por imaginar-se que também afete os jovens, no Espírito Santo o déficit habitacional estimado segundo a PNAD 2011 é de aproximadamente 82.341 domicílios. Segundo a tabela 11, o déficit é 98,2% (80.825) urbano, enquanto apenas 1,9% (1.516) está no meio rural.

Majoritariamente urbano, o déficit mostra que o componente "ônus excessivo com aluguel" é o principal problema a se combater já que representa 66,9% do total, seguido da "coabitação familiar", com percentual de 19,4%, já o "adensamento excessivo" e "habitação precária" correspondem a 8,7% e 6,2%.

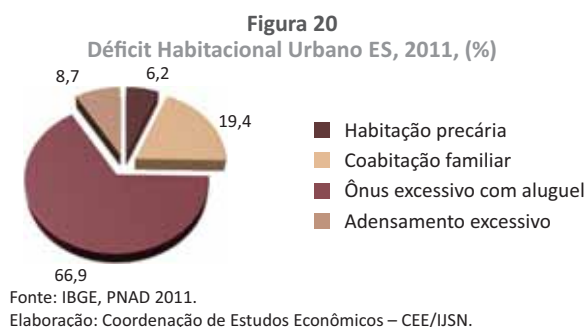
Tabela 11
 Déficit Habitacional, total e domicílios com renda *per capita* de até 3 salários mínimos segundo situação do domicílio: ES, 2011

Situação do domicílio	Total	Urbano		Rural	
		Absoluto	%	Absoluto	%
Total	82.341	80.825	98,2	1.516	1,9
Domicílios com renda domiciliar <i>per capita</i> de até 3 salários mínimos	68.196	67.691	99,3	505	0,7

Fonte: IBGE, PNAD 2011.

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN.

³¹A PNAD pesquisou 7.135 indivíduos e 2.256 domicílios particulares permanentes no Espírito Santo em 2011.



O déficit habitacional deve ser enfrentado e é alvo do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social - PEHIS, em elaboração pela Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano – SEDURB.

Se no meio urbano a relação da localização da habitação e dos postos de trabalho resulta em possibilidade de melhor utilização do tempo, a questão da provisão de moradia no meio rural, somada às ações de geração de trabalho e renda, é de grande importância no reconhecimento da juventude rural como "o agente presente e futuro do desenvolvimento da agricultura e do interior" (SEAG, 2008, p.2) ampliando a ideia de fixação da população no campo.

Por isso, a transferência de jovens para as cidades, mais do que parte do movimento demográfico geral do processo de urbanização das sociedades industrializadas contemporâneas, tem sido vista como um problema, na medida em que não só contribui para o esvaziamento do campo, mas também pressagia o fim do mundo rural (IPEA, 2009, P. 245).

4.2 Conectividade

Outro fator preponderante no desenvolvimento das potencialidades das juventudes e que guarda relação com o território, é o acesso a redes que possibilitam comunicação e interatividade, como a rede de telefonia, a presença de computador e o acesso à internet nos domicílios em que habitam jovens.

A telefonia fixa vem sendo suplantada pela telefonia móvel celular, mas ainda assim, em algumas situações principalmente características de grupos menos privilegiados, ainda é a rede necessária para a conexão discada à internet, esta sim, considerada fator chave de comunicação na sociedade atual.

A tabela 12 mostra os dados da PNAD sobre o acesso a essas facilidades para os domicílios do Espírito Santo e separadamente para aqueles em que residem jovens. Excetuando telefone em 2001, os percentuais de existência desses serviços são maiores nos domicílios em que há jovens, notadamente no tocante à presença de computador e computador com internet, nos dados de 2011.

Tabela 12
Percentual de Domicílios com telefone, computador e internet: ES, 2001, 2005, 2009 e 2011

Indicador	População Total				Jovens de 15 a 29 anos			
	2001	2005	2009	2011	2001	2005	2009	2011
Telefone (fixo ou celular)	56,1	73,2	87,1	93,7	55,8	75,6	90,1	95,8
Acesso a computador	11,1	19,6	37,0	47,6	11,6	21,2	42,4	55,8
Acesso a computador com internet	7,6	14,4	30,5	41,1	7,7	15,5	35,5	47,7

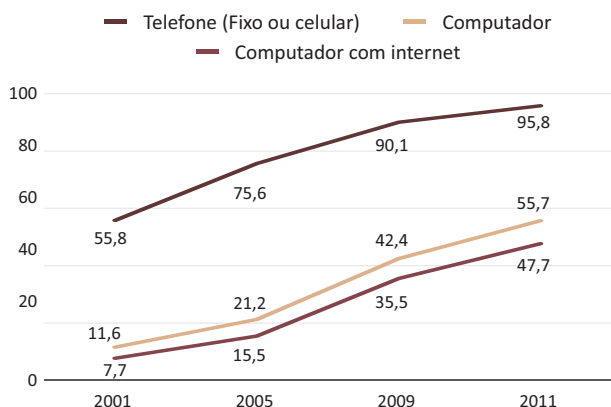
Fonte: IBGE, PNAD 2001 a 2011.
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN.

³²O PEHIS é obrigatório para acesso aos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS.

A figura 21 mostra que vem crescendo a presença das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios em que residem jovens no estado considerando-se os dados de 2001 a 2011, com destaque para a telefonia, que cresceu aproximadamente 40,0% na última década.

Figura 21

Percentual de domicílios com população jovem com acesso a telefonia, computador e internet: ES – 2001, 2005, 2009 e 2011

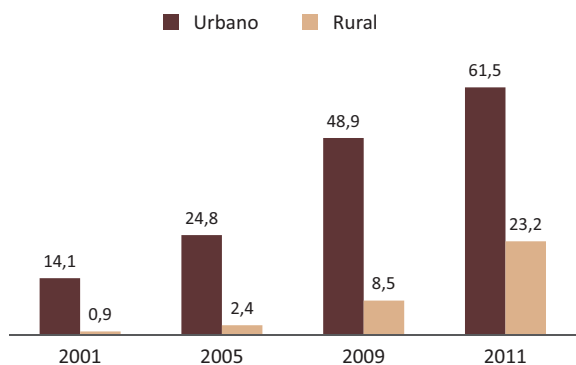


Fonte: IBGE, PNAD 2011.
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET/IJSN.

As figuras 22 e 23, a seguir, mostram a evolução de cada serviço nos dois meios. Ressalta-se a diferença entre os meios urbano e rural, em que pese o acesso a computadores e a computadores com internet.

Figura 22

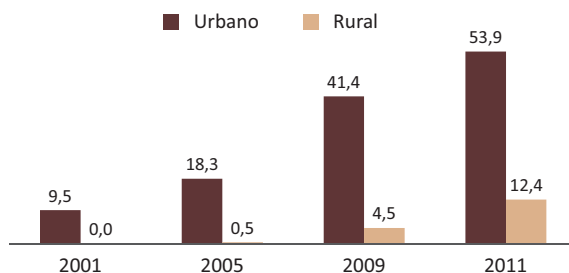
Percentual de domicílios com população jovem de 15 a 29 anos, com acesso a computador: ES, 2001, 2005, 2009 e 2011



Fonte: IBGE, PNAD 2011.
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET/IJSN.

Figura 23

Percentual de domicílios com população jovem de 15 a 29 anos, com acesso a computadores com internet: ES, 2001, 2005, 2009 e 2011



Fonte: IBGE, PNAD 2011.
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET/IJSN.

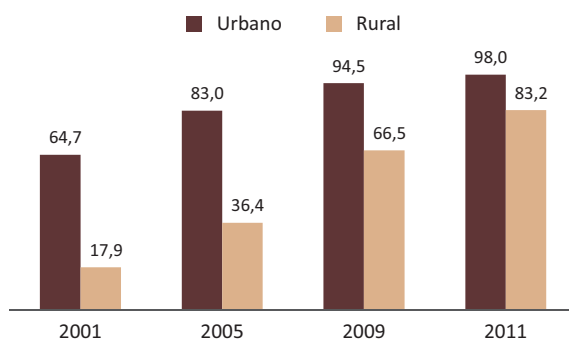
Cabe destacar que novos aparelhos de telefonia celular móvel, dotados de novas tecnologias, possibilitam aos usuários as mesmas funcionalidades básicas de um computador conectado à internet, como acesso a redes sociais e correio eletrônico.

A figura 24 destaca a presença da telefonia celular móvel, que observa elevado crescimento entre 2001 e 2011, com ampliação de mais de 65 p.p no meio rural, contra um crescimento de 33,29 p.p no meio urbano.

Esse pode ser um indicativo forte de mudança das possibilidades de conectividade da juventude rural, prescindindo de redes físicas de telefonia fixa, por exemplo.

Figura 24

Percentual de domicílios com população jovem de 15 a 29 anos que residem com telefone móvel celular para uso pessoal por situação de domicílio: ES, 2001, 2005, 2009 e 2011



Fonte: IBGE, PNAD 2011.
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET/IJSN.

No sentido de construção de propostas de políticas públicas de caráter territorial, as áreas públicas servidas de acesso livre à internet sem fio podem ser de grande valia por possibilitar o acesso sem custos à rede mundial.

Igualmente importantes são as ações ligadas à ampliação de acesso e criação de laboratórios de informática em instituições públicas, como escolas e centros de referência de assistência social - CRAs. Com o objetivo de auxiliar os gestores na decisão sobre novos investimentos, o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), por meio da Coordenação de Geoprocessamento, vem mapeando a localização de equipamentos comunitários das áreas de saúde, assistência social, educação e segurança existentes nos municípios do estado do Espírito Santo. A Nota Técnica Mapeamento dos Equipamentos Comunitários do Estado do Espírito Santo (Região Metropolitana) é produto desse esforço de pesquisa. As informações referentes ao restante do estado estão em fase de validação.

4.3 Trânsito e transportes

A Pesquisa Domiciliar de Origem e Destino da Região Metropolitana realizada pelo Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória - COMDEVIT traçou o perfil das viagens na região e permite alguns paralelos com a mobilidade da juventude, muito embora use recortes etários diferentes.

Segundo o estudo de 2007, o Índice de Mobilidade Geral naquele ano era de 2,05 viagens por dia, que é a quantidade de viagens que cada habitante realiza em média por dia.

Essa mobilidade é fortemente caracterizada por diferenças na renda e na escolaridade, possuindo mobilidade média acima de 4 viagens por dia aqueles de renda maior que 10 salários mínimos e os pós-graduados.

A juventude está inserida nas faixas em que se observa o crescimento do número de viagens, que está entre os 10 e os 49 anos, mas está fora da faixa que registra a maior mobilidade motorizada, que é de 40 a 49 anos.

Os dois principais motivos de deslocamentos na Região Metropolitana são o trabalho (39,3%), seguido do estudo (28,5%), o que pode explicar em parte o crescimento dos deslocamentos à medida que se ganha autonomia.

A tabela 13 mostra que a juventude utiliza principalmente o transporte não-motorizado em seus deslocamentos, com destaque para a viagem a pé (cujo motivo estudo é o principal), utilizada por mais de 35,0% dos usuários na faixa de 10 a 19 anos, ainda que se considere aqui pessoas com idade inferior a 15 anos. Somado o percentual de ciclistas, de 22,8%, chega-se a 57,9% dos deslocamentos nesta faixa etária.

O alto percentual se explica parcialmente pelo fato de grande parcela estar abaixo da idade estabelecida para habilitação a conduzir veículos automotores, o que não isenta o poder público da responsabilidade pela segurança nos deslocamentos.

Por exemplo, se somarmos o percentual de ciclistas entre 10 e 19 anos com a faixa etária seguinte (20 a 29 anos), verificamos que representam juntos quase a metade dos deslocamentos diários do modal. Esse é um forte indicativo da necessidade de ampliação da rede ciclo viária nas

idades, tanto como instrumento fundamental para a segurança desses jovens usuários, quanto

para estimular o uso deste modal econômico que ajuda a manter a saúde das pessoas e do planeta.

Tabela 13
Percentual de usuários de cada modal por faixa etária, Região Metropolitana: ES, 2007

Indicador	Até 9 anos	de 10 a 19 anos	de 20 a 29 anos	de 30 a 39 anos	de 40a 49 anos	de 50 a 59 anos	60 anos ou mais
Ônibus	1,3	14,6	28,2	16,5	17,0	11,7	10,8
Automóvel	6,8	7,9	17,2	16,8	22,1	17,3	12,0
Motocicleta	3,2	5,7	54,0	23,9	12,1	1,1	0,0
Bicicleta	6,3	22,8	24,1	20,2	15,1	8,4	3,1
A pé	20,2	35,1	11,7	9,7	8,6	7,2	7,5

Fonte: Pesquisa Origem Destino, COMDEVIT 2007.
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET/IJSN.

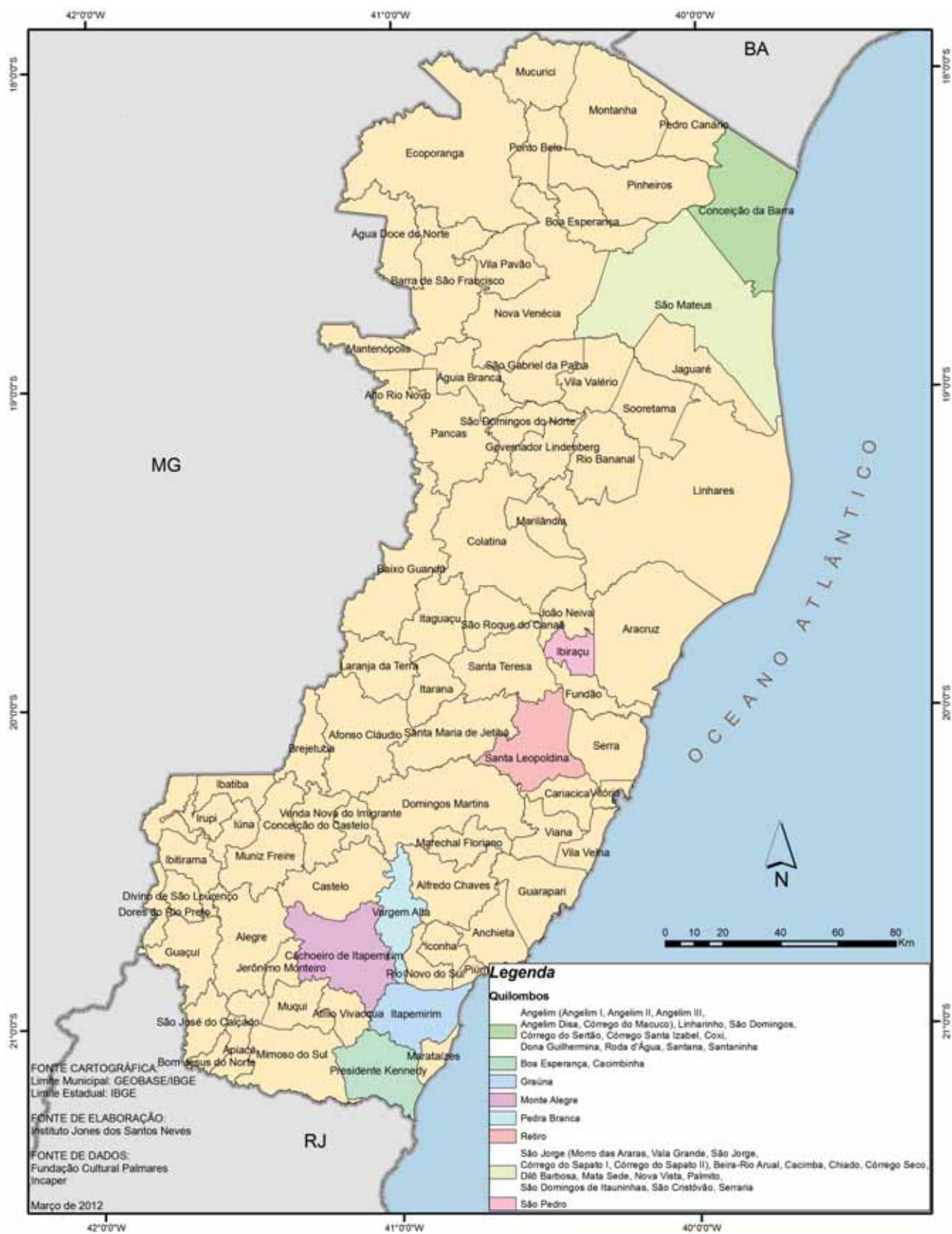
4.4 Comunidades tradicionais

Segundo o Decreto Presidencial nº 6.040/07, as comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais. Possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios tradicionais, além de recursos naturais, como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. Para tanto, se utilizam de conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição. Assim, são comunidades tradicionais: povos indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas, ciganos, povos de terreiro, dentre outras (BRASIL, 2007).

Com relação às comunidades tradicionais no Espírito Santo, são mais presentes no território do estado as comunidades quilombolas e indígenas.

Segundo o mapa 01, elaborado a partir de informações do Instituto Capixaba de Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural - INCAPER e da Fundação Cultural Palmares são aproximadamente 30 comunidades quilombolas identificadas, distribuídas em oito municípios. É notável a concentração em Conceição da Barra e São Mateus.

Mapa 01
Territórios Quilombolas no Espírito Santo



Fonte: Fundação Cultural Palmares e Instituto Capixaba de Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural – INCAPER
 Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais (CET/IJSN), 2012.

No tocante às comunidades indígenas no estado, o censo IBGE 2010 apontou 9.160 indivíduos auto declarados desta etnia, sendo uma pequena maioria de homens (4.537) em relação às mulheres (4.623). Ressalte-se que esta população não necessariamente habita as terras indígenas no Espírito Santo.

Informações da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que constam do mapa 02, mostram a existência de duas Terras Indígenas, Comboios e Tupiniquim, ambas localizadas no município de Aracruz, onde estão presentes diversas aldeias das etnias Guarani e Tupiniquim.

Em dezembro de 2009 aconteceu na Aldeia Pau-Brasil Aracruz, Espírito Santo, o 1º Encontro da Juventude Tupiniquim e Guarani, que incluiu representantes de etnias residentes em outros estados. A discussão foi dividida nos temas (1) Terra, Produção e Sustentabilidade para a Juventude; (2) Juventude sexualidade e saúde; (3) Juventude, Cultura e Mundo Moderno e finalmente (4) Organização, Formação e Cidadania, refletindo os quatro principais pontos de atenção ao redor dos quais se constroem as demandas.

Segundo a delegada da juventude indígena do Espírito Santo na Conferência Nacional da Juventude de 2011, Josi Tupiniquim, as principais demandas coincidem com aquelas dos jovens de outras etnias: educação, capacitação profissional e oportunidade de trabalho

Em março de 2012, quando do fechamento da primeira edição desta nota técnica, foi realizado em Aracruz, o 1º Encontro dos Povos e Comunidades tradicionais do Espírito Santo, com realização pela Secretaria de Estado da Cultura, que gerou a Carta dos povos e comunidades tradicionais do Espírito Santo, enviada ao Governador.

Na carta, além de indígenas e quilombolas, ciganos, comunidades de terreiros, pomeranos e pescadores artesanais, listaram suas principais reivindicações em face da criação de uma política estadual para as comunidades tradicionais.

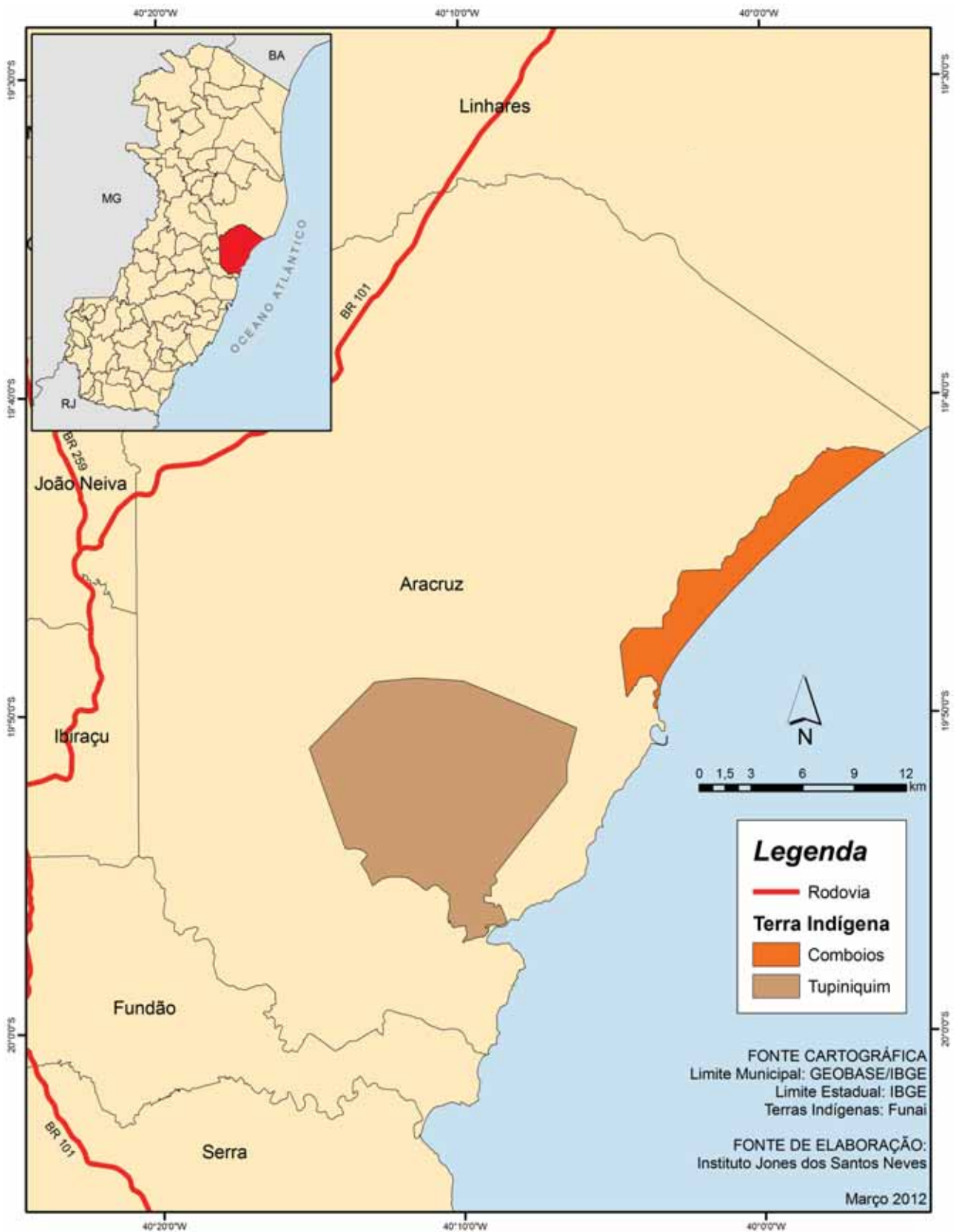
Como resultado, em 13 de março de 2013 foi publicado o decreto nº 3248-R, que estabeleceu a Comissão Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, responsável por coordenar a elaboração e acompanhar a implementação da Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Embora o decreto não cite nenhum recorte específico das juventudes desses povos para o exercício de suas competências, o artigo 2º possibilita a proposição de demandas voltadas especificamente à população jovem, ao destacar que devem ser consideradas **as especificidades sociais, econômicas, culturais e ambientais** nas quais se encontram inseridos os povos e comunidades tradicionais, a que se destina a Política Estadual de que trata o inciso I do art. 1º (Art 2º, inciso I. Grifo nosso)..

³³Disponível em: <http://www.indiosonline.net/1%C2%BA-encontro-da-juventude-indigena-tupiniquim-e-guarani/>. Acessado em 14 de março de 2012.

³⁴Disponível em: <http://portal.aprendiz.uol.com.br/2011/12/12/conferencia-nacional-reune-diferentes-demandas-das-juventudes/>. Acessado em 14 de março de 2012.

Mapa 02
Terras Indígenas no Espírito Santo



Fonte: Fundação Nacional do Índio – FUNAI (2012).
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais (CET/IJSN), 2012.

5. QUALIDADE DE VIDA: SAÚDE, ESPORTE E LAZER

Segundo a Declaração de Alma-Ata (1978) a saúde deve ser entendida como:

[...] estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não simplesmente a ausência de doença ou enfermidade - é um direito humano fundamental, e que a consecução do mais alto nível possível de saúde é a mais importante meta social mundial, cuja realização requer a ação de muitos outros setores sociais e econômicos, além do setor saúde.

É importante que o foco da promoção da saúde seja garantir oportunidades igualitárias aos diversos grupos populacionais, assegurando o acesso à informação por exemplo. Os jovens estão entre os grupos populacionais que precisam de um olhar específico para algumas questões, por se tratar de um grupo no qual o conceito Saúde envolve uma diversidade de fatores que podem ser tanto protetivos, quanto de redução de riscos.

Neste eixo – Qualidade de vida - é importante considerar um conjunto de fatores que se referem às condições sociais nas quais se desenvolve a vida do jovem, que podem influenciar positiva ou negativamente na sua rotina. Dentre eles, a atenção e o acesso à saúde e a vivência de práticas de esporte e lazer (CONJUVE, 2011). No entanto, ainda que os temas estejam diretamente relacionados, é importante salientar que ambas as áreas acumulam conhecimentos e indicadores específicos.

A juventude é uma fase de adoção de novas práticas comportamentais, de exposição a diversas situações e riscos presentes e futuros

para a saúde. (PAIVA, RIBEIRO, 2009; p.131). Levando em consideração tal afirmação, alguns temas se tornam cruciais: tabagismo, álcool e drogas; falta de atividade física; comportamento alimentar inadequado; comportamentos sexuais “descuidados”, que podem contribuir para a ocorrência de gravidez na adolescência, mortalidade materna e infecção por doença sexualmente transmissível (DST), em destaque a síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS); e as situações que propiciam exposição à violência e lesões acidentais.

5.1 Saúde sexual e reprodutiva

Saúde sexual é a “habilidade de mulheres e homens, jovens e adultos, para desfrutar e expressar sua sexualidade, livre de imposições, violência ou discriminação, sem riscos de doenças sexualmente transmissíveis ou gestações não desejadas” (UNFPA, 2008)³⁵. Por Saúde reprodutiva entende-se o “estado de bem-estar físico, mental e social em todos os aspectos relacionados ao sistema reprodutivo e às suas funções e processos. Envolve a capacidade de desfrutar uma vida sexual satisfatória e sem riscos, bem como a liberdade de homens e mulheres, jovens e adultos, decidirem se querem ou não ter filhos, o número de filhos que desejam e em que momento da vida gostariam de tê-los”. (UNFPA, 2008).

³⁵Fundo da População das Nações Unidas (UNFPA); Prefeitura Municipal de Salvador. Promovendo o Direito à Saúde Sexual e Reprodutiva. Relatório ANO I; Salvador; Dez. 2008. Disponível em <http://www.unfpa.org.br>

No Brasil, segundo dados do Ministério da Saúde para 2010, a taxa de mortalidade por AIDS a cada 100 mil habitantes na população geral era de (6,37), abaixo da Região Sudeste (7,20) e próxima à taxa do Espírito Santo (6,17). Já entre os jovens de 15 a 29 anos o Espírito Santo apresentou uma taxa de 2,64; em comparação com o ano de 2009 que teve taxa de 3,38 houve uma queda de 0,74 pontos por 100.000/hab.(ppcm). No ano de 2009 morreram 32 jovens de 15-29 anos que representavam 14,4% em relação ao total de mortes por AIDS no Espírito Santo; já em 2010 foram 25 jovens na mesma faixa etária que respondiam por 11,5% em relação ao total de óbitos por AIDS, isso significa que houve uma queda de 21,8% da mortalidade de jovens de 15-29 anos com diagnóstico de AIDS. (Tabela 14)

Uma informação positiva é que segundo alguns estudos que abordam o comportamento da população brasileira em relação à prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis, realizados pelo Ministério da Saúde em 2007 e 2008, o conhecimento da população jovem sobre as formas de infecção pelo HIV é alto. Cerca de 36 mil jovens entre 15 a 24 anos, do sexo masculino, foram entrevistados. Os estudos apontaram que 97,0% desta amostra sabem que o uso do preservativo é a melhor maneira de evitar a infecção pelo HIV³⁶.

Além disso, a disponibilização do acesso universal e gratuito do diagnóstico e do tratamento com antirretrovirais na rede pública de serviços de saúde causou um impacto notável na morbimortalidade, observada no aumento da sobrevivida

dos portadores de HIV/AIDS, na redução da incidência de doenças oportunistas e na queda das internações hospitalares. Estudos realizados sobre a associação entre terapia antirretroviral e mortalidade por AIDS demonstraram que a prescrição da chamada Terapia Antirretroviral de Alta Potência (HAART), a partir de 1996, estava fortemente associada ao aumento da sobrevivida e, conseqüentemente, à redução da mortalidade por essa causa (REIS, SANTOS e CRUZ, 2007).

Tabela 14
Taxa de mortalidade por AIDS por 100 mil habitantes: Brasil, Região Sudeste e ES, 2009-2010

Especificação	2009		2010	
	Pop. Total	Jovens de 15-29 anos	Pop. Total	Jovens de 15-29 anos
Brasil	6,3	3,4	6,4	3,2
Sudeste	7,2	3,5	7,2	3,2
Espírito Santo	6,3	3,4	6,2	2,6

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) e IBGE.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

Importante também salientar os dados de incidência do vírus. Os jovens no Espírito Santo, na faixa etária entre 13 e 29³⁷ anos representam em torno de 20,0% dos casos de contaminação no total dos diagnosticados, tomando como referência os anos de 2009 a 2011. Os dados abaixo mostram que entre os anos de 2009 a 2011 houve um aumento de 16,0% dos casos de AIDS entre os jovens do sexo masculino com idade de 13-29 anos, saindo de 96 casos em 2009 para 112 em 2011. Já em relação às jovens de idade entre 13-29 anos observou-se uma queda de aproximadamente 13,0% nos anos de 2009-2011. A tabela 15 apresenta o número de casos anuais, por sexo.

³⁶Fonte: Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais/SVS/MS – Boletim Epidemiológico AIDS e DST 2011.

³⁷O Ministério da Saúde usa faixas etárias diferentes das adotadas neste trabalho, agregamos as faixas de 13 a 29 anos, pois se aproximam da faixa etária aqui priorizada.

Tabela 15
Número de casos de AIDS por sexo e ano de diagnóstico: ES, 2009-2011*

Sexo	2009		2010		2011	
	População Total	Jovens de 13-29 anos	População Total	Jovens de 13-29 anos	População Total	Jovens de 13-29 anos
Total	728	155	768	149	719	163
Masculino	448	96	481	98	457	112
Feminino	280	59	287	51	262	51

Fonte: Ministério da Saúde/DST-AIDS Hepatites Virais.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.
*Dados consolidados até 30/06/2012

No Brasil, de acordo com o Boletim 1/2012-AIDS, produzido pelo Ministério da Saúde observa que há uma tendência de aumento na prevalência da infecção pelo HIV nos jovens. Pesquisa realizada com jovens de 17 a 20 anos de idade mostrou que a prevalência na referida população passou de 0,09%, em 2002, para 0,12% em 2007. Com relação às taxas de incidência de AIDS entre jovens de 15 a 24 anos de idade em 2010, a taxa para os homens foi de 2 casos de AIDS e, para as mulheres, de 1,6 para cada grupo de 100 mil habitantes. No que diz respeito à razão de sexos na citada faixa etária nos últimos 20 anos, houve diminuição na proporção de casos entre homens e mulheres. Em 1990, para cada 3,7 casos de AIDS em homens, havia um caso em mulher e, em 2010, a proporção diminuiu para 1,4/1 (BRASIL, 2012).

Outras DSTs também são problemas relevantes entre os jovens, como sífilis e HPV. A disseminação de informações e formas de proteção, como o uso de preservativos, são importantes instrumentos no combate a estas doenças, que preocupam ainda pela possibilidade de complicações associadas, como é o caso das lesões provocadas por alguns subtipos de papilomas, que podem transformar-se em lesões cancerosas. Por isso, a educação sobre as saúdes sexual e reprodutiva e a disponibilização de

preservativos são instrumentos importantes no controle das doenças. (PAIVA, et al., 2009)³⁸. O Programa Saúde na Escola cumpre um papel importante nesse sentido, coordenado pelas Escolas Públicas pode desenvolver campanhas, oficinas, distribuição de material, etc. (Ver Anexo II)

Outro aspecto relevante e que tem sido foco das Políticas Públicas para jovens mulheres é a gravidez na adolescência. Alguns estudos apontam que, nas classes de mais baixa renda, os percursos educacionais não são muito regulares, a entrada no mercado de trabalho é mais precoce e o casamento e o primeiro filho ocorrem muito mais cedo (HEILBORN; CABRAL, 2000). Embora a tendência seja de redução, é importante salientar que do total de mulheres capixabas que engravidam, 16,7% situam na faixa entre 15 e 19 anos. A média do Espírito Santo está abaixo do Brasil (18,4) e acima da Região Sudeste (15,3). Esta faixa etária corresponde à gravidez na adolescência. (Tabela 16).

Tabela 16
Percentual de mães, na faixa etária de 15 a 19 anos no total de mães: Brasil, Região Sudeste e ES, 2001, 2009 e 2010

Especificação	2001	2009	2010
Brasil	22,4	19,0	18,4
Sudeste	19,2	15,9	15,3
Espírito Santo	22,9	17,5	16,7

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

³⁸PAIVA, Andrea B. Jovens: morbimortalidade, fatores de risco e Políticas de Saúde, IN: ABRAHÃO, J., ARQUINO, L.M.C., ANDRADE, C.C.(Org).Brasília: IPEA, 2009. 303 p.

Outro ponto relevante da saúde reprodutiva entre mulheres adultas e entre jovens mulheres é a mortalidade materna³⁹. Tal relevância se reflete no fato deste indicador ser um dos “Objetivos do Milênio”. Segundo o documento⁴⁰ de referência das metas do milênio, a meta de sua redução consiste em três quartos entre 1990 e 2015, o que representa valor igual ou inferior a 35 óbitos maternos por grupo de 100 mil nascidos vivos. Para se atingir tal objetivo, a redução anual da RMM⁴¹ no Brasil deve ser de 5,5%. “Deter o crescimento da mortalidade por câncer de mama e de colo de útero” é a meta. A tabela 17 abaixo apresenta os resultados para o Espírito Santo, que estão acima das médias da região sudeste e Brasil, tanto para as mães em geral, quanto para as mães jovens entre 15 e 29 anos.

Tabela 17

Taxa de mortalidade materna por 100 mil nascidos vivos: Brasil, Região Sudeste e ES, 2009-2010

Especificação	2009		2010	
	Total da Pop.	Jovens de 15-29 anos	Total da Pop.	Jovens de 15-29 anos
Brasil	64,9	50,4	62,5	35,4
Sudeste	62,0	48,1	56,3	30,9
Espírito Santo	85,5	70,2	65,6	36,6

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) e IBGE.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

Ações estratégicas já estão sendo realizadas para reduzir o indicador, que já apresentou melhora nos últimos anos. Dentre elas são realizadas campanhas sobre planejamento familiar, prevenção de câncer de mama e de colo de útero, gravidez de risco, importância do exame pré-natal e a nutrição da mãe e aleitamento materno.

5.2 Morbidade e Mortalidade

Diante da escassez de dados referentes à morbidade entre os jovens, utilizou-se como proxy dados de internações em hospitais vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS) em 2012. As internações na faixa etária de 15 a 29 anos são, majoritariamente, do grupo feminino. Do total de internações por grupos de causas especificadas na tabela 18, as mulheres foram responsáveis por 79,8% destas. As internações relacionadas à gravidez, parto e puerpério constituem o principal grupo de causas entre as mulheres jovens, representando 81,1% do total.

No ano de 2012, foram registradas 3.374 internações de jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, sendo 683 internações de homens. Entre os diagnósticos mais prevalentes no meio dos jovens, há variações importantes na participação em cada sexo, excluindo gravidez, parto e puerpério, podem-se observar algumas variações significativas: lesões, envenenamentos e outras consequências de causas externas são a primeira causa de internação entre os homens (46,6%) e a quinta causa entre as mulheres (2,3%); as internações por transtornos mentais são mais frequentes entre os homens (6,3%) do que entre as mulheres (0,4%). As principais causas de internações, por sexo, podem ser observadas na tabela a seguir.

³⁹A RMM estima a frequência de mortes de mulheres ocorridas durante a gravidez, aborto, parto ou até 42 dias após o parto, atribuídas a causas relacionadas ou agravadas pela gravidez, parto, aborto e puerpério, ou por medidas tomadas em relação a ela, tendo como denominador o total de nascidos vivos – NV. Disponível no site: <http://portalsaude.saude.gov.br>

⁴⁰UNICEF. 8 Jeitos de mudar o Mundo. Objetivos do Milênio. Disponível no site: <http://www.objetivosdomilenio.org.br>

⁴¹RMM - Razão de Mortalidade Materna - Boletim 1/2012 Mortalidade Materna no Brasil. Disponível no site: <http://portalsaude.saude.gov.br>

Tabela 18

Principais causas de morbidade hospitalar do SUS (CID 10), população jovem de 15 a 29 anos, por sexo: ES, 2012

Diagnóstico	Internações (%)	
	Homens	Mulheres
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	11,27	2,01
Transtornos mentais e comportamentais	6,30	0,37
Doenças do aparelho respiratório	12,59	2,56
Doenças do aparelho digestivo	14,20	4,16
Doenças do aparelho geniturinário	9,08	7,43
Gravidez parto e puerpério*	-	81,12
Lesões por envenenamento e outras causas externas	46,56	2,34

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), 2012.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

*Puerpério: É o nome dado à fase pós-parto.

Além da morbidade, é importante ressaltar os dados sobre as altas taxas de mortalidade nesta faixa etária por causas externas, que englobam diversas formas de acidentes e violências, entre as quais os assassinatos por armas de fogo e os acidentes de trânsito. As vítimas, em geral, são jovens do sexo masculino.

As tabelas (19 e 20) abaixo apresentam os tipos de causas externas (número absoluto, percentual e taxa) para o sexo masculino e feminino separadamente, segundo os dados do Sistema de Informações de Mortalidade do Sistema Único

de Saúde (SIM/SUS) para o ano de 2010. Entre os jovens do sexo masculino, as mortes ocasionadas por homicídios (agressões) corresponderam a 68,4%, enquanto que no grupo de mulheres jovens representou 50,6%. Em segundo lugar estão as mortes por acidentes de transporte. No grupo dos jovens do sexo masculino foi registrado 23,4%, representando uma taxa de 68,13 mortes por 100 mil habitantes. Entre as mulheres, o percentual é de 35,9%, no entanto a taxa é muito inferior à masculina, representando 11,85 mortes por 100 mil.

Tabela 19

Número absoluto, percentual e taxa por 100 mil de mortes por causas externas específicas, por sexo masculino, população jovem de 15 a 29 anos: ES, 2010

Alocação do tempo	Número absoluto	%	Taxa
Total	1.399	100,0	291,5
Acidentes de transporte	327	23,4	68,1
Outras causas externas	72	5,1	15,0
Lesões autoprovocadas voluntariamente	27	1,9	5,6
Agressões	957	68,4	199,4
Eventos cuja intenção é indeterminada	15	1,1	3,1
Intervenções legais e operações de guerra	-	-	-
Complicações assistência médica e cirúrgica	-	-	-
Sequelas de causas externas	1	0,1	0,2

Fonte: Ministério da Saúde/SVS – Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) e IBGE.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

Tabela 20
 Número absoluto, percentual e taxa por 100 mil de mortes por causas
 externas específicas, por sexo feminino, população jovem de 15 a 29 anos: ES, 2010

Alocação do tempo	Número absoluto	%	Taxa
Total	156	100,0	33,0
Acidentes de transporte	56	35,9	11,9
Outras causas externas	7	4,5	1,5
Lesões autoprovocadas voluntariamente	10	6,4	2,1
Agressões	79	50,6	16,7
Eventos cuja intenção é indeterminada	3	1,9	0,6
Intervenções legais e operações de guerra	-	-	-
Complicações assistência médica e cirúrgica	1	0,6	0,2
Sequelas de causas externas	-	-	-

Fonte: Ministério da Saúde/SVS – Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) e IBGE
 Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

Aspectos da vitimização por meio de agressão foram trabalhados no Eixo que versa sobre Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos. Quanto às altas taxas de mortes no trânsito, diversas campanhas sobre uso do álcool associado à direção e respeito às Leis de Trânsito no geral tem ocupado a pasta tanto do governo federal, quanto do governo estadual.

Foi lançado este ano o “Programa Década de Ações de Segurança no Trânsito”, que é uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) da qual participam mais de 160 países. O objetivo do programa é reduzir pela metade o número de mortes causadas por acidentes, entre 2011 e 2020. As ações da década serão desenvolvidas dentro de cinco pilares: fortalecimento da gestão da segurança no trânsito; infraestrutura viária adequada; segurança veicular; comportamento e segurança dos usuários; atendimento ao trauma, assistência pré-hospitalar e hospitalar e reabilitação. Para discutir as ações de redução da violência no trânsito de forma integrada (educação, fiscalização, informação e prevenção) o

Governo do Estado criou o Grupo de Trabalho de Prevenção de Acidentes no Trânsito. O grupo fará a coleta de informações de todos os setores envolvidos e, posteriormente, apresentará uma proposta de ação⁴².

5.3 Juventude, esporte e tempo livre

Os determinantes culturais, sociais, políticos e econômicos pesam sobre todas as atividades do cotidiano, inclusive sobre a prática de esporte, lazer e uso do tempo livre. Nessa perspectiva alguns estudiosos (ALVES, 2005; ESCULCAS, 2005; VLECK, 2003) apontam que em toda escolha recreativa existe o princípio do prazer, que assume, por vezes, um caráter liberatório de obrigações: busca compensar ou substituir algum esforço que a vida social impõe. Portanto, o espaço dedicado à recreação, principalmente ao lazer e uso do tempo livre, é um momento precioso e criativo para o exercício de alternativas de participação e ação.

⁴²Informações disponíveis no site: <http://www.detran.es.gov.br>. Acesso em 14/03/2012.

No que tange a juventude, pode-se dizer que o esporte, o lazer e o uso do tempo livre configuraram-se como as principais manifestações socio-culturais de elaboração de identidades juvenis. É comum observar a presença de grupos esportivos compostos por jovens, manifestações culturais juvenis, sejam aqueles formados nos bairros, nas políticas públicas ou movimentos sociais (MARTINS; MELO, 2004; FREITAS *et al* 2007).

De acordo com a Constituição Federal e com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECRAD as crianças e adolescentes tem o direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer garantidos. Essas atividades são consideradas necessidades humanas básicas e direito de toda população infanto-juvenil, sem privilégio de grupos ou classes (BRASIL; 1988; 1990). O ECRAD estabelece que os municípios, com apoio dos estados e da União, deverão estimular e facilitar a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para infância e juventude. (CONANDA, 2002).

Percebe-se que o direito a políticas de esportes contempladas nos marcos legais mencionadas acima, impõe a gestão pública o desafio de incorporar a política pública de esporte para a juventude, de forma articulada e sistematizada, que proporcione a esse público acesso a programas e ações que lhes permitam conhecer o esporte, em sua mais vasta gama de atividades, e praticá-lo. Desse modo, o acesso a espaços públicos, e equipamentos esportivos qualificados nas escolas, comunidades e bairros, permitirá aos jovens participar de jogos e atividades que expressem sua cultura, seu gosto pessoal, que os integre e sociabilize proporcionando a construção

da ludicidade, da auto-organização e da identidade (MARTINS; MELO, 2004; FREITAS *et al* 2007).

A atual Política Nacional do Esporte incorpora essas perspectivas:

O esporte, como expressão da cultura material e espiritual do homem é um patrimônio cuja apropriação é fundamental para o processo de humanização das novas gerações, portanto, deve ser entendido como alavanca do desenvolvimento integral dos jovens e abordado como uma questão de Estado (PNE, 2005).

É importante destacar que ainda que pareça natural que as políticas públicas de esporte estejam voltadas de modo especial para a juventude, pesquisa realizada pela UNESCO (2007) indica que a maioria dos jovens não pratica esporte. Isso decorre por vários motivos, dentre eles o fato de as práticas esportivas não serem organizadas para atrair a juventude. No Brasil há poucas políticas de esporte e lazer adequadas ao perfil juvenil e que reconheçam no jovem um sujeito de direitos, possibilitando sua participação na tomada de decisões, na organização e no usufruto das atividades. Tais alternativas acabam sendo improvisadas pelos próprios jovens nas comunidades, nas ruas, nas praças, seja no campo ou na cidade. Segundo a UNESCO⁴³, 21,0% dos jovens que praticam atividades esportivas ocupam espaços nos próprios lugares onde moram, 17,1% nas escolas e universidades, 14,4% nas ruas e 10,8% em praça e parques públicos. (UNESCO, 2007).

Segundo dados da pesquisa da Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico (Vigitel, 2010) realizada nas capitais dos estados brasileiros, no município de Vitória, **23,5%** dos jovens praticam atividades físicas

⁴³ABRAMOVAY, Miriam. ANDRADE, Eliane Ribeiro. ESTEVES, Luis Carlos Gil. Juventudes: outros olhares sobre a diversidade. Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. Ministério da Educação. Brasília, 2007.

no lazer, enquanto que 45,6% dos jovens praticam atividade física ao se deslocar para o trabalho de bicicleta ou caminhando, dependendo ao menos 30 minutos diários no percurso de ida e volta.

Ao analisar o esporte enquanto manifestação de alto rendimento depara-se com a dificuldade que a maioria dos jovens encontra para construir e consolidar suas carreiras esportivas, além de ser restrito o acesso aos treinamentos e espaços adequados à preparação de jovens atletas. Para enfrentar essas e outras dificuldades que se impõem, democratizando o acesso ao conhecimento e à prática do esporte, o espaço escolar é imprescindível. Por isso, escola é parceira na orientação pedagógica da prática esportiva que se dá numa gama de intenções que vai da prática lúdica à prática esportiva competitiva (ESPINDULA, 2007).

Sposito (2006) discute sobre o fato de a juventude ser capaz de questionar os circuitos da cultura e da informação, e assim, utilizá-las a seu favor como uma voz de reivindicação do ser jovem, capaz de ser ouvido e respeitado. Talvez seja por meio do tempo livre, que a juventude brasileira possa buscar a sua identidade mostrando-se capaz de identificar os problemas sociais na qual está inserida.

Os jovens da atualidade encontraram sua maneira própria para manifestar seus desejos e ideais, os quais demonstram como se relacionam com a sociedade em que vivem, revelando suas inquietações e desejos. As “juventudes” se utilizam da música e danças (rock, rap, funk, reage) para mostrar sua realidade que pode não ser produto só do consumo, mas também fruto de uma produção cultural própria, construídas com os instrumentos disponíveis, tal como rádios populares, internet, dos movimentos sociais

organizados tal como o movimento estudantil universitário, etc. Percebe-se que o jovem vê a necessidade de viver o seu agora, construir a sua identidade, reivindicar melhorias para o seu segmento. E é por meio do uso do tempo livre, que ele procura explicitar suas necessidades e é por intermédio do conhecimento de seu próprio corpo, que procura demonstrar o valor da sua identidade e de seus símbolos.

Pesquisas realizadas pelo Laboratório da Juventude do Instituto da Cidadania⁴⁴ acusam que 52,0% dos jovens têm como principal preocupação o mercado de trabalho e o desemprego. Esse caráter do tempo livre voltado para o trabalho é percebido na execução de alguns programas e ações, fortemente voltados para a aceleração da aprendizagem, a transferência de renda e a qualificação profissional, como frentes de atuação emergenciais para favorecer a inserção dos jovens no mercado de trabalho (LIMA, 2007).

As diferentes juventudes são marcadas pelas (im)possibilidades relacionadas às desigualdades e que parecem ser condicionantes estruturais para negar o direito à cidadania a muitos desses jovens. Entretanto, o exercício de brincar, de se divertir, de (re)inventar linguagens próprias, de formar-se e informar-se culturalmente, apresenta-se como necessidade para que todos experimentem e exercitem essa mesma cidadania como um direito. Os espaços e formas de lazer, nesse sentido, tornam-se uma dimensão privilegiada de participação juvenil.

As preferências ou gostos do universo juvenil, a esfera das escolhas muitas vezes está condenada as condições materiais para tornar a prática do lazer e o uso do tempo livre, algo concreto e

⁴⁴Instituto Cidadania. Disponível em: <http://www.institutolula.org/>.

incorporado à vida do jovem. Por outro lado, os gostos e o uso do tempo são produzidos e conformados a partir de um campo de possibilidades que se impõe ao jovem a partir do seu universo sociocultural, da oferta ou não de serviços, equipamentos e espaços para prática do lazer, da recreação (ABRAMOWAY, 2007). Outro ponto a ser destacado é que o usufruto do lazer e do tempo livre podem ser lidos a partir dos espaços da casa e da rua. Vistos não só como territórios físicos, mas como campos de ação social ou domínios culturais institucionalizados (DA MATTA, 1997).

Muito embora o lazer costume ser pensado a partir da relação com o tempo livre e como direito, é importante ressaltar que, dependendo das relações sociais em foco e das condições materiais de existência, esse pode se constituir em um privilégio para poucos. Uma das características do lazer dos jovens trata-se das manifestações produzidas pela massificação gerada pela indústria cultural, principalmente aos finais de semana.

Na pesquisa, “Perfil da Juventude Brasileira”, constata-se que o jovem se ocupa de atividades de entretenimento e lazer (em 46,0% dos casos), atividades dentro de casa (22,0%, sendo 10,0% destinado à TV), ou seja, 78,0% do seu tempo livre utilizado nos finais de semana e nas atividades ligadas ao descanso, e à recompensa de uma semana. Durante a semana ficam reservados 59,0% do tempo livre para atividades domésticas, sendo que 34,0% para televisão. (ABRAMO, 2005).

Desde o início da década de 2000 estudos de abrangência nacional (INSTITUTO CIDA-

DANIA, 2003; ABRAMO, 2005; UNESCO, 2007; IBASE, 2008) foram realizados não apenas para traçar o perfil atual da juventude brasileira, mas para apreender os interesses e preocupações dos jovens. Em 2013 a Secretaria Nacional da Juventude realizou a Pesquisa Nacional sobre o Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros⁴⁵, aplicada entre 15 de abril e 19 de maio de 2013 que buscou levantar as questões da juventude, de modo a possibilitar a análise e reflexão sobre perfil, demandas e formas de participação da juventude brasileira. Em relação às informações sobre o uso do tempo livre foram apontadas algumas atividades de lazer, cultura e passeio para que os jovens respondessem se haviam realizado nos últimos 30 dias, ou nos últimos 12 meses, ou se nunca fizeram. 61,0% dos jovens responderam que passearam em parques e praças nos últimos 30 dias; 22,0% responderam que realizaram a atividade nos últimos 12 meses; 40,0% dos jovens declararam que fizeram passeios a Shopping Center nos últimos 30 dias. Ao serem perguntados se frequentaram bares, 55,0% dos jovens responderam que o fez nos últimos 30 dias; 19,0% afirmaram que foram ao cinema, no mesmo período (BRASIL, 2013).

A participação da juventude nos equipamentos culturais apresentou dados interessantes. Quando perguntados se haviam indo ao teatro, apenas 7,0% afirmaram ter realizado essa atividade no último ano, no entanto, 65,0% dos jovens entrevistados responderam que nunca foram ao teatro. O mesmo ocorreu com frequência em bibliotecas (sem ser da escola) (59,0%); concertos de músicas clássicas (84,0%) e exposições de fotografia (71,0%) e jogos de futebol em estádios (58,0%).

⁴⁵ AGENDA JUVENTUDE BRASIL: Pesquisa Nacional Sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/pesquisa%20perfil%20da%20juventude%20snj.pdf>

Essas atividades nunca foram realizadas pelos jovens entrevistados (BRASIL, 2013).

Políticas de cultura como possibilidades de lazer e uso do tempo livre, aparecem como uma das principais demandas entre os grupos organizados e estão sempre entre as prioridades nas discussões sobre políticas públicas para juventude. De modo geral, a cultura aparece como espaço de sociabilidade, de ampliação da visão de mundo, fonte geradora de pertencimento, de expressão de valores e de afirmação de identidades.

No entanto, ainda configura-se um desafio a participação da juventude aos equipamentos culturais, e é nesse terreno, por vezes, desfavorável que jovens desenvolvem alternativas nas suas comunidades com base nas suas características territoriais, étnico-raciais e de gênero. As manifestações juvenis podem surgir nos locais de moradia envolvendo o lazer, entretenimento e esporte, onde os jovens suscitam e estimulam reflexões da sociedade, do universo da juventude e as especificidades que constroem a identidade juvenil.

No Espírito Santo a realização de projetos comunitários em parceria com a gestão pública promove discussões, reflexões e ações de combate à violência, drogas, exclusão social, de resgate da valorização das raízes étnicas que se

apresentam como opções para a juventude expressar suas ideias, sua sexualidade, seus anseios, seus gostos e preferências construindo alternativas por intermédio do tempo livre.

A Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (SECULT), em parceria com o Instituto Sincades deu início a uma rede formada por jovens, artistas e outros agentes culturais juvenis capixabas. O Programa **Rede Cultura Jovem** (RCJ) desenvolve ações de conexões virtuais e presenciais para potencializar as manifestações artístico-culturais das juventudes do Espírito Santo, sendo orientada por ação colaborativa. A Rede objetiva mobilizar e incentivar as criações e produções juvenis. Comprometida com as diversidades, a **Rede Cultura Jovem** faz o reconhecimento das soluções locais para questões culturais e estimula as expressões juvenis por meio das diferentes linguagens artísticas e das novas mídias.

Na produção de cultura e de opções de lazer (tempo livre) os movimentos organizados pela juventude são espaços que privilegiam o reconhecimento e a valorização da identidade, das inquietudes e da essência da juventude, suas manifestações culturais e mecanismos de expressão da leitura, das imagens, linguagens e do mundo juvenil.

Quadro 04
Rede Cultura Jovem (RCJ)

O Programa desenvolve ações de conexões virtuais e presenciais para potencializar as manifestações artístico-culturais das juventudes do Espírito Santo. A proposta é constituir uma rede de agentes culturais que mobilize e potencialize as criações e produções juvenis. A Rede Cultura Jovem é orientada pela lógica colaborativa, comprometida com o respeito às diversidades e pelo reconhecimento das soluções locais para as questões culturais, além de estimula as expressões juvenis por meio das diferentes linguagens artísticas e das novas mídias.

continua

continuação

As ações do Programa têm o foco nos jovens com idade entre 15 e 24 anos e em profissionais que desenvolvem atividades junto com esse público. No entanto, por tratar-se da constituição de uma rede, as possibilidades de parceiros e interlocutores são extensas. Especialmente por meio do Portal Yah!⁴⁶ permite-se a ampla e aberta participação de todos os interessados em dialogar, a partir da cultura, com a juventude capixabas.

As principais ações para mobilizar e construir a Rede Cultura Jovem são o Portal Yah! – um portal de internet com ambiente virtual interativo de relacionamento com foco na cultura; o apoio técnico e financeiro aos jovens artistas por meio da concessão de Bolsas e da constituição de Núcleos de Criação; Prêmios para instituições que desenvolvam atividades sócio-culturais diferenciadas; formação de agentes culturais juvenis; a realização de eventos de difusão cultural em diversos municípios do Estado; e a criação e veiculação de produtos midiáticos para divulgação e crítica da produção artístico-cultural da juventude capixaba.

Os objetivos principais da Rede Cultura jovem são - identificar, dar visibilidade e fortalecer os produtos culturais gerados pelos diversos grupos e agentes juvenis, abrangendo todo o território estadual e os componentes múltiplos da identidade capixaba; estimular, divulgar e multiplicar a diversidade e riqueza cultural do Espírito Santo junto à juventude; fomentar processos, expressões e manifestações criativas dos jovens; disponibilizar recursos técnicos, financeiros e tecnológicos para enriquecer e ampliar as ações juvenis por meio da cultura.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

6. VITIMIZAÇÃO E DELINQUÊNCIA JUVENIL

A associação entre adolescência e criminalidade não é inquietação exclusiva de sociedades com acentuadas desigualdades sociais e em que as políticas sociais governamentais, ainda que se esforcem por minimizá-las, não logram assegurar direitos sociais fundamentais para grandes parcelas da população urbana ou rural, cujo ônus recai preferencialmente sobre crianças e adolescentes, como sugerem vários estudos (ARAÚJO, 1996; FARIA, 1992; HOFFMAN, 1992; SINGER, 1996). Mesmo em sociedades caracterizadas por elevados indicadores de desenvolvimento humano, condições e qualidade de vida, a preocupação com o envolvimento de crianças e adolescentes com o mundo do crime não é recente e revela, não raro, traços não muito

distantes do modo como o problema é percebido e enfocado na sociedade brasileira contemporânea. (ADORNO, 1999)

No Brasil, a partir da Constituição de 1988 desenhou-se uma nova política de proteção e de atendimento à infância e à adolescência, que, ao contrário da anterior, considera crianças e adolescentes titulares de direitos: direito à existência digna, à saúde, à educação, ao lazer, ao trabalho e, sobretudo ao amparo jurídico. Dois anos mais tarde, os preceitos constitucionais foram regulamentados através da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, a qual revogou o Código de Menores (1979) e instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

⁴⁶Portal Yah! <http://portalyah.com/>

Recentemente, a preocupação do Relatório da UNICEF de 2011 – “Adolescência: uma fase de oportunidades” – é justamente combater o estigma da fase problema. Se por um lado, enfoca-se o adolescente como objeto de atenção especial e especializada: restringem-se suas horas de trabalho fabril; regulamenta-se a educação compulsória; desenvolvem-se programas próprios de lazer e ocupação do tempo livre, ao que tudo indica raiz primária das chamadas culturas juvenis. Neste cenário, o jovem vai adquirindo cada vez maior autonomia, especialmente nas grandes metrópoles industriais. Ele passa a ser reconhecido como portador de um querer próprio que precisa ser respeitado nos mais distintos aspectos da vida pessoal independente: escolha profissional, vestuário, consumo, lazer, iniciação e atividade sexual. Mas, por outro lado, essa mesma autonomia é vista como fonte de riscos, entre os quais, talvez o mais temido, seja o envolvimento com o mundo do crime e da violência. Nesse sentido, afirma Adorno (1999) que a descoberta da adolescência como problema é, portanto, contemporânea da associação entre juventude e delinquência.

Dessa feita, torna-se fundamental abordar no presente estudo tanto a problemática do jovem principal vítima da criminalidade, quanto aquela do jovem como um dos principais autores de delinquência. Ou seja, quais fatores podem explicar sua vitimização e seu envolvimento com o crime? Destacando que, a inserção nas atividades de delinquência juvenil encaminham esses jovens para uma situação ainda maior de vulnerabilidades sociais.

O desenvolvimento dos estudos de delinquência juvenil ao longo do tempo convergiu para esse apontamento comum, da mesma forma que são

as maiores vítimas, os jovens também predominam na autoria de crimes como: furtos, roubos, uso/tráfico de drogas e homicídios. Essa relação próxima entre os jovens, principalmente do sexo masculino, e a criminalidade, alimentou o interesse de diversos estudos nacionais e internacionais sobre a questão da delinquência juvenil, das subculturas de gangues, etc.

No nível internacional, os pesquisadores da Escola de Chicago (a partir de 1915) logo perceberam a grande relevância em estudar a delinquência juvenil inserida em seu contexto histórico e social. Foram pioneiros em associar as hipóteses teóricas da criminologia aos estudos empíricos da criminalidade. Cohen (1955) foi um dos precursores do uso da Sociologia da Violência e Criminalidade integrando as teorias da associação diferencial de Sutherland (1939), da desorganização social de Shaw e McKay (1931), e da Anomia de Merton (1938), para buscar explicação sobre as subculturas delinquentes, principalmente entre os jovens. Destaca-se ainda a classificação de gangues jovens de Huff (1989): hedonistic gangs (drugs); instrumental gangs (property offenses); and, predatory gangs (violent crimes).

Importante ainda reforçar esse estudo da delinquência juvenil, de suas ligações sociais, relacionadas ao ambiente, às variáveis ecológicas e estruturais, basicamente, elas são representadas através das contribuições dos teóricos da Desorganização Social, como: Shaw e McKay (1931) estudos da delinquência juvenil urbana; Thrasher (apud Kornhauser 1978) com modelos de Controle Social; modelo de Bursik e Grasmick (1993) – organização social e vizinhança (controles sociais informais); Sampson, 1997 com estudos sobre a Eficácia Coletiva, além dos

estudos de migração, vizinhança e estabilidade social (Patillo, 1998; Todd, 2003), e outros.

Ainda entre os estudos internacionais, para Robert Agnew (1992, 1999, 2001), formulador da Teoria Geral da Tensão, a inserção criminal é prevista pela (i) percepção por parte dos indivíduos, de sua incapacidade de alcançar por vias legítimas metas socialmente desejáveis, (ii) pela perda de estímulos positivamente valorizados e (iii) pela presença real ou prevista de estímulos negativos. Segundo Agnew (2004), o mecanismo causal que precede ao crime relaciona-se às tensões vivenciadas pelos indivíduos, decorrentes da socialização adversa – e em específico como efeito do aprofundamento de tensões associadas ao efeito cumulativo de estressores, bem como na baixa capacidade dos indivíduos em lidarem com esses estressores (tensões). Sobretudo, o crime decorre do fato que (1) essas tensões sejam vistas como injustas pelo agressor; (2) consideradas elevadas em magnitude; e que, (3) associadas ao baixo controle social; (4) terminam por criar pressões e incentivos para envolvimento com o crime. O crime emerge como ação corretiva frente à degradação - objetiva e subjetiva - ao qual o jovem convive cotidianamente.

Os estudos sobre juventude e criminalidade no Brasil também ganharam grande relevância (Zaluar, 1994; Waiselfisz, 1998; Adorno, 1999; Peralva, 2000; Beato, 2002; Sposito, 2001). Hoje os estudos sobre vulnerabilidade social e a delinquência na juventude, Vignoli (2001) e Filgueira (2001) sustentam que a violência sofrida e praticada pelos jovens possui fortes vínculos com a condição de vulnerabilidade em que se encontram. Para Abramovay (2002), a situação de vulnerabilidade aliada às turbulentas condições

socioeconômicas ocasiona uma grande tensão entre os jovens que agrava diretamente os processos de integração social e, em algumas situações, fomenta o aumento da violência e da criminalidade.

Cabe reforçar que essa tensão (de acesso às oportunidades) não vem unicamente da esfera econômica, as esferas sociais e culturais contribuem muito para entendermos por que jovens de uma mesma classe social podem ter comportamentos diversos, alguns se tornando delinquentes e outros não. Da mesma forma, essa vulnerabilidade também tem origem no tipo de relação que os jovens possuem com suas famílias e comunidades – o que Sampson (1989) conceitua de “eficácia coletiva”.

Enfim, faz-se importante lembrar, que os números oficiais existentes sobre violência, bem como pesquisas quantitativas e qualitativas que veem sendo realizadas, confirmam que são os jovens as maiores vítimas da violência no Brasil. Isto se manifesta de maneira mais exacerbada ainda no caso dos homicídios, sendo que a taxa deste crime entre jovens do sexo masculino no país se compara às de regiões que vivem em guerra declarada. (CASTRO; AQUINO; et al, IPEA, 2009).

6.1 O Jovem vítima de violência

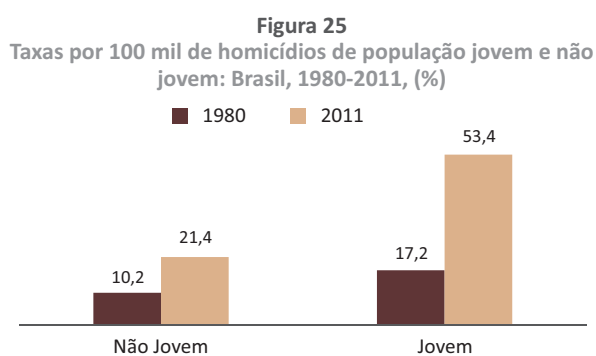
Ao iniciar a abordagem do tema faz-se importante reconhecer como pressuposto, que a violência - incluindo juventude-violência - é um fenômeno complexo, multifacetado e que programas de prevenção eficazes envolvem vários níveis e setores de atuação simultaneamente.

No Brasil, os elevados níveis de vitimização juvenil constituem um fato relativamente recente. As

características da mortalidade juvenil não permaneceram congeladas ao longo do tempo, mas mudaram radicalmente sua configuração a partir do que poderíamos denominar “novos padrões da mortalidade juvenil” (Waiselfisz, 2011).

Através dos dados do SIM/Datasus verifica-se essa significativa mudança. Enquanto em 1980, as “causas externas” já eram responsáveis por aproximadamente a metade (52,9%) do total de mortes dos jovens do país. Em 2010, 73,2% da mortalidade juvenil devia-se a causas externas (ou também, causas violentas, como costumam ser denominadas). O principal responsável por essas taxas são os homicídios.

Com a comparação da evolução das taxas de homicídios entre jovens e não jovens no Brasil tem-se evidência da estruturação histórica da violência homicida e seu significado para a juventude ao longo do tempo. Levando em conta o tamanho da população, teríamos que a taxa de homicídios entre os jovens passou de 17,2 (em 100 mil jovens), em 1980, para 53,4 no ano de 2011. Já a taxa da população não jovem sofreu uma elevação até meados da década de 1990 (20,4 em 1996) e após permaneceu praticamente constante ao longo dos últimos 15 anos considerados, 21,4 em 2011 (Figura 25).

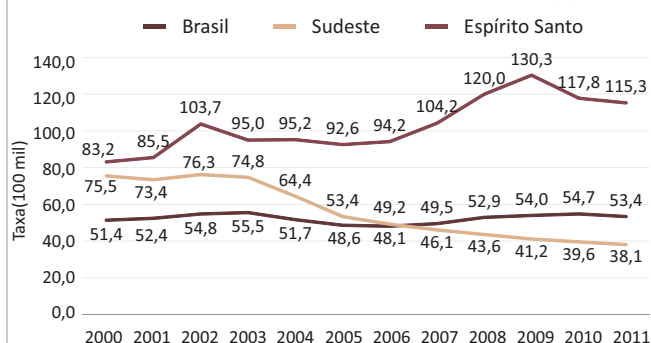


Fonte: SIM-DATASUS, projeções populacionais MS/IBGE(1980-2011).
Categorias: E55 Homicídios (CID 9 – 1980-1995) X85-Y09 Agressões (CID 10 – 1996-2011).
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

Os dados acima revelam que, em 2011, a vitimização de jovens é 59,9% maior do que a sofrida pelo grupo não jovem no país. O que demonstra o quanto as mortes violentas no Brasil estão concentradas no grupo social juventude.

Ainda de acordo com os dados do SIM/Datasus, podemos observar o comportamento histórico das taxas de homicídio juvenil. No caso o recorte utilizado foi da faixa de 15 a 24 anos, mas não deixa de ser uma “proxy” desse tipo de crime para o estado do Espírito Santo, região Sudeste e Brasil.

Figura 26
Taxa de homicídios por 100 mil, população jovem de 15 a 24 anos: Brasil, Sudeste e ES, 2000 a 2011, (%)



Fonte: SIM-DATASUS, projeções populacionais MS/IBGE(1980-2011).
Categorias: E55 Homicídios (CID 9 – 1980-1995) X85-Y09 Agressões (CID 10 – 1996-2011).
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

O Espírito Santo possuía em 2011 uma taxa de homicídios juvenil 3 vezes maior que a taxa da região Sudeste, e ainda, 2,2 vezes maior do que a taxa nacional. Ou seja, a vitimização juvenil além de importante problema nacional, torna-se problema ainda mais grave quando recortamos a análise para o estado capixaba.

Essa avaliação também pode ser observada no nível municipal. O índice de vulnerabilidade juvenil à violência (IVJ-V) e o índice de mortalidade por homicídios, divulgados pelo documento “Gestão e Disseminação de Dados na Política

Nacional de Segurança Pública⁴⁷, destacaram diversas cidades capixabas. (Tabelas 21 e 22).

Segundo relatório do FBSP, o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência é composto por uma média das cinco dimensões expressas por meio de indicadores sintéticos setoriais. Cada indicador varia de 0 (zero) a 1 (um), em que zero representa a situação de menor vulnerabilidade e 1, a de maior.⁴⁸

O índice de mortalidade por homicídios é um dos indicadores sintéticos setoriais que compõem o Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ-V), através de variáveis associadas especificamente aos jovens e adolescentes. Parte-se da mortalidade de adolescentes e jovens, expressa por seis indicadores referentes a homicídios e acidentes de trânsito calculados para três faixas etárias: 12 a

18 anos, 18 a 24 anos e 25 a 29 anos. Os indicadores são derivados do Indicador de Mortalidade por Homicídios e Acidentes de Trânsito – proposto pelo Laboratório de Análise da Violência - LAV-UERJ (2010).

Tabela 21
Índice de Mortalidade por Homicídios/adolescentes e jovens de 12 a 29 anos, 2010

Município	IH
Serra	0,574
Cariacica	0,523
Vila Velha	0,404
Guarapari	0,400
Vitória	0,395
São Mateus	0,392
Linhares	0,336
Colatina	0,242
Cachoeiro de Itapemirim	0,160

Fonte: SENASP/MJ/FBSP, ano base 2010.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

Tabela 22
Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ-V), 2010

Indicador	2007		2010	
	Ranking nacional*	IVJ-V	Ranking nacional*	IVJ-V
São Mateus	44	0,467	20	0,397
Linhares	3	0,625	24	0,378
Serra	27	0,500	26	0,375
Cariacica	21	0,509	34	0,368
Guarapari	70	0,437	66	0,340
Cachoeiro de Itapemirim	111	0,396	84	0,326
Colatina	110	0,396	123	0,298
Vitória	119	0,388	124	0,297
Vila Velha	46	0,461	147	0,276

Fonte: SENASP/MJ/FBSP, ano base 2010.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.
*Ranking Nacional da Vulnerabilidade Juvenil para as cidades acima de 100 mil habitantes.

A atualização do índice de vulnerabilidade juvenil mostrou uma melhora na situação de Linhares, que era a terceira cidade em vulnerabi-

lidade juvenil no ranking nacional e no ano base de 2010 teria caído para 24ª posição. No entanto, outra cidade polo do estado, São Mateus, teve

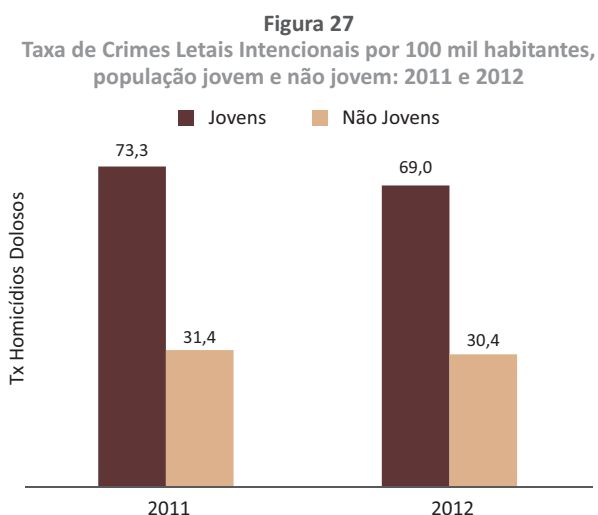
⁴⁷Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP); Ministério da Justiça (MJ); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

⁴⁸Veja mais detalhes sobre a metodologia de construção do IVJ-V em: <http://www2.forumseguranca.org.br/content/fbsp-lan%C3%A7a-o-ivj-viol%C3%A7%C3%A2ncia>

uma piora na condição de vulnerabilidade juvenil à violência, saindo da posição 44 para a 20 no ranking nacional.

As tabelas acima revelam que esse problema extrapola os grandes centros urbanos, pois além da presença esperada das cidades da Região Metropolitana de Vitória (Serra, Cariacica e Vila Velha lideram no ES o índice de mortalidade por homicídios), São Mateus e Linhares se posicionam hoje em condição de vulnerabilidade alta em relação à violência juvenil.

No que diz respeito aos Crimes Letais Intencionais (homicídios dolosos, latrocínio e lesão corporal seguida de morte) a vitimização dos jovens também é bem destacada. Conforme figura 27, a taxa desses tipos de crimes para os jovens é maior que o dobro da mesma para os não jovens.

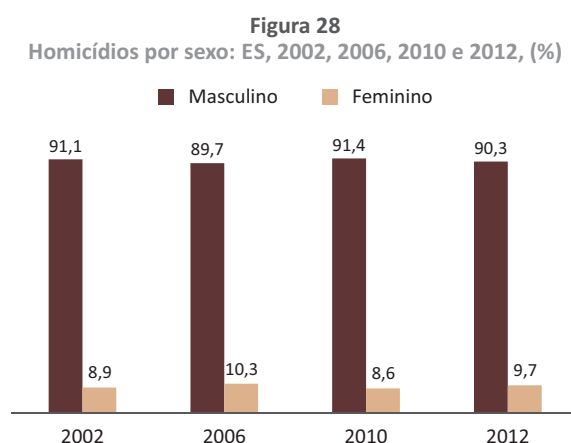


Fonte: GEAC-SESP.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

Em 2012, a taxa de CLIs para jovens foi de 69,0 por cem mil habitantes, enquanto para os não jovens foi de 30,4. Conforme ilustra a figura 27, em 2011 a taxa de crimes letais intencionais foi de 73,3, ou seja, houve redução de 4,3ppcm.

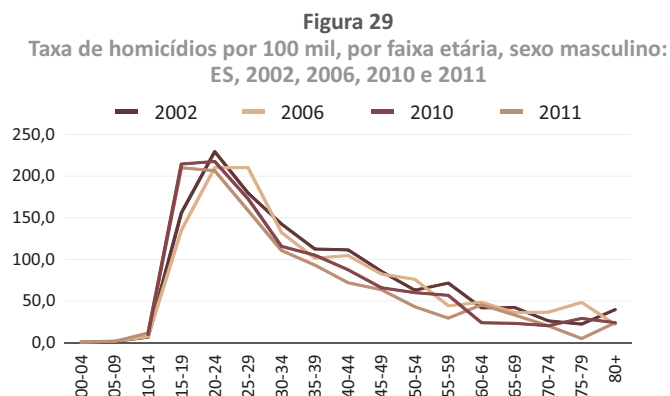
6.2 Jovens, violência e gênero

A proporção de homicídios por sexo na população total, para os anos 2002, 2006, 2010 e 2012 mais uma vez reforça o foco no subgrupo juvenil masculino. Ao longo dos anos a média vem se mantendo em torno de **90,0% de vítimas homens**.



Fonte: GEAC-SESP.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

As taxas apresentadas para o conjunto das vítimas do sexo masculino de 2011 baixaram pouco se comparado com 2010 frente a 2006 e 2002 (FIGURA 29). Entretanto, elas situam-se em patamares históricos superiores a 200 mortes por 100 mil habitantes entre os jovens entre 15-24 anos.

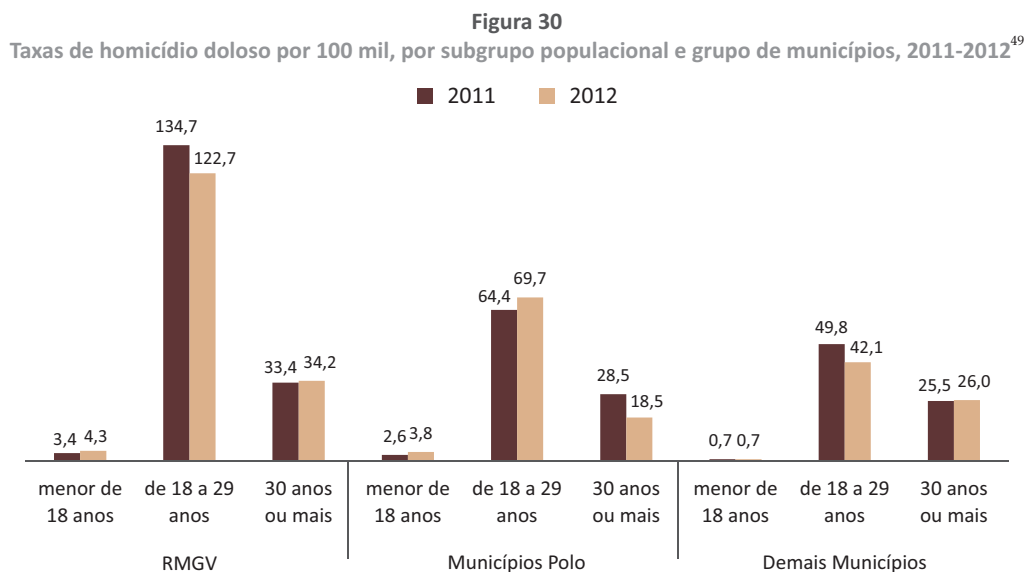


Fonte: SIM-DATASUS, projeções populacionais MS/IBGE(1980-2011).
Categorias: E55 Homicídios (CID 9 – 1980-1995) X85-Y09 Agressões (CID 10 – 1996-2011).
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

6.3 Municípios e violência juvenil

A taxa de homicídios por perfil de municípios, em 2011 e 2012, aponta para o grande número de vítimas juvenis (entre 18 e 29 anos) da Região

Metropolitana. No último ano, a RMGV teve números acima de 122 homicídios por 100 mil, sendo que nos municípios-polo os jovens tiveram 69,7 pontos por 100 mil em 2012, já os jovens da categoria “demais municípios” apresentaram taxa de homicídio de 42,1. (Figura 30)



Fonte: GEAC-SESP.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

Adicionalmente, foi calculado o fator de risco associado a cada subgrupo. Esse indicador aponta quantas vezes um subgrupo é sujeito a ser vítima, comparado àqueles que não pertencem ao subgrupo.

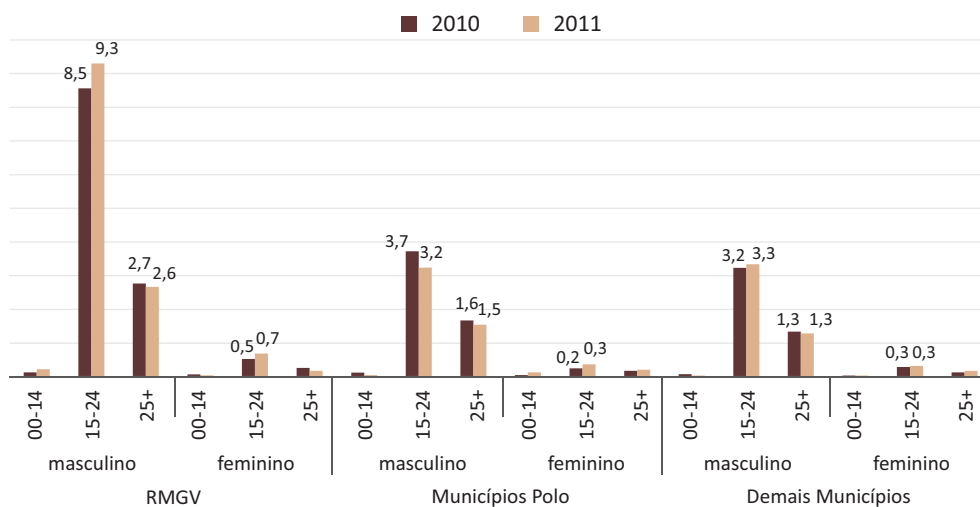
Em termos práticos, consideramos que o fenômeno do homicídio é diferentemente distribuído na população, apresentando cada uma delas diferentes valores de índice de Risco Relativo. O indicador é calculado pela razão entre o coeficiente de incidência de um evento entre os que compartilham certas características com o

coeficiente de incidência entre os que não compartilham as características listadas.

Nota-se que, as vítimas jovens, do sexo masculino, residentes na Região Metropolitana apresentaram risco 9,3 vezes maior, em 2011, do que aqueles que não pertencem a esse subgrupo. Os jovens do sexo masculino de municípios polo possuem fator de risco até três vezes superior (em média) comparados aos que não fazem parte desses subgrupos, da mesma forma ocorre com os jovens entre 15 a 24 anos dos municípios do interior do estado.

⁴⁹RMGV: Cariacica, Fundão, Guarapari, Viana, Vila Velha, Vitória e Serra. **Municípios polo:** Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Linhares, São Mateus, Aracruz e Anchieta.

Figura 31
Fator de risco e sexo, por grupo de municípios, 2010 e 2011



Fonte: SIM-DATASUS, projeções populacionais MS/IBGE(1980-2011).
Categorias: E55 Homicídios (CID 9 – 1980-1995) X85-Y09 Agressões (CID 10 – 1996-2011).
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

6.4 Delinquência juvenil

Conforme mencionado anteriormente, a juventude é o grupo mais vulnerável à violência, seja como vítima, seja como agressor.

Moser (1999) em seu relatório para o Banco Mundial⁵⁰ descreve brevemente algumas das abordagens que tradicionalmente têm sido tomadas para compreender as questões de

juvens em risco e violência juvenil e usa um quadro integrado (“framework”) para analisar as causas da violência juvenil e as intervenções associadas. Esse quadro é utilizado para examinar causas da violência juvenil e suas intervenções associadas, mostrando a necessidade de desenvolver e aperfeiçoar uma comunidade de base holística, além de uma estratégia participativa para enfrentar a violência juvenil (Figura 32 e Quadro 5).

Figura 32
Modelo integrado para causalidade da violência⁵¹



Fonte: Moser (1999).
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

⁵⁰LCR Sustainable Development Working Paper No. 3 / Urban Peace Program Series

⁵¹Inspirado no modelo *The World Bank*, apresentado por Moser (1999) para causas de Delinquência Juvenil.

Quadro 05
Modelo analítico conceitual: juventude e violência

Nível	Conceito	Aplicação à Delinquência Juvenil
INDIVIDUAL	História pessoal e constituição biofísica; desenvolvimento da personalidade que molda as respostas interpessoais e estressores institucionais.	Baixa autoestima; desejo de status; ganância.
INTERPESSOAL	Contexto imediato em que a violência assume lugar; interações entre os indivíduos; fatores situacionais envolvendo família, agregado familiar, relações íntimas, entre conhecidos.	Envolvimento de membro da família em gangues; disfunções das relações familiares e/ou violência familiar; associação a companheiros delinquentes.
INSTITUCIONAL	Instituições formais e informais, capital social associado aos locais de trabalho e as comunidades; redes sociais e grupos onde as relações interpessoais são incorporadas.	Sistema escolar fraco; presença de gangues na comunidade, falta de emprego e oportunidades; disponibilidade de armas de fogo.
ESTRUTURAL	Nível macro-político, econômico, e estrutura social, incluindo as opiniões, crenças e normas culturais que permeiam a sociedade.	Impunidade; racismo; legitimação de violência como um meio para resolver conflitos.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

A concepção de Schoemaker (1996) a fim de compreender a gênese da delinquência juvenil é semelhante ao modelo apresentado acima. Entende-se que este, embora não seja um modelo exaustivo, é útil na orientação, organização e direcionamento do tema. Incorpora três níveis de conceitualização: a) o nível estrutural, que incorpora as condições sociais; b) o nível sócio-psicológico, que se refere ao controle social da família, escola e demais instituições responsáveis

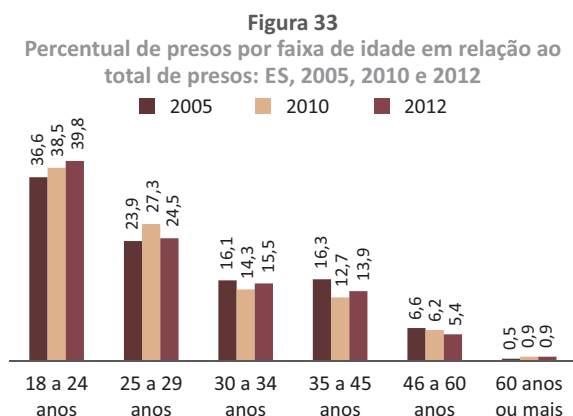
pelo adolescente, a autoestima (por estar intrinsecamente associada à influência familiar e do grupo de pares) e à influência de grupos de jovens sobre o comportamento infrator; e c) o nível individual, incluindo aspectos biológicos e psicológicos. A diferença é que Moser (1999) também trabalha o nível institucional, ou seja, quais as oportunidades dadas pela rede de instituições para os jovens? No que se insere o sistema escolar, mercado de trabalho e o próprio sistema político.

6.5 Perfil dos envolvidos

No Espírito Santo, o subgrupo com maior envolvimento criminal é de jovens do sexo masculino, residentes em municípios urbanos, sobretudo na Região Metropolitana. Algumas informações a seguir dão conta da magnitude desse problema.

A figura 33 ilustra que o percentual de encarcerados no ES reduz à medida que a idade aumenta. Em 2005 os presos com até 30 anos de idade somavam 60,0% do total, percentual esse que veio a subir quase 6,0% em 2010, e 4,0% em 2012, chegando nesse último ano ao total de 64,3%.

Importante ressaltar, que em 2005 a população carcerária do estado era de 5095 detentos, em 2010 passou para 11381, e em 2012 chegou a 14352.



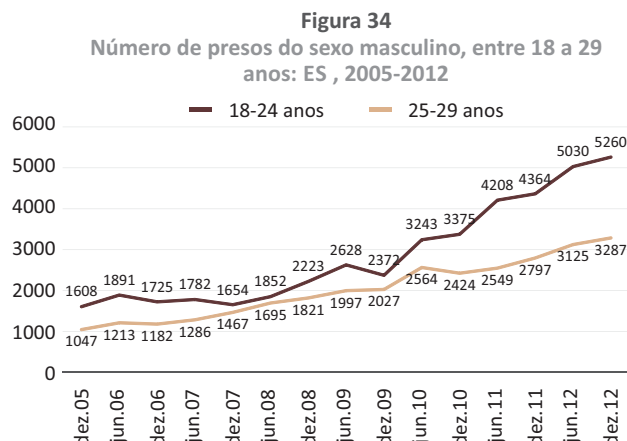
Fonte: Secretaria de Estado da Justiça. INFOPEN – Sistema de Informações Penitenciárias.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

Em 2012, os presos na faixa de idade entre 18 a 24 anos atingiu seu ápice, 39,8%, se somados aqueles que se encontram entre 25 e 29 anos de idade totaliza-se 64,3% da população carcerária do estado.

Como se observa na figura 34, o número de presos do sexo masculino, para as duas faixas etárias, mais que triplica (328%) no período em referência (2005-2012), evidencia o destaque na faixa etária de 18 a 24 anos para o aprisionamento. Em sete anos, o

número de presos de 18-24 anos passou de 1608 (dez/2005) para 5260 (dez/2012), e o de 25-29 anos passou de 1047 (dez/2005) para 3287 (jun/2012).

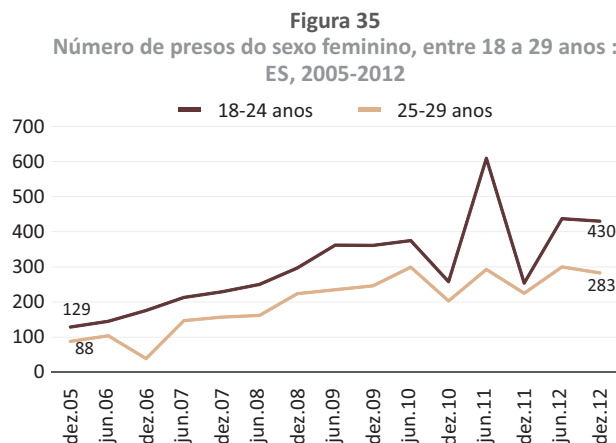


Fonte: INFOPEN/Ministério da Justiça.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

No que tange às mulheres jovens no estado, as taxas de aprisionamento feminino são inferiores as taxas masculinas e ao conjunto da população. Ainda assim, o número de jovens presas e respectivas taxas de encarceramento mais que triplicaram no período que compreende 2005 a 2012.

Destaca-se que o número de presas do sexo feminino, entre 18 a 24 anos elevou-se de 129 (dez/2005) para 430 (dez/2012). Entre aquelas de 25 a 29 anos, elevou-se de 88 para 283 em igual período (Figura 35).

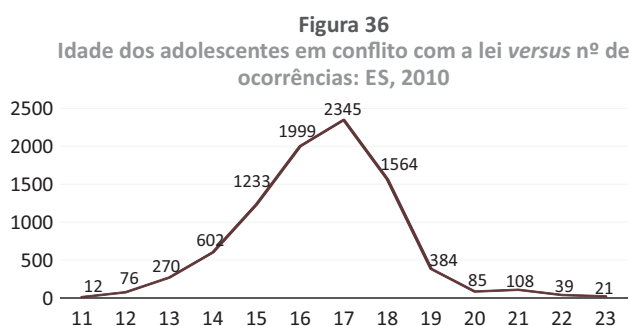


Fonte: Ministério da Justiça.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

6.6 Adolescentes em conflito com a Lei no Espírito Santo: análise dos dados da DEACL

No estado, conforme figura 36 indica que entre 16 e 17 anos são as idades que os adolescentes mais cometem delitos, 1663 e 1868 respectivamente. Cabe ressaltar, que após os 18 anos os registros não são mais de responsabilidade da DEACL (Delegacia Especializada em Adolescentes em Conflito com a Lei).



Fonte: SESP, DEACL, 2007 – 2010.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

Os dados apresentados vão ao encontro dos resultados do mapeamento nacional do cumprimento das medidas socioeducativas realizado pelo Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (Ilanud) que constatou que a maioria dos adolescentes infratores se encontrava na faixa etária de 16 a 17 anos (44,0%) e 18 a 21 anos (34,5%) - (ILANUD, 2007).

A passagem dos 14 para 15 anos parece ser crucial para a delinquência juvenil no Espírito Santo, passando de 547 ocorrências provocadas por adolescentes de 14 anos, para 1.118 casos de jovens com 15 anos. Cabe ressaltar que segundo dados do MEC/INEP a taxa de evasão escolar (abandono), no ES em 2010, passava de 4,4% nos anos iniciais do ensino fundamental para 11,4%

nos anos finais, ainda, no primeiro ano do ensino médio esse número era de 8,9% – que correspondem a faixa etária citada acima de agravamento da delinquência juvenil.

Interessante observar que essa é a fase que os jovens deveriam estar saindo do ensino fundamental para o ensino médio, é justamente um dos gargalos da evasão escolar no estado do Espírito Santo e no país.

Em termos de conclusão a respeito dos adolescentes em conflito com a lei, interessante observar a diferença de acordo com a infração cometida pelo jovem. Uma análise geral, sem levar em consideração a influência dos fatores específicos de cada tipo de delinquência, corre o risco de cair em simplificações que não consideram a complexidade do fenômeno em análise.

Como ilustração cabe reforçar que, segundo os dados da DEACL, enquanto os homicídios costumam ter picos de ocorrência no fim do ano, são praticados por jovens de idade mais avançada (acima de 17 e 18 anos), e com número menor de usuários de drogas comparado aos outros crimes. Os crimes contra a propriedade já possuem altas não só no fim do ano, como também no meio do ano, são cometidos por adolescentes entre 12 e 16 anos, e possuem maior número de envolvidos com uso de drogas comparado aqueles que praticaram homicídios. Um bom número de envolvidos com esse tipo de crime também apresentaram participação em crimes de porte ilegal de armas. Já as ocorrências de tráficos de drogas permanecem em um mesmo patamar durante todo o ano, também envolvem jovens de menor idade, 12 a 16 anos, e chegam ao maior número de adolescentes usuários de drogas entre todos os tipos de crime.

Ainda, aqueles envolvidos com tráfico, em sua maioria, também mostraram envolvimento com associação para o tráfico e porte ilegal de armas.

A partir dos dados expostos, evidencia-se que as políticas de prevenção ao crime precisam identificar os jovens com baixa escolaridade, fora da escola, residentes em bairros com criminalidade alta e envolvimento de pares e vizinhos em crimes, mesmo parentes, de modo a criar políticas específicas para esse subgrupo.

Enfim, sobre o envolvimento dos jovens com a delinquência, embora os dados e análises proporcionadas pela literatura especializada nacional e internacional apontem crescente envolvimento de adolescentes no mundo do crime violento, as mesmas fontes não cessam igualmente de apontar a crescente vitimização desses segmentos (vide tópico 1).

Quadro 06
Invisibilidade das meninas

Enquanto a maior parte do foco da mídia, pesquisadores e formuladores de políticas tem sido sobre os homens jovens como principais perpetradores de violência e as vítimas de homicídio, as mulheres jovens também enfrentam altos níveis de violência, especialmente como vítimas e não como criminosos. Embora as mulheres sejam menos susceptíveis de serem vítimas de homicídio, suas vidas e meios de subsistência são severamente restringidos pela violência em suas comunidades, o que aumenta a sua vulnerabilidade e insegurança.

As mulheres jovens são as mais afetadas pela percepção de violência e do medo da violência em espaços públicos, o que pode impedi-las de participar efetivamente das comunidades educacional, econômica e políticas. Por exemplo, em muitas comunidades violentas a ameaça da violência torna problemático para as mulheres saírem desacompanhadas depois de escurecer, ir trabalhar, visitar um amigo, ou assistir a aulas à noite.

Além disso, a violência sexual afeta principalmente as crianças, adolescentes e mulheres jovens, em particular, mas permanece na maior parte não declarada e impune. Da mesma forma, a violência familiar afeta desproporcionalmente as mulheres, mas ainda é amplamente aceita e permanece em grande parte invisível (GÓMEZ, 1993).

Conseqüentemente, os jovens constituem a grande maioria visível de ambas as vítimas e os agentes de violência nas ruas. Mas, apesar do forte foco em homens jovens e os problemas que eles causam, muitos dos impactos ambientais, sociais, familiares e condições que enfrentam afetam as mulheres jovens igualmente, se não mais do que os homens jovens, embora muitas vezes com resultados diferentes. Para as mulheres jovens estas mesmas condições tendem a contribuir para a gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis, prostituição, dependência de homens e a reprodução intergeracional da pobreza e violência familiar.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

7. GOVERNANÇA DA POLÍTICA PÚBLICA PARA JUVENTUDE NO BRASIL E NO ESPÍRITO SANTO

As Políticas Públicas para a Juventude podem ser classificadas levando em consideração a rede de proteção social vigente e as demandas atuais que se transformam em Programas sociais. Novaes (2009) apresenta uma categorização das Políticas Públicas para a Juventude em âmbito federal que orientou a discussão na publicação do IPEA intitulada: “Juventude e Políticas Sociais no Brasil”. As categorias podem ser utilizadas como modelo para as Políticas Públicas em âmbito estadual, de acordo com as seguintes tipologias:

1. Universais – são políticas setoriais dirigidas a toda a população, inclusive aos jovens. As políticas educacionais, de trabalho e emprego, de assistência social, de saúde, de cultura e de combate à violência. São consideradas estruturais, implicam sistemas duradouros e instituições públicas dotadas de orçamentos. Historicamente, constituem-se como direitos de cidadania, motivo pelo qual destas se espera hoje que incorporem as especificidades do recorte etário – direitos difusos – e, assim, incorporem questões singulares da atual geração juvenil.

2. Atrativas – são aquelas que não são dirigidas apenas aos jovens, mas têm especial incidência sobre eles: seja por afinidade com a natureza da política ou porque lhes abrem oportunidades específicas, seja porque, mesmo voltadas para espaços territoriais, onde convivem diferentes faixas etárias, afetam particularmente os jovens – por exemplo, as políticas de segurança e combate à violência. No geral, podem ter um caráter emergencial ou experimental, ou combinar as duas dimensões.

3. Exclusivas – são aquelas voltadas apenas para uma faixa etária predefinida, entre 15 e 29 anos. Sejam estas na área de educação, trabalho, desenvolvimento social, saúde, cultura, migração, segurança, constituem-se em programas e ações emergenciais para jovens excluídos, ou em situações de exclusão desfavorável. Este é o caso do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem Integrado).

A classificação permite vislumbrar as possibilidades de integração que pode haver em diferentes institucionalidades, uma vez que a responsabilidade das políticas públicas que atendem os diferentes segmentos juvenis está em órgãos diferentes. O desafio é integrar os programas/projetos e quando não integrados que compartilhem da mesma perspectiva da atual condição do jovem (NOVAES, 2009).

A política para juventude no Brasil, em âmbito federal, se organizou por meio da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ). A Secretaria conta com o apoio do Conselho Nacional da Juventude, além da gestão compartilhada em alguns programas, entre os Ministérios da Educação (MEC), do Trabalho e Emprego (MTE) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A primeira experiência de gestão compartilhada foi com o ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens – criado exclusivamente para jovens. A Figura 37 apresenta um organograma da organização institucional da Política Pública para a Juventude do Governo Federal, que se constituiu ao longo dos últimos anos.

Em 2005, foi constituído o Grupo Interministerial ligado à Secretaria-Geral da Presidência da República que realizou um extenso diagnóstico das condições de vida dos jovens do país e dos programas e das ações do governo federal voltados total ou parcialmente para a população juvenil. Um dos resultados dos diagnósticos foi à proposição da criação da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), que coordenaria a formulação de um Programa Nacional para a Juventude, assim como a criação do Conselho Nacional da Juventude, que apoiaria esse processo. A formulação de um programa nacional que contemplasse os jovens excluídos com educação, formação profissional e emprego, também foi uma das propostas mais imediatas. Dessa forma originou-se o Projovem em 2005, que dois anos após passaria uma reestruturação dando origem ao Projovem Integrado (SILVA; ANDRADE, 2009).

O Projovem Integrado⁵² é resultado da unificação de seis programas já existentes – Projovem, Agente Jovem, Saberes da Terra, Escola de Fábrica, Consórcio Social da Juventude e Juventude Cidadã – e está subdividido em quatro modalidades: 1) Projovem Urbano – serviço socioeducativo; 2) Projovem Trabalhador; 3) Projovem Adolescente; e 4) Projovem Campo – Saberes da Terra. Destinado a jovens de 15 a 29 anos, o Projovem Integrado entrou em vigor a

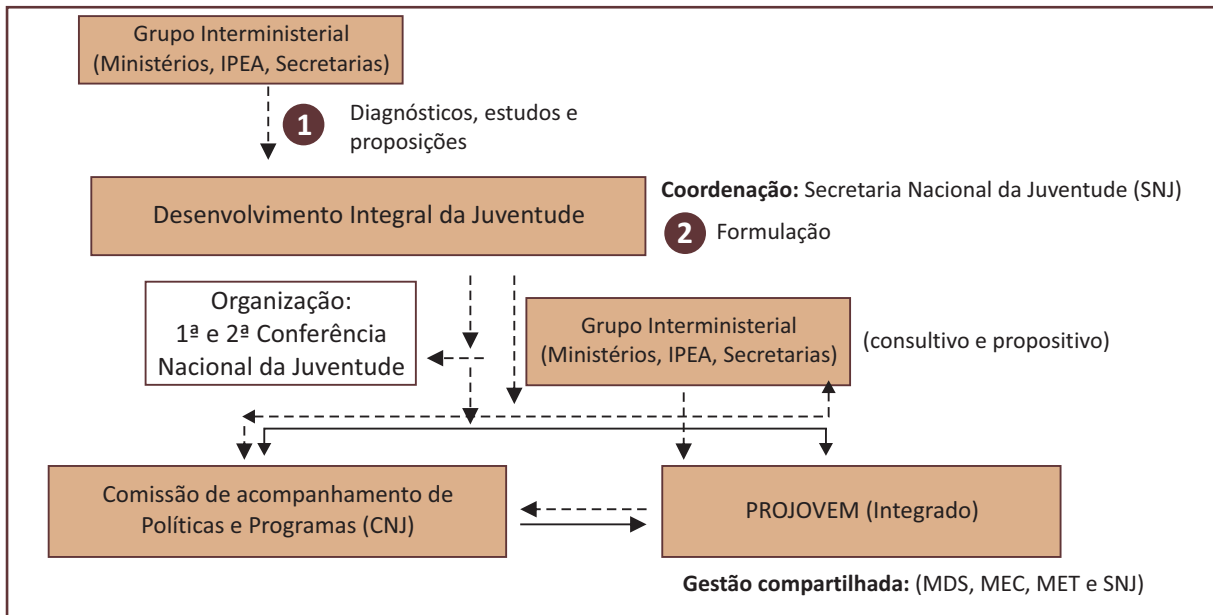
partir de janeiro de 2008 com objetivo de promover a reintegração dos jovens ao processo educacional, a qualificação profissional e o acesso a ações de cidadania, esporte, cultura e lazer. A gestão do programa é compartilhada entre a Secretaria-Geral da Presidência da República – por meio da Secretaria Nacional de Juventude –, o MTE, o MDS e o MEC.

A institucionalidade garantida pela SNJ não significa que as dificuldades para integrar programas e ações tenham sido extintas. Ainda há um caminho longo a percorrer para garantir a transversalidade do tema juventude, assim como para garantir previsões orçamentárias e o desenvolvimento de metodologias que permitam o cálculo do gasto público com as juventudes brasileiras (NOVAES; SILVA; ANDRADE; 2009).

No Espírito Santo não existe uma secretaria exclusiva para a juventude, no entanto, há vários órgãos estaduais que são responsáveis pela formulação e execução de programas e projetos para a juventude, não necessariamente orientados pela mesma faixa etária utilizada pelo governo federal. Na figura 38 é possível vislumbrar os órgãos e as respectivas coordenações ou diretorias responsáveis por programas que atendem ao público juvenil. Ressalta-se que foram apontados todos os órgãos estaduais que executam programas para a juventude, mesmo aqueles não exclusivos.

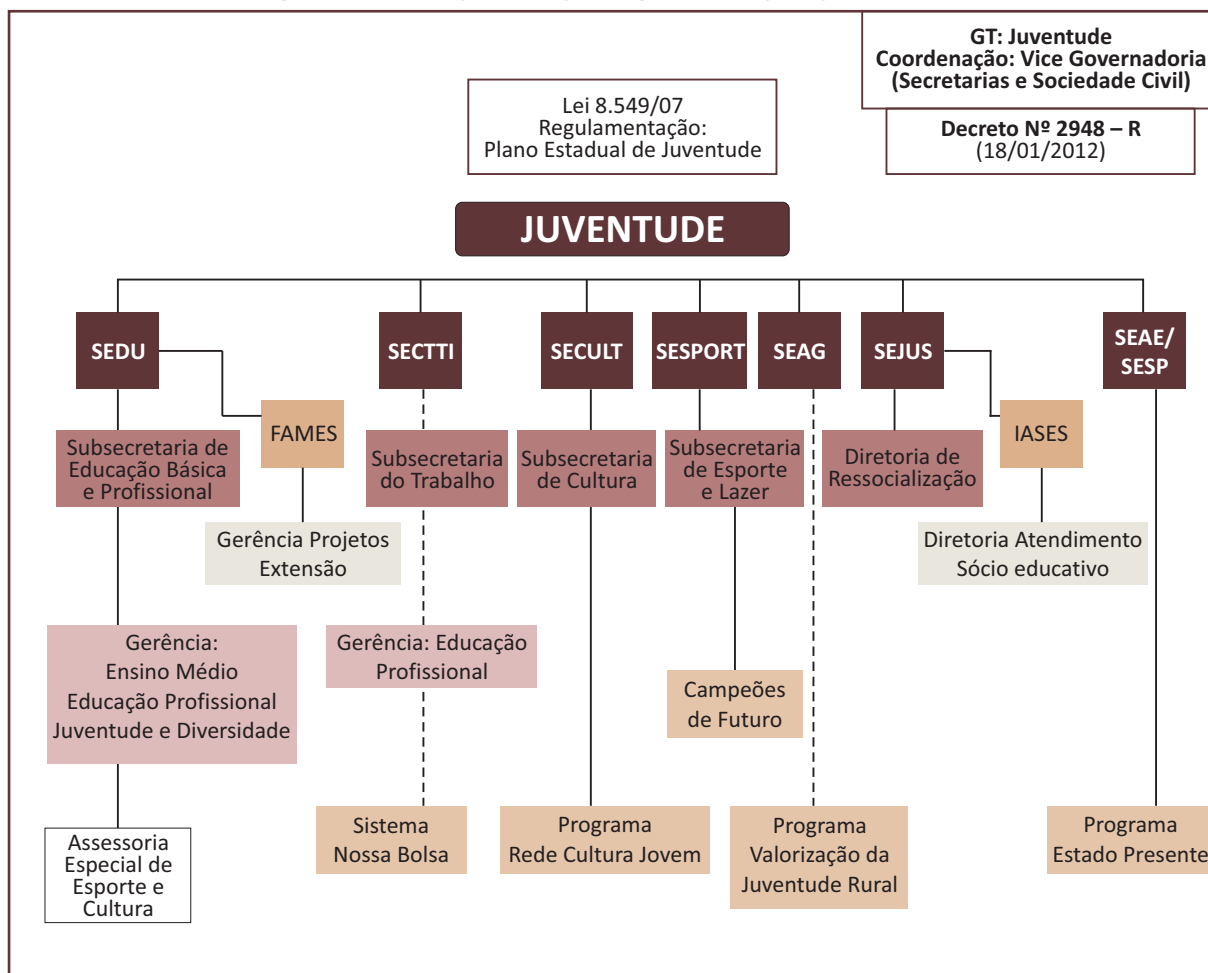
⁵² Informações disponíveis no site: www.juventude.gov.br/juventude. Acesso em: 11/04/2012.

Figura 37
Organização Institucional da Política Pública para Juventude



Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.
 Siglas: IPEA – Instituto de Política Econômica Aplicada
 MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
 MEC – Ministério da Educação
 MET – Ministério do Trabalho e Emprego
 SNJ – Secretaria Nacional da Juventude

Figura 38
Órgãos estaduais responsáveis por Programas e Projetos para Juventude



Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

Siglas: FAMES – Faculdade de Música do Espírito Santo.

IASES – Instituto de Atendimento Sócio Educativo do Espírito Santo.

SEAE – Secretaria de Estado Extraordinária de Ações Estratégicas.

SEAG – Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.

SECTTI – Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Trabalho.

SECULT – Secretaria de Estado da Cultura.

SEDU – Secretaria de Estado da Educação.

SEJUS – Secretaria de Estado da Justiça.

SESP – Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social.

SESPORT – Secretaria de Estado de Esporte e Lazer.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2011, segundo os dados da Pnad/IBGE, a população do Espírito Santo foi estimada em 3.604.367 pessoas. Deste total, 935.080 eram jovens (15 a 29 anos), ou seja, aproximadamente, 26,0% da população do estado. Ao observar a divisão do tempo do jovem entre trabalho e estudo, verificou-se que, em 2011: a maior parte deles (48,9%) só trabalhava; 18,9% não trabalhava nem estudava; 18,8% só estudava e 13,5% trabalhava e estudava. Percebe-se aqui um grande desafio para o Estado, face ao percentual elevado de jovens que ainda estão fora tanto do mercado de trabalho quanto da educação formal. Certamente essa exclusão dos jovens destes espaços não é fruto de meras escolhas individuais. As dificuldades de ingresso no mercado de trabalho, somado à evasão escolar, pode explicar em grande medida alguns aspectos da vulnerabilidade na juventude.

Tendo como referência os dados de 2011, entre os desempregados, a maioria apresenta baixo grau de escolaridade, com destaque para: 33,2 % possuem de 8 a 10 anos de anos estudo, o que equivale ao fundamental completo e 45,1% possuem de 11 a 14 anos de estudo, o que equivale ao ensino médio completo. Estes dados confirmam a relação histórica existente entre a oferta educacional e o acesso ao mercado de trabalho.

Vale destacar que o Espírito Santo apresenta tendência de aumento da escolaridade média para os próximos anos, no entanto, o que se pôde observar é que do total de jovens, em 2011, de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos, 56,6% e 57,2% respecti-

vamente tinham pelo menos 11 anos de estudo, correspondente a conclusão do ensino médio.

Outro aspecto relevante é que, embora o analfabetismo seja residual em termos percentuais, correspondendo a 0,70% em 2011, quando se observa o número absoluto encontra-se em torno de 6 mil jovens entre 15 e 29 anos que não sabem ler e escrever, contingente sem dúvida significativo. Além dos 5,1% que são considerados analfabetos funcionais (população com menos de 4 anos de estudo).

No Brasil e no Espírito Santo, em particular, várias iniciativas são realizadas com o objetivo de melhorar os indicadores nas áreas de Educação e Mercado de trabalho. O Programa Mais Tempo na Escola, Aprofundamento de Estudos, Bolsa SEDU, Nossa Bolsa, os Programas de empreendedorismo e qualificação profissional e o Programa Valorização rural são alguns exemplos. Seria fundamental a análise detalhada dos impactos destes programas, como uma ferramenta útil ao planejamento das políticas públicas de juventude, auxiliando a tomada de decisões tanto do poder público quanto da sociedade civil, seja para a potencialização dos programas que têm apresentado resultados positivos, seja para o redirecionamento das ações.

O acesso à educação e ao mercado de trabalho representa parte dos desafios para a formulação de Políticas Públicas para a Juventude. Os aspectos relacionados à Segurança Pública e Saúde merecem o mesmo destaque. No Espírito Santo, a taxa de homicídio juvenil é 3 vezes maior

que a taxa da região Sudeste. Para os jovens de 15 a 24 anos a taxa é superior a 200 mortes por 100 mil habitantes, e em torno de 90% das vítimas são do sexo masculino.

No caso dos homicídios, os jovens aparecem como vítimas e como agressores. Tendo como referência os dados de 2012, do total de presos do sexo masculino, 64% tinham entre 18 e 29 anos. Os dados também apontaram que segundo os registros da Delegacia de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, a faixa de 16 a 17 anos é a idade em que mais os adolescentes cometem delitos.

No Espírito Santo alguns Programas das áreas de Segurança Pública foram formulados para atuar sobre o impacto dos indicadores citados. Vale destacar: Estado Presente, o programa de educação e trabalho no presídio, ações realizadas ao atendimento dos adolescentes em conflito com a Lei, realizadas pelo Instituto de Atendimento Sócio Educativo (IASSES), além da Coordenação sobre Drogas, cujo objetivo é a formulação de um Programa estadual para reduzir os danos pessoais e coletivos ocasionados pelo uso de drogas. Certamente são iniciativas relevantes dentro do quadro apresentado, que merecem o olhar atento da sociedade civil, com vistas a garantir e ampliar cada vez mais o debate coletivo sobre a temática. Nessa área, assim como nas demais apresentadas neste texto, a interlocução com os diversos atores sociais envolvidos é um aspecto fundamental que deve ser assegurado no quadro das formulações políticas pretendidas.

No âmbito da Saúde Pública as altas taxas de mortes por causas externas provocadas pelos acidentes de transporte e por homicídios repre-

sentam, aproximadamente, 80% das causas das mortes. Em relação à saúde sexual e reprodutiva, se destacam as doenças sexualmente transmissíveis, além dos possíveis impactos de uma gravidez não planejada na adolescência. Ambos são alvo de Programas estaduais, como por exemplo: A Coordenação estadual DST e AIDS e da Saúde do Adolescente/ Jovem, no âmbito da Secretaria Estadual de Saúde (SESA).

A formulação de Políticas Públicas para a Juventude deve se articular em várias dimensões. Estas são executadas em algum território, seja urbano ou rural. A questão do território permeia toda a discussão da formulação da Política, uma vez que grande parte delas se efetiva em algum lugar: é em uma escola, que está localizada em algum lugar, que se dão as ações de complementação de ensino, cursos profissionalizantes; são nas quadras da cidade, dos bairros e praças que se dão atividades de esporte e lazer, e por outro lado, é também nas ruas, que se observam as ocorrências de criminalidade, das quais os jovens são vítimas e agressores.

Este trabalho orientou-se pela perspectiva de que para além do recorte etário que cumpre uma função operacional no âmbito da constituição das políticas Públicas de Juventude, a formulação e integração de Políticas Públicas devem considerar a pluralidade e as diferentes circunstâncias que envolvem a condição dos jovens.

Dessa forma, considerando o percentual de jovens na população do estado, as políticas que assegurem um território menos desigual em infraestrutura e qualidade urbana sem dúvida rebatem numa melhoria de vida desta parcela da população. O acesso a condições dignas de moradia, a redes de informação e a espaços

públicos qualificados, além de garantia de mobilidade, são valores buscados hoje e asseguram o pleno desenvolvimento da cidadania.

Por último, durante a realização deste trabalho e na construção da perspectiva teórica ao se abordar a categoria Juventude, algumas necessidades ficaram evidentes, e estas podem ser traduzidas por meio de algumas proposições. O Instituto Jones dos Santos Neves, órgão de pesquisa e planejamento do governo estadual contribui com algumas ações que subsidiam o processo de formulação de novas políticas, como também da integração das atuais.

Nesse sentido, destaca-se as seguintes ações:

1. Disponibilizar um Caderno da Juventude, com informações sistematizadas e atualizadas com base nos dados do Censo Demográfico, Pnad, Datasus e etc.
2. Disponibilizar no site do IJSN um Banco de dados com indicadores para a juventude nas áreas: segurança pública, saúde, assistência social, educação e mercado de trabalho.
3. Priorizar os estudos sobre criminalidade e juventude, com o objetivo de subsidiar as atuais políticas.

Acreditamos que esta segunda publicação possa contribuir para uma melhor compreensão da situação atual da juventude capixaba, e para uma maior aproximação do espaço que cada política setorial destina aos temas e aos problemas da juventude capixaba. No entanto, considerando-se a centralidade das questões relacionadas à juventude na agenda pública, este documento não pretendeu esgotar as discussões, ao contrário, busca fornecer matéria-prima na perspectiva de que outras contribuições venham subsidiar a formulação de Políticas que garantam a promoção da qualidade de vida e o desenvolvimento integral da juventude capixaba.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAD, Miguel. *Crítica política das políticas de juventude*. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (organizadoras). **Políticas Públicas: Juventude em Pauta**. São Paulo: Cortez, Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação; Fundação Friedrich Ebert, 2003. P.13-32.

ABRAMO, H.W. Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo. In: ABRAMO, H.W. e BRANCO, P.P.M (orgs.) **Retratos da Juventude Brasileira**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRAMOWAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; CASTRO PINHEIRO, Leonardo; SOUSA LIMA, Fabiano; e MARTINELLI, Claudia da Costa. *Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas*. Brasília, UNESCO/BID, 2002.

ABRAMOWAY, Miriam. ANDRADE, Eliane Ribeiro. ESTEVES, Luiz Carlos Gil. **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura - UNESCO. Ministério. Brasília, 2007.

ADORNO, S., Bordini, E. B. T., & Lima, R. S. (1999). **O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana**. São Paulo em Perspectiva, 13(4), 62-74.

AGNEW, Robert (1992). **Foundation for a General Strain Theory of Crime and Delinquency**. *Criminology* 30:47-87.

_____. (1999). **A General Strain Theory of Community Differences in Crime Rates**. *Journal of Research in Crime and Delinquency* 36; 123.

_____. (2001). **Building on the Foundation of General Strain Theory: Specifying the Types of Strain Most Likely to Lead to Crime and Delinquency**. *Journal of Research in Crime and Delinquency*. Volume 38, Number 4. November. pg. 319-261.

_____. **Why Do Criminals Offend? A General Theory of Crime and Delinquency**. 2004: Oxford University Press, USA.

ANUÁRIO DO FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo, ano 4, 2010.

AQUINO, Luseni Maria C. de, Andrade, Carla Coelho de. Brasília: IPEA, 2009. 303 p.

GALVÃO, Tatiana Verônica Bezerra. *Comunicação, Política e Juventude: 'marginais midiáticos' do hiphop*. Rio de Janeiro, 2009. 136 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura).

AQUINO, Luseni. CASTRO, Jorge Abrahão de (Org.). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Texto para Discussão nº 1335. Instituto de Pesquisa de Econômica Aplicada – IPEA. Brasília, 2008.

AQUINO, Luseni. Introdução. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (organizadores). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009, p. 23-39. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/20100119JUVENTUDE.pdf>> Acesso em: 26/01/2012.

ARAUJO, Leonor Franco de; et al. **Juventude e políticas públicas: o perfil dos jovens na universidade federal do Espírito Santo**. s/d. Disponível em: <http://www.prograd.ufop.br/Downloads/Docencianoenssup/Juventude_e_Politicass_Publicas.pdf> acesso em: 08/02/2012.

As tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**. v. 13 n. 37 jan./abr. 2008. p. 45-56. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/05.pdf>> Acesso em: 06/03/2012.

ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de. **Criando Caim e Abel: pensando a prevenção da infração juvenil**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br>

BARBER-MADDE, R.; ABE SABER, B. **A Situação dos jovens no mundo**. In: Barber-Madde, R.; Santos, T. F. (orgs.) *A juventude brasileira no contexto atual e em cenário futuro*. Brasília, 2010.

BEATO, Claudio C. **Crime e políticas sociais**. In: *Das Políticas de Segurança Pública às Políticas de Segurança*. Relatório do Gabinete de Segurança Institucional. Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente – ILANUD, 2002.

BEATO, Claudio C. **Determinantes da criminalidade em Minas Gerais**. Rev. Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v. 13, n. 37, Junho, 1998.

----- Crime e políticas sociais. In: **Das Políticas de Segurança Pública às Políticas de Segurança**. Relatório do Gabinete de Segurança Institucional. Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente – ILANUD, 2002.

BRASIL. Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE). **Guia de Conselhos**. Brasília, 2010.

BRASIL. **Constituição Federal**, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 23/02/2012.

BRASIL. Ministério da Cultura – MinC. *Cultura em números: anuário de estatísticas culturais - 2ª edição*. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim 1/2012- AIDS no Brasil. Brasília, 2012. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br>. Acesso em março de 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim 1/12- Mortalidade Materna no Brasil. Brasília, 2012. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br>. Acesso em março de 2013.

_____. **Emenda Constitucional n.º 65**. Brasília: Presidência da República; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos; 13 de julho 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc65.htm>. Acesso em: 23/02/2012.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n.º 8.069 de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 23/02/2012.

CANDAU, Vera Maria. *Direitos humanos, educação e interculturalidade: As tensões entre igualdade e diferença*. **Revista Brasileira de Educação**. v. 13 n. 37 jan./abr. 2008. p. 45-56. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/05.pdf>> Acesso em: 06/03/2012.

CASTRO, Jorge A; AQUINO, Maria C. **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

CASTRO, M. G. **Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes**. 2004. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/28334-28345-1-PB.pdf>> Acesso em: 06/03/2012.

COHEN, A.K. (1955). **Delinquent Boys: The Culture of the Gang**. Glencoe: The Free Press.

COHEN, Lawrence e FELSON, Marcus. **Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Approach**. *American Sociological Review*, 44, 1979.

CONJUVE - Conselho Nacional de Juventude. **Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude 2003-2010**. Março, 2011. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/conjuve/documentos/reflexoes-sobre-a-politica-nacional-de-juventude-2003-2011>> Acesso em: 08/02/2012.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE – CONJUVES. **Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude**. Brasília, 2011.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. *Juventude e políticas públicas no Brasil*. In: **Revista Brasileira de Educação**. Set /Out /Nov /Dez 2003, No 24. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03.pdf>> Acesso em: 03/02/2012.

DAMATTA, Roberto Augusto. **A Casa & A Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 23/02/2012.

ESPÍRITO SANTO. **Lei Estadual nº 8.594/07**. Disponível em: <http://governoservico.es.gov.br/scripts/portal180_1.asp?documento=0185942007.doc> Acesso em: 14/02/2012.

ESPÍRITO SANTO. Ministério Público do Estado do Espírito Santo. **Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (Caij)**. Vitória, 2008.

ESPÍRITOSANTO. **Plano Estadual da Juventude do Espírito Santo**. 2011

Estatuto da cidade comentado. Orgs. Carvalho, Celso Santos; Rossbach, Anaclaudia. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010. 120p.

Estatuto da Juventude. **Projeto de Lei nº 4529/2004**. Disponível em

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=271219> > Acesso em: 14/02/2012.

FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fábio. Juventude Rural: Alguns Impasses e sua Importância para a Agricultura Familiar. In: **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Orgs.: Castro, Jorge Abrahão de, Aquino, Luseni Maria C. de, Andrade, Carla Coelho de. Brasília: IPEA, 2009. 303 p.

FILGUEIRA, C. H. **Estructura de oportunidades y vulnerabilidad social**: aproximaciones conceptuales recientes. In: CEPAL. Seminario Vulnerabilidad. Santiago de Chile : CEPAL, 2001.

FREITAS, Maria Virginia e PAPA, Fernanda de Carvalho. **Políticas Públicas Juventude em Pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br>. Acesso em: Maio de 2012.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI. Disponível em: <http://www.funai.gov.br>. Acesso em: Maio de 2012.

GALVÃO, Tatiana Verônica Bezerra. Comunicação, Política e Juventude: 'marginais midiáticos' do hiphop. Rio de Janeiro, 2009. 136 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) –

Gómez Gómez, E., ed. 1993. **Gender, Women and Health in the Americas**. Scientific Publication No 541, Pan American Health Organization, Washington D.C.

HUFF, C.Ronald. **Youth Gangs and Public Policy**. Crime and Delinquency, Vol 35, nº4, October, 1989.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - INCAPER. Disponível em: <http://www.incaper.es.gov.br>. Acesso em: Maio de 2012.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN. Síntese dos indicadores sociais do Espírito Santo 2011. Vitória, 2011.

JANNUZZI, P.M. Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. 3. ed.,

KORNHAUSER, R. 1978. **Social Sources of Delinquency**. Chicago: University of Chicago Press.

LIMA, Angélica Cardoso. Juventude, tempo livre: possíveis reflexões. Maringá, 2007

LEFEBVRE, Henri, O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001

MOSER, Caroline; BRONKHORST, Bernice van. **Youth Violence In Latin America and the Caribbean: Costs, Causes and Interventions**, LCR Sustainable Development Working Paper N°3, The World Bank, Latin America and Caribbean Region, Environmentally and Socially Sustainable Development SMU. 1999.

NOVAES, Regina Celia. Prefácio. In: _____. Juventude e Políticas Sociais no Brasil. Brasília: IPEA, 2009, p. 15-22. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/20100119JUVENTUDE.pdf>> Acesso em: 26/01/2012.

PERALVA, Angelina. **Violência e democracia: o paradoxo brasileiro**. São Paulo - SP: Paz e Terra, 2000.

Plano Nacional de Juventude. **Projeto de Lei N° 4530/04**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=271233>> Acesso em: 14/02/2012.

POCHMANN, M. Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil: um balanço dos últimos 10 anos. São Paulo, 2007.

POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE: Diretrizes e perspectiva. Brasília: Conselho Nacional de Juventude, 2006.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE/PARA/COM JUVENTUDES. Brasília: UNESCO, 2004.

REIS, Ana Cristina. SANTOS, Elizabeth Moreira dos. CRUZ, Marly Marques. A mortalidade por AIDS no Brasil: um estudo exploratório de sua evolução temporal. In: _____. **Revista Epidemiologia, Serviços e Saúde**. Secretaria de Vigilância em Saúde – SVS. Ministério da Saúde. Volume 16 – nº3 - julho/setembro de 2007.

SAMPSON, Robert J. GROVES, W. **Community Structure and Crime: testing social disorganization theory**. American Journal of Sociology, vol 94, issue 4, 1989.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

SCHOEMAKER, D.J. **Theories of Delinquency. An Examination of Explanations of Delinquent Behavior**. Oxford University Press, New York, 1996.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. Os muitos desafios da política nacional de juventude. In: Barber-Madde, R.; Santos, T. F. (orgs.) *A juventude brasileira no contexto atual e em cenário futuro*. Brasília, 2010.

SEVERO, Mirlene Simões. **Direitos Sociais dos Jovens no Brasil: Concepções e Experiências**. Araraquara - São Paulo, 2010.

SHAW, C. R.; MCKAY, H. D. Social Factors in Juvenile Delinquency. Report on the Causes of Crime, hrational Commission of Law Observance and Enforcement, vol. 2. Washington, D.C.: Government Printing Office. 1931. -----. Juvenile Delinquency and Urban Areas. Chicago: University of Chicago Press, 1942.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; ANDRADE, Carla Coelho de. A política nacional de juventude: avanços e dificuldades. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (organizadores). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009, p. 41-69. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/20100119JUVENTUDE.pdf>> Acesso em: 26/01/2012.

SITUAÇÃO MUNDIAL DA INFÂNCIA 2011. Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Relatório: adolescência – fase de oportunidades. Fevereiro de 2011.

SPOSITO, M. **Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação**. In: FREITAS, M.C. (orgs.) *Desigualdade Social e Diversidade Cultural na Infância e na Juventude*. São Paulo: Cortez, 2006.

SPOSITO, Marília Pontes. *Trajetória na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil*. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (organizadoras). **Políticas Públicas: Juventude em Pauta**. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003. P.57-75.

TAQUETTI, Camila Lopes. **A gestão das políticas de juventude: o caso de Vitória 2005-2010**. Dissertação de Mestrado em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: 2010. Disponível em: <<http://web3.ufes.br/ppgps/sites/web3.ufes.br/ppgps/files/Camila%20Lopes%20Taqueti.pdf>> Acesso em: 26/01/2012.

UMBELINO, G.; SATHLER, D. Os jovens no futuro: projeções para O BRASIL METROPOLITANO em 2020 e 2030. In: Barber-Madde, R.; Santos, T. F. (orgs.) *A juventude brasileira no contexto atual e em cenário futuro*. Brasília, 2010.

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Escola de Comunicação - ECO, 2009.

VEREZA, Claudio. *Jovens*. Espírito Santo, 2011. Disponível em: <http://www.rog.com.br/claudiovereza2/mostraconteudos.asp?cod_conteudo=599>. Acesso em: 06/03/2012.

VIGNOLI, J.R. Vulnerabilidad y grupos vulnerables: un marco de referencia conceptual mirando a los jóvenes. Santiago de Chile: CEPAL, 2001. (Serie Población y Desarrollo, n.17).

WAISELFISZ, Jacobo Julio. *Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2007*. Brasília: UNESCO, 2004.

----- . *Mapa da Violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

ZALUAR, A. **Teleguiados e chefe: juventude e crime**. *Religião e Sociedade*. São Paulo, Centro de Estudos da Religião, v.15, n.1, 1990, p.54-67.

_____. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro, Revan e UFRJ, 1994.

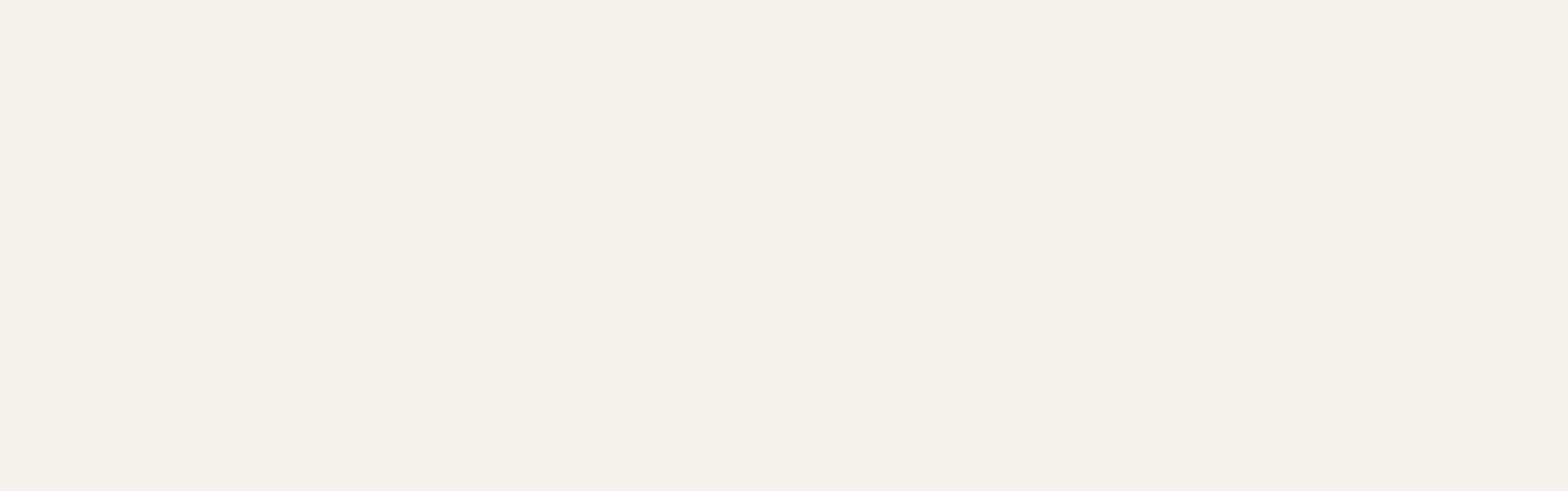


Tabela 01
Número de matrículas no Ensino Fundamental por dependência administrativa e localização: ES, 2012

Localização	Dependência Administrativa				
	Total	Total			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada
Total	528.155	0	121.699	344.537	61.919
Urbana	471.213	0	112.704	297.209	61.300
Rural	56.942	0	8.995	47.328	619

Fonte: MEC/Inep/Deed.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

Nota: 1) O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

2) Inclui matrículas no ensino fundamental 8 anos – multi, ensino fundamental de 8 anos – correção de fluxo, ensino fundamental 9 anos – multi, ensino fundamental 9 anos – correção de fluxo e ensino fundamental de 8 e 9 anos – multi.

Tabela 02
Número de matrículas no Ensino Fundamental por Gênero e Cor/Raça: ES, 2012

Total	Sexo		Raça/Cor					
	Feminino	Masculino	Não-declarada	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena
528.155	255.410	272.745	133.311	141.787	20.347	226.872	4.585	1.253

Fonte: MEC/Inep/Deed.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

Tabela 03
Número de matrículas no Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado por dependência administrativa e localização: ES, 2012

Localização	Dependência Administrativa				
	Total	Total			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada
Total	137.357	5.778	113.029	126	18.424
Urbana	132.269	4.728	110.149	0	17.392
Rural	5.088	1.050	2.880	126	1.032

Fonte: MEC/Inep/Deed.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

Tabela 04
Número de matrículas no Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado por Gênero e Cor/Raça: ES, 2012

Total	Sexo		Raça/Cor					
	Feminino	Masculino	Não-declarada	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena
137.357	73.992	62.365	27.158	41.258	5.774	60.632	2.275	260

Fonte: MEC/Inep/Deed.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

Tabela 05
Número de Matrículas, Concluintes e Ingressos por modalidade de ensino: ES, 2011

		Total	(%)	Presencial	(%)	Distância	(%)
		Matrículas	Total	129.693	-	121.576	-
	Jovens	98.542	76,0	96.327	79,2	2.215	27,3
	Outros	31.151	24,0	25.249	20,8	5.902	72,7
Concluintes	Total	21.693	-	19.461	-	2.232	-
	Jovens	14.195	65,4	14.018	72,0	177	7,9
	Outros	7.498	34,6	5.443	28,0	2.055	92,1
Ingressos	Total	30.341	-	29.047	-	1.294	-
	Jovens	23.943	78,9	23.303	80,2	640	49,5
	Outros	6.398	21,1	5.744	19,8	654	50,5

Fonte: Censo do Ensino Superior 2011.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

Tabela 06
Número de jovens matriculados por Gênero e Cor/Raça, segundo a modalidade de ensino: ES, 2012

Modalidade de ensino	Sexo		S/ informação/ Não declarada	Raça/Cor				
	Feminino	Masculino		Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena
Total	56.136	42.406	79.122	11.184	1.140	6.544	494	58
Presencial	54.964	41.363	77.245	10.982	1.111	6.446	487	56
Distância	1.172	1.043	1.877	202	29	98	7	2

Fonte: Censo do Ensino Superior 2011.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

Tabela 07
Número de jovens matriculados por Gênero e Cor/Raça, segundo a categoria administrativa e modalidade de ensino das Instituições de Ensino Superior: ES, 2011

Categoria	Público			Privada		
	Total	Presencial	Distância	Total	Presencial	Distância
Total	22.789	21.727	1.062	75.753	75.753	1.153
Sexo						
Mulher	11.615	10.992	623	44.521	44.521	549
Homem	11.174	10.735	439	31.232	31.232	604
Cor ou raça						
Branca	1.466	1.360	106	9.718	9.718	96
Preta	186	170	16	954	954	13
Parda	664	613	51	5.830	5.830	47
Amarela	29	27	2	465	465	5
Indígena	7	5	2	51	51	0
S/informação/Não declarado	20.437	19.552	885	58.693	58.693	992

Fonte: Censo do Ensino Superior 2011.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.



www.ijsn.es.gov.br

SECRETARIA DE ECONOMIA
E PLANEJAMENTO



GOVERNO DO
**ESPIRITO
SANTO**

CRESCER É COM A GENTE
www.es.gov.br